CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO HISTÓRIA E PATRIMÓNIO
[RAMO C - MEDIAÇÃO PATRIMONIAL]

Sob o olhar dos outros

Representações sobre as comunidades ciganas em Portugal no séc. XIX

Mariana Gomes Fernandes

M

2025

Mariana Gomes Fernandes

Sob o olhar dos outros
Representações sobre as comunidades ciganas em Portugal no séc. XIX

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História e Património, orientada pelo Professor Doutor Hugo Ribeiro da Silva

e pela Doutora Sara Costa Pinto

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Ano 2025

Financiamento CITCEM: https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025



Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença CC BY 4.0

Para a minha irmã

Sumário

Declaração de honra / *Declaration of Honour* 7
Agradecimentos 8
Resumo 9
Abstract 10
Índice de Tabelas (ou Quadros) 11
Introdução 12
1.Entre a Marginalização e o Fascínio - A Polarização das Imagens sobre as Comunidades Ciganas 32
1.1. Os Romani - uma comunidade de difícil definição 32
1.2. Pluralidade das representações do "cigano" 34
1.2.1. A romantização do cigano: primitivo e natural 35
1.2.2. Nomadismo, vida errante: o ladrão e aldrabão 42
1.2.3. Disparidades na representação da figura feminina e da figura masculina 52
2.Os olhares sobre o "outro"- representações em transformação 56
2.1. O olhar político 56
2.2. O funcionário do Reino – olhar administrativo e jurídico 68
2.3. O olhar do artista 76
2.4. O olhar do académico 81
3.A literacia digital da população maioritária como via para a inclusão das comunidades ciganas 91
3.1. O pensamento histórico e a literacia digital 91
3.1.1. Metas e objetivos 95
3.2. Relevância do projeto 97
3.3. Etapas, produtos e tarefas 98
3.3.1. Métodos 120
3.3.2. Equipa de projeto 121
3.3.3. Centro/ foco do projeto e interfaces 121
3.3.4. Escala de tempo global estimada 121
3.3.5. Propriedade 122
Considerações Finais 123
Fontes primárias 129

Referências Bibliográficas 138
Anexos 143
Anexo 1 - Quadro de D. Maria Pia "Cigana sentada junto a instrumentos musicais" 143
Anexo 2 - Quadro de D. Maria Pia "Cigana sentada numa cadeira de sola" 144
Anexo 3 - Quadro de D. Maria "Cigana" 145
Anexo 4 - Retrato de mulher cigana incluído no estudo "Os Ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão" 146
Anexo 5 - Retrato de homem cigano incluído no estudo "Os Ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão" 147
Anexo 6 - Retrato de perfil de homem cigano incluído no estudo "Os Ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão" 148
Anexo 7 - Retrato de grupo de ciganos em direção à feira, incluído no estudo "Os Ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão" 149

Declaração de honra / *Declaration of Honour*

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) da presente dissertação.

Braga, 19 de setembro de 2025

Mariana Gomes Fernandes

Agradecimentos

Esta foi a última página a ser escrita, deixei-a para o final acreditando que seria a mais fácil de escrever, no entanto, a realidade é que, quando se tem uma rede de suporte tão especial do seu lado, os agradecimentos podem ser um desafio.

Assim, em primeiro lugar tenho de agradecer aos meus pais, a eles que fizeram de tudo para me dar as oportunidades que eles não tiveram. À minha família que, apesar de não entender inteiramente o que eu estou a fazer, esteve sempre presente. E ao Matteo, que acreditou em mim, mesmo nos momentos em que eu própria duvidava.

Aos amigos que fiz neste percurso e que me acompanham desde a licenciatura, foram anos especiais que vou carregar sempre comigo. À Inês que apesar de ter fugido de História sempre me apoiou neste processo, à Sara e ao Nuno, que nunca me deixavam sozinha no sofrimento que muitas vezes as escritas e reescritas trouxeram. Ao João "de Famalicão" e à Meggy que vêm em pacote e não conseguimos desgostar. Um agradecimento especial ao João "de Gaia", sem ele não havia dissertação para defender, ao João de "Arouca" que me ajudou sempre nas minhas dúvidas em relação a tudo, e aos amigos que fiz neste mestrado, vocês fizeram aulas ao sábado de manhã algo que eu quisesse frequentar.

Um agradecimento aos orientadores que tive a sorte de ter, Professor Doutor Hugo Ribeiro e Doutora Sara Pinto, que me ensinaram muito e aconselharam ainda mais. Por fim, agradeço também ao Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória pelo apoio institucional e financeiro concedido através da bolsa de investigação com duração de 7 meses.

Resumo

A presença dos Roma na História foi registada sobretudo pela população não cigana. Estas comunidades nunca tiveram uma representação formal e presença na vida pública, por isso, a sua identidade foi definida por uma população maioritária que não as entendia, e que variava a sua perspetiva das mesmas conforme os seus objetivos e o contexto intelectual e artístico em que estava inserida. O mesmo se passou com as comunidades ciganas em Portugal que, presentes no espaço nacional desde o século XVI, seriam somente consideradas pela lei como portuguesas no século XIX, mas que continuariam a ser vistas como estrangeiras por uma grande parte da população. O objetivo desta investigação foi analisar as representações realizadas durante o século XIX sobre os indivíduos ciganos que se encontravam em Portugal, percebendo como estas se foram caracterizando e polarizando, bem como entendendo a forma como foram moldadas pelo cenário nacional. Assim, a partir de uma análise de diversas tipologias de fontes primárias foi possível perceber a existência de várias ideias pré-concebidas sobre estas comunidades em território nacional, que se repetiram durante séculos, fundamentando um discurso que serviu de base para a criação de leis e posturas políticas preconceituosas, e que moldou e limitou a formação da identidade das comunidades ciganas portuguesas até aos dias de hoje.

Palavras-chave: Comunidades ciganas – representações – discursos – estereótipos

Abstract

The presence of the Roma has been described in history by the non-Gypsy population. These communities never had a formal representations and presence in public life, as a result, their identity was defined by a majority population that did not understand them and whose perspective on them varied according to their objectives and the intellectual and artistic context in which they lived. The same was true for Roma communities in Portugal, which had been present in the national space since the 16th century but were only considered Portuguese by law in the 19th century, continuing to be viewed as foreigners by a large part of the population. The aim of this research was to analyse the representations made during the 19th century about the Roma individuals who were in Portugal, understanding how these were characterised and polarised, as well as understanding how they were shaped by the national scenario. Thus, based on an analysis of various types of primary sources, it was possible to perceive the existence of several preconceived ideas about these communities in the national territory, which were repeated over centuries, underpinning a discourse that served as the basis for the creation of prejudiced laws and political positions, and which shaped and limited the formation of the identity of Portuguese Roma communities to this day.

Key-words: Gypsy communities – representations – speeches – stereotypes

Índice de Tabelas (ou Quadros)

TABELA 1 - TIPOLOGIAS DE FONTES DOCUMENTAIS USADAS, ARQUIVOS BIBLIOTECAS OU REPOSITÓRIOS CORRESPONDENTES E ANOS ABRANGIDOS. 29

TABELA 2 - ESQUEMA DA APLICAÇÃO DO PENSAMENTO HISTÓRICO NA ANÁLISE DE FONTES DE INFORMAÇÃO.....102

TABELA 3 - SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES QUE SE ESPERA SEREM TIRADAS PELOS ALUNOS DO 10º ANO.....108

TABELA 4 - SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES QUE SE ESPERA SEREM TIRADAS PELOS ALUNOS DO 12º ANO.....114

Introdução

Objeto de estudo

> "Os ciganos são o que se quiser que eles sejam, no sentido em que se pode encontrar em várias fontes a confirmação da definição que melhor se adapta a um objetivo. Além disso, se o objetivo mudar e o cenário se deslocar, as definições podem ser, e foram, alteradas. No entanto, é precisamente esta legitimidade aparente de cada uma das identidades ciganas que suscita uma controvérsia considerável e que tem uma influência tão importante na forma como os ciganos se situam na sociedade dominante não cigana"[1].
>
> (Mayall, 2004, p.16)

O **objeto de estudo desta dissertação são as representações realizadas sobre as comunidades ciganas em Portugal no século XIX**. Desde já, para uma clarificação do objeto de estudo, faz-se necessário explicar e contextualizar a nomenclatura utilizada. A terminologia usada para designar as comunidades ciganas é fruto de grande debate[2], tendo em conta que o termo comumente usado de 'gypsies' ou 'ciganos', deriva de equívocos e desconhecimento acerca dessas populações. Ademais, há a complexidade associada ao uso dos termos 'povo' ou 'povos', bem como 'comunidades' Romani.

Primeiramente, como o trabalho se centra nas representações produzidas pela população maioritária sobre estas comunidades, o termo que será utilizado para referir os indivíduos de etnia cigana portugueses será "cigano" (e o plural, "ciganos"). Não faria sentido de outra forma. Expressões como "Romani", "Rom" ou "Roma" não eram (ou são) as mais utilizadas no discurso popular e, consequentemente, não são a nomenclatura que é refletida nas fontes.

---

[1] [Tradução própria de: "Gypsies are who you want them to be in the sense that confirmation can be found in various sources for the definition which best suits a purpose. Moreover, if the purpose changes and the ground shifts, then definitions can be, and have been, changed. However, it is precisely this apparent legitimacy of each of the Gypsy identities that is the cause of considerable controversy and which has such an important bearing on how Gypsies are situated in the dominant, non-Gypsy society."]

[2] (ver Hancock 2007, Nunes 1996, Mangas 2024).

Com o intuito de distinguir o discurso referente aos ciganos portugueses daquele que aborda estas comunidades em contexto global, e a par do entendimento de que 'Roma' é a terminologia utilizada pela União Europeia, referir-se-á a 'Roma', ou 'Romani', quando o panorama internacional estiver a ser abordado. Por fim, será utilizado o termo 'comunidades' devido à perceção de que os Roma, apesar de partilharem aspetos de uma mesma cultura, não são um grupo homogéneo (Hancock, 2007, p.22). A isto acrescento também o argumento de Francisco Mangas sobre a complexidade do termo 'povo' e a sua difícil aplicação num trabalho que se centra nas representações e, consequentemente, prováveis interações interétnicas em Portugal (Mangas, 2024, p.32).

Como David Mayall explica, pelo facto de as comunidades Roma se caracterizarem por uma história sobretudo oral e um afastamento da população não Romani, não tendo deixado os seus testemunhos escritos na história, mas existindo sim uma vasta produção sobre eles, poderíamos enquadrar a imagem dos Roma em qualquer aspeto que sirva os nossos propósitos. Essas comunidades sempre foram representadas com base na perceção ou imaginação alheia, em que os estereótipos difundidos prevaleceram sobre o desejo genuíno de compreendê-las. Segundo Mayall, as representações de ciganos basearam-se em generalizações sobre o seu carácter e identidade, sendo estas aplicadas a todo o grupo. Algo habitual de acontecer a grupos minoritários, mas que toma proporções diferentes com os Romani (Mayall, 2004, p.374), influenciando a forma como estas comunidades se inserem face à população maioritária.

Desta forma, o objeto de estudo deste trabalho centra-se nas representações realizadas pela população maioritária em relação às comunidades ciganas portuguesas. Segundo Mayall, a forma como se caracterizam grupos minoritários influencia o seu posicionamento face ao grupo dominante. O uso de rótulos que definam um grupo ajuda a moldar e determinar ações, devido ao significado associado aos mesmos, defendendo o autor que imagens influenciam atitudes e comportamentos. Desta forma, as imagens existentes sobre ciganos, criadas por não ciganos, teriam conduzido ao medo da população geral face a esta minoria, levando à sua consequente rejeição (Mayall,

2004, p.32). Portanto, o objetivo central desta dissertação é perceber de que forma é que estas representações foram realizadas e como é que estas comunidades foram caracterizadas ao longo do século XIX. Ou seja, não é um estudo sobre estas comunidades, mas sim sobre a perceção das mesmas.

Enquadramento temporal e espacial

No que concerne à cronologia deste trabalho, a escolha do século XIX justifica-se, sobretudo, pelo contexto de transformação da sociedade que marca a passagem do século XVIII para o XIX, e o cenário intelectual que caracteriza a segunda metade deste século, no qual se começa a dar importância à criação dos "Estado-Nação".

Na segunda metade do século XVIII começa a ser estabelecida a ideia do Estado de Polícia em que, segundo José Subtil, a felicidade dos cidadãos é vista como algo a ser atingido, procurando-se a conservação e o prolongamento da vida da população e justificando-se a implementação de dispositivos disciplinares sobre a mobilidade (Subtil, 2020, p.20). A população começa a ser vista em conjunto, afastando-se a valorização do individualismo, e por isso os comportamentos individuais são vistos como tendo consequências no bem-estar do grupo. É com o Estado Polícia que a ideia da padronização da sociedade ganha forma, idealizando-se o controlo comportamental da mesma e criando-se estruturas "(…) para normalizar os indivíduos, acomodar as suas excentricidades e corrigir as suas anomalias (…)" (Subtil, 2020, p.22). A saúde pública ganha grande importância como assunto de interesse público, sendo somente garantida a partir da disciplina policial que salvaguardava a ordem e a implementação das medidas governamentais. Neste cenário, o controlo da população e dos seus movimentos ganha força, não só tendo em vista uma maior segurança, observando-se os deslocamentos, geralmente devido a trabalhos sazonais, de grupos populacionais como perigosos, mas também tendo em vista o controlo da saúde pública, com a mendicidade a ser encarada como um problema (Subtil, 2013, pp.330-335). É neste cenário que, apesar da vasta legislação para a sua extinção do reino, ou a renúncia dos seus costumes, encontramos

as comunidades ciganas, que suscitavam desconfiança, sobretudo pelo seu carácter nómada.

Além do Estado de Polícia que se começa a afirmar e, posteriormente, de um Estado Liberal que não introduziu grandes mudanças no controlo da população (Subtil, 2020, p.26), os movimentos intelectuais do século XIX também se revelam particularmente interessantes para este projeto, sobretudo o Romantismo. Assim, importa entender se esses movimentos intelectuais influenciaram as representações sobre as comunidades ciganas então produzidas. É necessário ter em mente todo o ambiente intelectual à época, com o Romantismo a querer "reformar a alma nacional" (Catroga, 1993, p. 545), a maior curiosidade para os costumes de outros povos, mas também a maior preocupação em definir uma identidade portuguesa, com o surgimento dos nacionalismos já nos finais do século. O Romantismo marcou a nostalgia das sociedades pré-capitalistas (Meireles, 1999, p.6), sendo os Romani vistos como resquícios de uma idade de ouro há muito esquecida (Nord, 2006, p.25), transferindo a sua ideologia e os conflitos de identidade nacional para as suas produções culturais (Meireles, 1999, p.6).

Segundo Sobral, a implantação do liberalismo é o momento de eclosão e expansão do nacionalismo moderno, de que resultam vários discursos nacionalistas criados por uma elite romântica na intenção de definir elementos de uma cultura nacional (Sobral, 2003, p. 1106). O século XIX foi um século de pluralidade política e intelectual, e a definição dos nacionalismos reflete esse cenário (Sobral, 2003, p.1107). Neste contexto, há uma tentativa de procurar antecedentes étnicos ao Estado português, bem como, uma mobilização política em torno de propostas de regeneração nacional, com a criação de uma historiografia, literatura, arte, entre outros, definidas como nacionais. O século XIX marcou o ápice da criação das identidades nacionais. Foi no século XIX, com o ultrarromantismo, que o artista ganhou um papel cívico, devendo despertar para a noção de uma consciência nacional, resultado de um sentimento patriótico que se sustenta na ideia de fraternidade (Gil, 2015, p.132). Desta maneira, torna-se importante entender, neste cenário intelectual patriótico, como as identidades se constituíram por discursos anteriores, sendo construídas a partir de premissas

anteriormente pensadas, fazendo com que as identidades carreguem memória e sirvam de referência para construções futuras (Lima *et al.*, 2020, p. 242).

O espaço estudado foi definido sobretudo pelas fontes selecionadas, devido à complexidade que seria encontrar fontes que se limitassem a um local geográfico, e permitindo observar uma visão nacional sobre estas comunidades. Considerando-se também que se procura estudar comunidades seminómades, o espaço corresponderá a Portugal continental. Não obstante, a seleção das fontes mostra uma maior representatividade da área de Lisboa e região centro-sul de Portugal, predominantemente Évora e Santarém.

Revisão da literatura

As representações destas comunidades em Portugal ainda não estão bem estudadas, havendo somente o trabalho de Francisco Mangas que aborda este tema para a Época Moderna. Em Portugal, a bibliografia sobre as comunidades ciganas centra-se, sobretudo, no aspeto antropológico e sociológico das mesmas, como é exemplo o trabalho de Adolfo Coelho, um dos pioneiros do desenvolvimento da etnografia em Portugal. Coelho foi dos primeiros académicos a estudar as comunidades ciganas portuguesas, ainda em 1892. O seu trabalho centrou-se no estudo da linguagem dos ciganos em Portugal, a gíria portuguesa e a sua relação com a língua destas comunidades, apresentando também um esboço etnográfico dos ciganos em Portugal e no Brasil. Apesar da complexidade deste estudo, e segundo o que Adolfo Coelho explica na sua introdução, a informação a que recorreu foi, na sua maioria, recolhida não por si, mas por Thomaz Pires, um folclorista de Elvas. Assim, pela falta de contacto do autor com as comunidades em estudo, e também pelo carácter muitas vezes etnocêntrico da sua análise, deve-se ter uma abordagem crítica na leitura desse trabalho. Como foi publicada no século XIX, esta será uma fonte central para o desenvolvimento desta dissertação. Olímpio Nunes (1996), por sua vez, realizou um estudo antropológico das comunidades ciganas nos finais do século XX. Este autor destaca-se não só por ser um dos primeiros a voltar a estudar estas comunidades depois de Adolfo Coelho, mas

também pela conexão que foi formando com as comunidades ciganas durante o seu trabalho de campo. Para o autor, esta conexão permitiu um maior entendimento da cultura cigana e das "histórias de vida", que Nunes considera serem as fontes principais que explicam e demonstram a cultura cigana. Este autor aborda os Roma sobretudo em Portugal, sendo um estudo focado na antropologia, mas que também se revela essencial para o traçar histórico das comunidades ciganas.

Carlos Sousa (2013) apresenta um estudo mais recente no âmbito da sociologia, sobre uma família cigana portuguesa entre 1827 e 1957. O autor procura estudar o tipo de dinâmicas sociais e estratégias identitárias que configuravam as relações interétnicas entre as comunidades ciganas e a restante sociedade portuguesa, desde o final do séc. XIX até ao séc. XX. O autor aborda tópicos como a honra e vergonha na comunidade cigana e na sociedade portuguesa oitocentista, tentando reconstruir as histórias de vida dos membros da família estudada.

No panorama nacional existem também vários estudos que pretendem enquadrar estas comunidades no cenário português, como o caso de estudos promovidos pelo ObCig – Observatório das Comunidades Ciganas, que visa apoiar a realização e avaliação de políticas públicas para a maior integração destas comunidades na sociedade e para a sua proteção face a preconceitos existentes[3]. Estes trabalhos tendem a centrar-se em aspetos como a integração e escolarização dos membros das comunidades ciganas, destacando-se o *Estudo Nacional sobre as comunidades ciganas* (2014), que ambiciona entender e traçar estas comunidades para uma melhor aplicação de projetos que auxiliem as mesmas. Este estudo revela-se de bastante interesse para o conhecimento preliminar destas comunidades em Portugal, traçando-as geograficamente e abordando temas como a língua cigana, a sua religião, situação profissional, habitação, entre outros.

Estudos com uma perspetiva histórica ficam um pouco aquém, não havendo significativa investigação realizada. Neste aspeto, destaca-se Elisa Costa, uma das

[3] (Por exemplo: Magano *et al*., 2013; Cortesão et al., 2005)

especialistas da história das comunidades ciganas em Portugal, centrando-se sobretudo na época moderna e no seu exílio para o Brasil. No seu trabalho *O Povo cigano entre Portugal e terras de além-mar (séculos XVI-XIX)* (1997), a autora foca a sua atenção nas políticas de degredo que incidiram sobre os ciganos, nas relações entre ciganos e não ciganos e com a atuação da inquisição em Angola e, essencialmente, no Brasil. A atenção de Elisa Costa no espaço colonial dá-se também devido ao tipo de fontes utilizadas, havendo mais informação para as terras "além-mar" do que para o território continental, em resultado das políticas de exílio impostas aos membros destas comunidades. Além disso, a autora demonstra uma grande preocupação em promover mais estudos sobre estes povos em Portugal, publicando um trabalho fundamental em que identifica fontes para o estudo histórico dos ciganos em Portugal – *Os Ciganos fontes bibliográficas em Portugal* (1995): fontes legislativas, literárias, artísticas, judiciais etc., que podem ser usadas para o estudo mais aprofundado destas comunidades.

Francisco Mangas (2024) fez uma análise bastante profunda da história destas comunidades em Portugal na época moderna, abordando também o tópico das suas representações, analisando peças populares como o *Auto das Ciganas* de Gil Vicente. O trabalho de Mangas, além de ser dos poucos que aborda as comunidades ciganas numa perspetiva histórica, vem também completar aspetos abordados na bibliografia internacional, obtendo-se assim a perspetiva para o cenário português.

A falta de estudos académicos portugueses obrigou a uma maior dependência da bibliografia internacional para realizar este trabalho, destacando-se autores como Dimitri Rezende (2019), Deborah Nord (2006) e Samantha Rohrborn (2015).

Ao considerar o processo de criação de nacionalidades e a importância que a identidade apresenta no séc. XIX, compreende-se também a relevância dos estereótipos nestes processos. Dimitri Rezende (2019) defende que o próprio termo "cigano" é um estereótipo elaborado conforme representações coletivas formadas a partir de séculos de convivência entre culturas diferentes (Rezende, 2019, p.689). Samantha Rohrborn (2015), ao analisar personagens Romani nas obras de Emily Bronte e George Eliot, conclui que as autoras, para darem sentido às figuras Roma que tentavam representar, baseavam-se em estereótipos e falsas expectativas sobre o que significava ser cigano e

sobre os comportamentos que um cigano deveria exibir. Também Deborah Nord (2006), aborda este aspeto no seu trabalho, entendendo que foram utilizados estereótipos por autores do séc. XIX para delinear a história que está a ser contada. Desta forma, o leitor fica a prever o que possa acontecer devido à existência de estereótipos que o confirmam. O uso destes estereótipos, combinado com a romantização das personagens Romani, foi usado em obras de Matthew Arnold e George Borrow para comentar e criticar os delírios da personagem principal, abrindo-se um espaço entre a imagem e a pessoa. Ao espaço entre a personagem Roma e a pessoa Roma, Nord deu o nome de "Romany Rye", baseando-se numa caricatura destas personagens de acordo com os estereótipos que a envolviam.

Tanto Rohborn como Nord justificam a presença frequente da figura Roma na literatura como uma consequência do colonialismo e imperialismo da Grã-Bretanha. Nord, ao desconstruir as personagens ciganas que apareceram nos romances históricos que analisa, identifica os temas mais recorrentes abordados em torno destas personagens: as origens; os raptos; heterodoxia de género; e a dissociação. Tal como Rohrborn, Nord observa as comunidades Roma como um "outro" interno, ou seja, algo de fora, mas que estava dentro da Nação, ao contrário dos sujeitos coloniais que estariam fora do Estado, mas dentro do Império. Seria a proximidade deste "outro" – o cigano - que marcou a sua utilização como figuras literárias e simbólicas (2006, p.19).

Além disso, Nord defende também que as figuras ciganas foram usadas como modo de escapar à sociedade vitoriana. Segundo Nord, os Romanis representavam, ao mesmo tempo, o que era desejado, temido e proibido na cultura britânica. Isto observa-se, como percebemos no seu trabalho, a partir da utilização da figura Roma como um desvio às normas convencionais de género. A mulher Romani é muitas vezes apresentada com características tendencialmente masculinas, o que Francisco Mangas (2024) veio confirmar também para o caso português. Neste caso, o autor explica que as personagens femininas ciganas foram muitas vezes representadas com uma independência face ao homem, para chocar ou divertir a audiência, dando o exemplo das figuras ciganas de Gil Vicente (Mangas, 2024, p.93).

Mangas inicia o seu trabalho discutindo a "obsessão" com o estudo da origem dos povos Romani, um tema amplamente explorado nos estudos contemporâneos, destacando-se *The Gypsies*, de Angus Fraser. Francisco Mangas afirma que a Gypsy Lore Society dedicou grande atenção à investigação das origens destas comunidades "(…) como se a sua história se resumisse ao seu movimento e instalação no continente europeu", e culpando o "entusiasmo folclorista" por tal (Mangas, 2024, p. 35). A respeito de trabalhos literários, Nord afirma que a obsessão com as origens é um dos aspetos que aparece frequentemente nas obras com personagens Romani. A mistificação da origem destas comunidades é um tema muito explorado, mesmo depois de já se saber os contornos das suas origens e percursos até à sua chegada ao Ocidente. O suposto mistério da pátria dos Roma tornou-se, segundo a autora, num elemento necessário e teimosamente conservado para pensar e imaginar os Romani, sendo usados como um grupo que refletia uma ascendência primordial (Nord, 2006, p.9). Esta visão seria representativa da vontade de realçar a superioridade da população maioritária face às comunidades Romani. A isto podemos relacionar o raciocínio de Rohrbron quando aborda estas representações tendo em conta o quadro de nacionalismo que se estava a criar no século XIX. A autora explica que o nomadismo associado a esta minoria os impedia de se afiliarem a uma Nação ou à construção ocidental de nacionalismo, sendo o estilo de vida nómada um desafio ao próprio discurso nacionalista (Rohrborn, 2015, p.17). O nomadismo não é controlado pelos laços imaginários da comunidade que está fixa a um espaço geográfico e político e, por isso, seria um fator da sua marginalização.

É sobre a marginalização dos Roma que o trabalho de Martin Fotta (2020) se debruça. O autor, num estudo sobre o Brasil, demonstra que a visão e o retrato dos ciganos variam conforme os séculos. Fotta argumenta que, com a independência do Brasil e a construção do Estado Brasileiro, houve uma mudança na perceção acerca dos ciganos, criando-se um discurso colonial interno. Isto terá resultado das necessidades da criação de uma identidade, bem como, do estabelecimento de uma estrutura económica que não dependesse da escravatura. Segundo Fotta, as elites utilizavam a sua figura para evidenciar as visões da elite sobre a sociedade e justificar as intervenções do Estado: "A figura do cigano fala assim sobre conflitos sociais contemporâneos, dos

processos de construção do Estado e das atitudes das autoridades em relação ao povo em geral." (Fotta, 2020, p.318)[4]. Como o autor explica, o fim do estatuto colonial do Brasil não significou o fim das relações coloniais, sendo a colonização doméstica levada a cabo em pretexto da construção da Nação e de novas formas de ciência racial (Fotta, 2020, p.341).

Aidan McGarry (2014) acrescenta a este debate, num estudo contemporâneo sobre a identidade Roma e as representações dos Roma na Europa, o impacto que as suas representações como uma "comunidade problema", desde a sua chegada à Europa, tiveram. O autor realça que as extensas representações negativas dos Roma, produzidas e sustentadas pela maioria, justificaram a perseguição, assimilação e marginalização dos membros desta etnia. McGarry debate ainda que as representações negativas dos Roma são mais do que um artefacto histórico, permanecendo reais atualmente (McGarry, 2014, p. 760). O autor explica que a identidade Roma está ligada a como estes indivíduos eram entendidos pela maioria. As representações sobre a sua identidade são significativas pela falta de representação formal própria, para desafiarem as conceções dominantes sobre as comunidades Romani na Europa. Entende também que as representações sobre estas comunidades variam, sendo, sobretudo, desfavoráveis aos mesmos, servindo para reforçar a ideia de como os Roma seriam diferentes e não encaixariam nos contextos políticos nacionais e transnacionais (McGarry, 2014, p.759).

Ademais, Dimitri Rezende, na mesma linha de pensamento, argumenta que as representações selecionadas na criação da imagem do cigano são estabelecidas pela "*(con)fusão*" do discurso académico com o saber popular (Rezende, 2006, p.692). O saber popular, nos seus trabalhos, é referido como um "discurso mitológico", ou seja, um discurso comum que seria influenciado pelo misticismo e factos irreais, que se acreditavam ser válidos, sobre as comunidades ciganas. Segundo Rezende, a história dos Roma é marcada pela sobreposição e deslocamento das várias representações sociais sobre os mesmos, sendo esta também, fruto dos "discursos mitológico científicos e

[4] "[Tradução própria de: "The figure of the Gypsy thus speaks of contemporary social conflicts, state-building processes, and the attitudes of authorities towards the people in general".]

práticas cotidianas" (Rezende, 2006, p.697). Na sua dissertação, Rezende (2000) explica que as lendas e fantasias se cofundem com a história verdadeira dos Romani. As representações desenvolvem-se em lendas sobre os Romani, que são aceites como a sua história e moldadas de acordo com o cenário, preocupações e valores locais, e não a partir da interação e conhecimento dos indivíduos Roma. Em suma, o autor defende que "(…) o discurso mitológico-científico tem o poder de dividir socialmente o mundo, legitimando algumas representações e imagens, e condenando outras." (Rezende, 2000, p.108).

Por outro lado, Ian Hancock (2007), autor Romani, preocupado, sobretudo, com a linguagem e identidade destas comunidades, explica como as perseguições e exclusão dos Romani geraram comportamentos que agora os definem. O autor apela à reflexão sobre tratamento destes pela população maioritária, e como tal influenciou o estado em que muitas das suas comunidades se encontram no presente. Segundo o mesmo "(…) não há como negar o que está à vista de todos. Mas é preciso compreendê-lo e abordá-lo de forma correta, para que as coisas melhorem."[5] (Hancock, 2007, p.33).

Desta forma, a partir do entendimento de um vazio na historiografia portuguesa sobre aspetos que circundam as comunidades ciganas que gostaria de ver preenchido, e entendendo a importância das imagens como criadoras de significados (Mayall, 2004, p. 34), e as consequências desses significados no tratamento de minorias, a análise que se pretende realizar debruçar-se-á nas representações que eram feitas sobre as comunidades ciganas portuguesas. Procurar-se-á, assim, contribuir para um aprofundamento do estudo histórico das comunidades ciganas em Portugal, e impulsionar uma maior abertura a este tipo de temas.

Objetivos de investigação

[5] [Tradução própria de: (…) there is no denying what is there plainly to see. But it has to be understood, and addressed in the right way, if things are to improve."[5]]

Visando responder ao propósito principal deste projeto, foram estabelecidos três objetivos que o complementam e que centram a sua análise.

Em primeiro lugar, pretende-se **analisar as representações das comunidades ciganas, particularizando e comparando as representações da figura feminina e da figura masculina, no sentido de identificar e avaliar possíveis disparidades, e entender como estas se manifestam**. Parte-se do que foi verificado para o caso espanhol, por Maria Sierra (2017, p.22), acerca de uma tendência para a hipersexualização da mulher cigana, a partir da observação da mesma como algo exótico, e sendo a mulher muitas vezes descrita à semelhança de um animal selvagem, sensual e erótico, contrastando esta descrição com a descrição do homem cigano, como violento e com uma masculinidade estrita.

Com as descrições de Maria Sierra, consegue-se perceber a influência que o olhar romântico, que explora com interesse outros povos sobre o prisma da curiosidade, mas também do desconhecimento - pois o maior interesse são as histórias nacionais - influenciou a imagem da mulher cigana em Espanha. Como motivo de comparação para uma época em que o pensamento romântico ainda não vigorava, temos as conclusões a que Francisco Mangas chega. Na análise das representações sobre as mulheres ciganas, Mangas explica que o exotismo das mesmas estava já presente antes do século XIX. No entanto, a sua sexualização não parece ser tão forte como a que Maria Sierra refere. Segundo Francisco Mangas, o exotismo da mulher cigana seria usado como forma de ornamentação. Além disso, o autor refere também que as mulheres ciganas eram vistas com uma certa independência face à tutela do homem, representadas como líderes das suas comunidades de maneira a chocar ou divertir a audiência (Mangas, 2024, p. 93). Esta utilização das personagens ciganas femininas pode-se assemelhar ao que Deborah Nord explica sobre a heterodoxia de género das figuras ciganas na literatura britânica. As personagens ciganas muitas vezes foram descritas com características não convencionais de género para a época: a mulher cigana apresentando-se com características de força e liderança, e o homem cigano indolente e passivo (Nord, 2006, p.28).

Em segundo lugar, pretende-se **verificar se as representações correspondem a diferentes perceções conotativas: são divididas em dois polos?** A representação dos ciganos como a personificação da liberdade ou da criminalidade. Este objetivo surge, sobretudo, através do que Olímpio Nunes (1996) e Ian Hancock (2007) explicam acerca do tratamento de desconfiança com que Romanis são tratados, desde a sua chegada à Europa.

Mariana Santos e Luana Gusso (2016) afirmam que os ciganos são vistos como "causadores de problemas" (Gusso, 2016, p.73), sendo que Hancock explica haver um fenómeno de *scapegoatism* sobre estas comunidades. As comunidades Romani eram o alvo ideal para justificar todos os males de uma determinada região, algo que era facilitado pela distância que mantinham com a população local e pelo nomadismo que praticavam (Hancock, 2007, p.62). Já Francisco Mangas, ao abordar o *Auto das Ciganas* de Gil Vicente, uma das primeiras referências sobre estas comunidades em Portugal, explica como o dramaturgo introduz todos os estereótipos sobre os ciganos portugueses acompanhados de um exotismo divertido que, segundo Mangas, se vai perdendo ao longo do tempo, dando lugar a representações mais negativas focadas nos tópicos "dos *roubos* e *enganos*" (Mangas, 2024, p.73). Por outro lado, para o século XIX, Maria Sierra, ao abordar o caso espanhol, explica como o estereótipo romântico é sobretudo positivo nas suas representações, sendo estes povos vistos a partir da sua "liberdade radical", espírito artístico e contacto com a natureza (Sierra, 2017, p. 23). Completando esta ideia, Hancock acrescenta que, a partir dos inícios do século XIX, começa a surgir uma imagem cigana, resultado da nostalgia de um mundo sem revolução industrial (Hancock, 2007, p. 65). Esta *gypsy image* retratava o cigano como o último resquício intocado de um mundo pré-industrial, sendo os últimos símbolos de civilização contente em viver dos solos e das florestas. Neste cenário, inicia-se uma discussão sobre a "alma cigana" (Hancock, 2007, p.66), não considerando os problemas que a industrialização trouxe às comunidades nómadas e baseando-se, sobretudo, no desconhecimento da cultura Romani.

Assim sendo, entende-se haver, segundo Mangas e antropólogos como Olímpio Nunes, uma evolução da imagem negativa destas comunidades que, tendo em conta o

que Sierra e Hancock expõem, em algum momento possa ter sido esquecida ou levada para segundo plano, face a uma imagem romantizada dos mesmos, ambas resultantes do desconhecimento e afastamento cultural. Desta forma, qual a situação que se verifica nas representações em Portugal? Há uma permanência da exposição dos ciganos pelo lado negativo, associados ao roubo e ao engano? Ou há a valorização de uma certa ideia romântica que este povo possa representar? Será que, pela pluralidade de ideias do século XIX, conseguimos ver estes dois retratos, e mais algumas variantes? O objetivo, portanto, reside em analisar de que modo essas representações são efetivamente construídas, identificar as inclinações predominantes e averiguar a existência de uma tendência em direção a uma forma específica de representação.

Tendo isto em conta, e entendendo o século XIX pela sua instabilidade e mudanças políticas e intelectuais, o último objetivo de análise é **aferir se estas representações evoluíram ao longo do século XIX e se apresentam diferenças dependendo do seu contexto de produção**. Como observado anteriormente, o século XIX teve uma grande importância a nível intelectual, surgindo vários movimentos relevantes como o positivismo e o cientismo, escola filosófica que focou a sua atenção na importância da ciência como a fonte de todo o conhecimento e, por isso, que se caracterizou pela experiência como a única fonte de saber. Esta escola positivista desenvolveu fundamentações teóricas que justificaram doutrinas políticas em Portugal e alertou para a nova realidade social nacional (Meireles, 1999, p.17). Também se destacou o naturalismo, que se centrava nas explicações fisiológicas e comportamentais, tendo em conta o meio, hereditariedade e momento histórico, valorizando o método científico (Gil, 2015, p.158). Já nos finais do século surgiu a crise finissecular, que se resumiu a um sentimento de angústia perante o destino da Nação (Meireles, 1999, p.18), marcada pelo ambiente pessimista e de crise de valores que abalou o final do século XIX (a partir de 1890).

Consequentemente, observando-se o século XIX como o século dos nacionalismos e da criação das identidades, surge a questão da representatividade das comunidades ciganas tendo em conta o discurso nacionalista. Segundo Valentina Glajar e Domnica Raduleseu (2008), o problema não seria a falta de representação dos Roma

no discurso nacionalista europeu, mas sim o excesso de representações em que o cigano é a imagem da natureza, do *outro de fora*, que se reflete num adversário à Nação[6] (Glajar, 2008, .51). A existência destas comunidades seria a prova viva da diversidade cultural e étnica existente no território nacional, consagrando-se como oposição a uma narrativa nacional uniforme, que não visava os seus costumes, e que se baseava na fraternidade dos seus residentes para se sustentar. Além disso, David Mayall defende que a imagem dos Roma fluía, que os romancistas e reformadores sociais poderiam conhecer o mesmo grupo de pessoas e sair desse encontro com imagens completamente díspares umas das outras (Mayall, 2004, p.374), mantendo-se as comunidades Romani como algo separado da população maioritária integrante numa Nação. Tendo isto em conta, torna-se de interesse perceber como é que as representações das comunidades ciganas, ou seja, de minorias nacionais - "do outro" – foram evoluindo paralelamente a este processo de exaltação nacional e também de controlo e padronização da população.

Considerando o cenário político e intelectual do século XIX português, observam-se acontecimentos como as guerras liberais, a independência do Brasil e o ultimato inglês, entendendo-se o século XIX como um século de instabilidade e mudanças. Percebe-se que as representações possam evoluir e transformar-se, dependendo tanto do ambiente político, cenário intelectual e o contexto específico em que cada representação surge.

Fontes e metodologia

A identificação das fontes primárias que compõem o corpus documental desta dissertação foi um desafio. Trabalhar as comunidades ciganas significou não ter um arquivo, coleção, ou tipo de fonte específica em que as comunidades seriam frequentemente representadas. Entendeu-se também a falta de fontes diretas sobre as mesmas, acabando por se selecionar várias fontes em que o objeto representado não seriam as comunidades ciganas, mas em que estas foram referenciadas no discurso.

[6] As autoras utilizam a expressão "the outsider", para continuar o discurso em português decidi traduzir a mesma para "outro de fora".

Além disso, o fator do tempo para a escrita da dissertação também se mostrou um entrave à localização de um maior número de fontes para este estudo. A seleção de fontes baseou-se na identificação de documentos como referentes a ciganos a partir do uso de terminologia que para tal apontava, presente geralmente no título do documento, ou então no seu conteúdo. No entanto, reconhecemos que existirão mais fontes primárias que tratam indivíduos destas comunidades, mas que, ao não incluírem terminologia que os permita identificar, não apareceram na pesquisa realizada em inventários e catálogos dos arquivos visitados. Para uma investigação destas fontes seria necessário procurar famílias e indivíduos com características que, a partir das fontes que utilizam a terminologia de "ciganos" e pela bibliografia, se identificariam como documentos referentes a indivíduos ciganos. No entanto, este processo revelar-se-ia demorado para o cenário de uma dissertação de mestrado, mas sendo algo possível de se realizar e que deve ser incentivado para um mais profundo conhecimento da história destas comunidades no século XIX.

O contributo da autora Elisa Costa foi essencial para perceber por onde começar a procura de fontes. Costa, entendendo a falta de trabalhos na perspetiva histórica destas comunidades e adivinhando já a dificuldade inicial de localizar fontes para o seu estudo, publicou a obra *Os Ciganos: fontes para o seu estudo em Portugal* (1995), que consiste numa inventariação de fontes identificadas e reunidas pela autora para a realização destes trabalhos. Costa apresenta uma variada seleção de fontes literárias, artísticas, académicas e legislativas que referem as comunidades ciganas e que, por isso, marcaram o início do processo de identificação e seleção de fontes para este projeto de mestrado.

Como o objetivo central desta dissertação são as representações sobre estas comunidades em espaço nacional, iniciei a pesquisa em arquivos e bibliotecas nacionais, como a Biblioteca Nacional Portuguesa e o Arquivo da Torre do Tombo. A pesquisa centrou-se em palavras-chave referentes a estas comunidades que foram retiradas da bibliografia, tais como egípcios, viajantes, vagabundos, entre outras. As palavras-chave que obtiveram mais resultados e que pautaram este projeto foram "ciganos" e "ciganas".

Além do ANTT e BNP, utilizei também o repositório Raiz Museus e Monumentos, sobretudo utilizado para a recolha de fontes iconográficas, o Arquivo Distrital do Porto, o Portal Português de Arquivos e as digitalizações dos registos dos debates parlamentares, disponíveis no portal da Assembleia da República. Neste processo, devo realçar a utilidade do motor de pesquisa da Biblioteca Nacional Digital, que permitiu uma pesquisa por palavras, não só no título e descrição das obras, mas também no próprio conteúdo das mesmas, tendo sido esta ferramenta que levou à possibilidade de selecionar fontes documentais que inicialmente não se pensaria abordarem estas comunidades, pois o seu objeto não seriam as mesmas. Face a isto, foi possível selecionar documentação de várias tipologias e referente a diferentes localidades portuguesas. Desta forma, o corpus documental é constituído por várias tipologias de fontes primárias, conseguindo-se observar uma representação oficial destas comunidades, através dos debates parlamentares e circulares recolhidos, bem como uma representação não oficial, sobretudo presente em fontes de carácter artístico e académico.

Tipologia de fonte	Arquivo, Biblioteca ou repositório	Anos abrangidos
Fontes de carácter jurídico (autos de crime, devassas, declarações, petições)	Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Nacional da Torre de Tombo, Arquivo Distrital do Porto, Arquivo Distrital de Beja.	1812, 1818, 1824, 1825, 1830, 1832, 1842, 1896
Fontes de carácter administrativo (dispensas matrimoniais, circulares, inventários, registo de batismo, registo de óbito, testamento)	Arquivo Distrital de Braga, Arquivo Distrital de Évora, Arquivo Distrital de Bragança, Arquivo Distrital de Beja, Arquivo Municipal de Sintra, Arquivo Nacional Torre do Tombo, Biblioteca Nacional de Portugal.	1827, 1835, 1842, 1852, 1863, 1869, 1873, 1875, 1879, 1889, 1891
Fontes Literárias (monografias, poema, peças de teatro e composições)	Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Almeida Garret	1819, 1842, 1883, 1839, 1894, 1890
Fontes de carácter académico (estudos antropológicos, definições de dicionários e artigos de revistas)	Real Gabinete Português de Leitura, Biblioteca Nacional de Portugal, Hemeroteca de Lisboa, Biblioteca Nacional Digital, Biblioteca Nacional de Portugal	1813, 1830, 1835, 1837, 1838, 1841, 1875, 1879, 1881, 1883, 1891
Iconografia (Pinturas e desenhos)	Raiz Museus e Monumentos, Biblioteca Nacional Digital	1885, 1892
Debates parlamentares	Portal da Assembleia da República	1822, 1823, 1843, 1844, 1853, 1861, 1862, 1865, 1870, 1871, 1877, 1882, 1887, 1898

TAB.1: TIPOLOGIAS DE FONTES DOCUMENTAIS USADAS. ARQUIVOS BIBLIOTECAS OU REPOSITÓRIOS

As principais fontes utilizadas foram as de carácter administrativo e de carácter judicial, que apresentam muitos desafios em comum. A sua maior dificuldade de análise

foi a contextualização do cenário social, bem como do cenário individual de quem produziu ou esteve envolvido na sua produção. Um outro desafio, sobretudo para as fontes administrativas, foi encontrar documentos que antecederam, ou resultaram, da fonte estudada e que abordavam o mesmo tópico. Não obstante, estas fontes permitiram um olhar sobre o tratamento dos indivíduos ciganos por algumas instituições oficiais do reino, sendo possível destacar visões específicas sobre os mesmos. Além disto, as fontes judiciais enriqueceram este projeto com os vários testemunhos que apresentam, possibilitando um reflexo de como a população maioritária falava e observava pessoas de etnia cigana.

As fontes académicas revelaram-se as mais complexas usadas neste trabalho, sendo que a sua principal dificuldade consistiu na subjetividade que os autores por vezes apresentavam. Foi necessário fazer uma distinção do que seria discurso científico e argumentos baseados no método académico, do que seriam as opiniões e suposições resultantes de representações e estereótipos vigentes e que foram transferidas para trabalhos académicos. No entanto, esta complexidade das fontes académicas acabou por revelar-se de significativo interesse para este estudo, tendo sido possível verificar paralelos entre certos estudos, e também contradições.

As fontes literárias apresentaram também grande dificuldade na sua contextualização, sobretudo quando se tratava de peças de teatro, por não haver muitos estudos acerca das peças analisadas (quando os havia), bem como pelo facto de obras de teatro e literatura nem sempre serem utilizadas pelos historiadores nas suas investigações. Além do mais, estes textos não tinham por objeto principal as comunidades ciganas, mas acabavam por fazer-lhes referência (o mesmo acontece, aliás, com as fontes académicas). Isto pode ser considerado uma dificuldade, na medida que haveria menos texto para analisar e, portanto, menor quantidade de fontes para tratar. No entanto, este facto acabou por ser o seu grande valor, permitindo entender como a imagem do cigano era utilizada em discursos que nada se relacionavam com as suas comunidades. Também um desafio de leitura e interpretação, devido à falta de preparação para a interdisciplinaridade na investigação em história, foram selecionadas

e trabalhadas algumas fontes iconográficas referentes ao final do século XIX. Tais imagens permitiram alargar as representações, indo além do texto escrito.

Por último, os debates parlamentares revelaram-se fundamentais para traçar os discursos oficiais sobre estas comunidades, conseguindo-se entender, por isso, o modo como a etnia cigana era observada pelos deputados do reino. Além do mais, são complementares à visão oficial presente nas fontes administrativas e jurídicas.

A metodologia de análise adotada foi a mesma para todas as tipologias de fontes, sofrendo algumas variações quando se tratava de fontes iconográficas. Esta foi sobretudo inspirada no método utilizado por José Ramos Tinhorão em *Negros em Portugal- uma minoria silenciada* (Tinhorão, 2019). O objetivo da metodologia aplicada foi conseguir identificar a forma como os membros das comunidades ciganas eram retratados, havendo uma atenção especial para os aspetos que distinguem estas pessoas de indivíduos não ciganos: os adjetivos utilizados, os temas abordados, o contexto em que estes indivíduos apareceriam e a sua centralidade para a fonte, no caso iconográfico as cores que são usadas, entre outros… Além do mais, é essencial considerar na análise o contexto social e político da época e da produção das fontes, bem como cruzar as diferentes tipologias documentais, procurando-se compreender as múltiplas representações criadas sobre as comunidades ciganas – que por vezes se revelam contraditórias, ou complementares.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo abordam-se as representações das comunidades ciganas, avaliando a sua tendência para a propagação de uma visão romantizada e/ou criminalizada dos indivíduos de etnia cigana. Faz-se considerações também sobre a observação destes como primitivos e nómadas, cruzando as fontes selecionadas e comparando-as com o que a bibliografia explica sobre o assunto. Entende-se também o papel do preconceito na promoção destas representações e aborda-se a tendência para a sexualização destas comunidades, em particular a sexualização da mulher cigana.

No capítulo dois aborda-se as fontes de forma diferente, analisando-se as representações por tipologia de fonte e caracterizando-se as evoluções ao longo do século XIX. O que é apresentado neste capítulo tem como intuito perceber as representações no cenário geral do século XIX, e entender o que as mesmas implicavam e refletem sobre os seus produtores. Assim, realiza-se uma análise que visa perceber o olhar com que as representações foram realizadas e identificar as tendências existentes entre o olhar político, intelectual, administrativo e artístico, desenvolvendo-se a questão da inexistência de discursos auto-fundados e relativizando-se o impacto da ciência e dos movimentos artísticos na representação de comunidades minoritárias.

Por fim, o capítulo três destinou-se ao projeto de mediação que uma dissertação em mediação patrimonial implica. Desta forma, utilizaram-se os resultados da investigação realizada, aplicando-os ao cenário da atualidade, centrando-se na importância de uma mudança no ensino da História e na sua relevância para uma melhor literacia digital. Desta forma, propõe-se uma ação destinada a alunos do 10º e 12º anos que tenham a disciplina de História, sendo o principal objetivo iniciar-se o processo de aprendizagem do pensamento histórico, utilizando-se representações das comunidades ciganas na atualidade, como forma de exemplo em exercícios que visam a aplicação do pensamento histórico a partir da literacia digital. Desta forma, os alunos, através de aulas onde a história das comunidades ciganas é abordada a partir de uma forma de ensino que incita a pensar históricamente, e de um workshop de literacia digital, irão adquirir bases para uma maior avaliação da informação com que contactam diariamente sobre comunidades minoritárias, essencialmente a partir dos media.

1. Entre a Marginalização e o Fascínio - A Polarização das Imagens sobre as Comunidades Ciganas

1.1. Os Romani - uma comunidade de difícil definição

As comunidades Romani são um grupo heterogéneo que apresenta particularidades conforme a sua região geográfica (Hancock, 2007, p.22), sendo as suas origens motivo de grande debate desde o século XIX. Atualmente aceita-se, devido a estudos linguísticos e, particularmente, ao contributo de Angus Fraser (1995, pp.10-28), o seu local de origem como sendo o Norte da Índia. Fraser traçou os movimentos migratórios dos Romani até à sua chegada à Europa, passando pela Arménia e a Pérsia, e o seu infiltrar dentro dos reinos europeus.[7] Ao acompanhar a legislação publicada contra as pessoas Romani, Fraser conseguiu perceber os seus movimentos dentro da Europa.

A primeira referência a "ciganos" em Portugal, e não de "gregos" ou "egípcios" com os quais eram muitas vezes confundidos, é feita em 1516 no Cancioneiro Geral de Garcia Resende (Nunes, 1996, p.73). Acredita-se que estas comunidades tenham entrado em Portugal a partir do século XV pela Estremadura para fugir à perseguição dos reis Católicos (Nunes, 1996, p. 72). Segundo Angus Fraser (1995, p. 112), verificam-se leis repressoras dos ciganos a partir de 1526, o que indicaria uma presença bastante estabelecida dos ciganos em Portugal, que teria originado essa resposta repressora. No entanto, pela variedade de leis que surgem ao longo dos séculos, entende-se ter havido sempre uma constante permanência de ciganos no reino e uma certa ineficácia da legislação no seu controlo e expulsão.

O nomadismo e os costumes das populações ciganas foram o principal alvo da legislação, segundo Olímpio Nunes, que observa estas comunidades, por vezes, com

[7] Este tema tem sido algo muito debatido nos meios intelectuais linguistas e antropológicos, para um ponto de situação acerca deste debate ver Mangas, 2024, pp.34-44.

uma lente romantizada, defendendo que a "psicologia dos ciganos"[8] seria nómada, permanecendo igual mesmo se se sedentarizando (Nunes, 1996, pp. 137-140). Já se seguirmos autores como Hancock e Mariana Santos, o nomadismo teria sido uma resposta à forte legislação que perseguia os indivíduos Roma (Hancock, 2007, p.101; Santos *et al*., 2016, p.73).

Ao analisar a época moderna, Francisco Mangas admitiu não conseguir perceber as razões que levaram estas comunidades a optarem ou não pelo sedentarismo (Mangas, 2024, p. 105). Já para a cronologia estudada neste projeto, os autores analisados não se debruçam sobre este tópico.

O corpus documental deste projeto revela uma maior representação direta dos ciganos sedentários, sendo sobretudo nos debates parlamentares e discursos académicos que os nómadas são abordados. Não obstante, ambas as realidades existiriam para o século XIX, sendo o nomadismo um fator que marcou as comunidades Romani durante séculos, e teve consequências nas suas formas de agir e de se caracterizar. Assim, independentemente de o nomadismo ser um resultado do que Nunes justifica como psicologia Romani, ou das políticas que perseguiram estas comunidades durante anos, tornando-se eventualmente, pela sua recorrência, parte da sua cultura, ele caracterizou os Roma, que pautaram a sua vida por objetos e ofícios que fossem fáceis de transportar, ou exercer em diferentes locais (Hancock, 2007, p.101). Desta forma, estas comunidades caracterizaram-se por ofícios e atividades marcados pela sua mobilidade e que podem ser vistos nas várias fontes analisadas: a fotografia de uma família cigana que se prepara para ir à feira, com o seu burro em segundo plano (Neuparth, 1892, p. 288); um inventário orfanológico[9] que apresenta várias dívidas

[8] Termo utilizado pelo autor para se referir ao modo de ser, agir e pensar de pessoas ciganas. Como dito anteriormente, Nunes cai muitas vezes numa falácia romântica durante a sua investigação destas comunidades, percebido em termos como este.

[9] Tribunal Judicial da Comarca de Torres Vedras, Cível 1779/1979, Processos de Inventários obrigatórios, Processo 228/1835, cx. 880, 3/50/15/3, *Inventário obrigatório por óbito de José da Silva Cigano*. 1835.

relacionadas a ofícios ou em casos de venda e roubo de burros[10] e cavalos[11], refletindo a ligação destas comunidades com os assuntos relacionados com a venda e troca destes animais, essencialmente cavalgaduras.

1.2. Pluralidade das representações do "cigano"

As representações sociais são um sistema de valores, ideias e práticas que servem para estabelecer uma ordem e facilitar a comunicação, dando-nos um entendimento do senso comum de uma determinada sociedade e justificando certas práticas (Sammut *et al*, 2015, p. 24). As representações das comunidades Roma, tanto literárias como académicas, desencadearam a formação e estipulação de estereótipos (Glajar, 2008 e Rezende, 2006), processo facilitado pela ausência da escrita pelos Romani na história, que deixou em aberto um espaço onde a imaginação e a ficção reinavam. Desta forma, escreveu-se sobre as comunidades Roma por vezes sem contacto com as mesmas, resultando muitas vezes na *caricatura do cigano.* O cigano era como que uma tela branca que foi sendo pintada conforme a necessidade e desejo do autor, usado como um símbolo vazio de referência à realidade (Nord, 2006, p.16).

Segundo Glajar e Raduleseu, o estereótipo do Romani europeu é uma "auto-contradição monstruosa"[12] (2008, p. 45), que resulta de contradições e oposições de visões que se mostram polares umas às outras: o Romani é apresentado como inocente e livre, é a personificação da liberdade na natureza, um povo muitas vezes considerado primitivo e rodeado da visão nostálgica de um mundo não modernizado (Hancock, 2007, p.65) - uma visão idealizada e romantizada. Numa perspetiva vilificada, ele continua a ser primitivo, mas, ao mesmo tempo, é apresentado como um ladrão, mentiroso e preguiçoso, alguém sujo que rapta crianças e pratica canibalismo (Glajar *et al*, 2008, p.

[10] **Governo Civil de Évora**. Informação do Governo Civil de Évora, sobre as circunstâncias do homicídio do cigano José Maria, com base no testemunho de António Alberto Soares, Capitão do Batalhão n.º 12 e Comandante da Guarda de Segurança do Distrito de Santarém [Manuscrito].1842. – [2] f. ; 30 cm.
[11] Correição Crime do Bairro do Rossio, Série Processos-Crime 1811-1833, Letra L, mç. 14, n.º 3, cx. 30, *Requerimento em que é réu Luís de Mesquita, "o Cigano", e autor José da Rocha Lima.* 1818.
[12] [Tradução própria de: "(…)monstruous self- contradiction".]

45). Ambas as visões colocam o cigano como estranho à civilização, um grupo antissocial que não segue as normas sociais reconhecidas. O Romani é apresentado como o "outro", nunca incluído na sociedade dominante; é a antítese da Nação. Ele é o estranho que se torna vizinho: "(…) um visitante exótico que se muda para a casa ao lado (…)"[13] (Bhopal *et al*, 2008, p.2).

Desta forma, as imagens do Cigano, sejam positivas ou negativas, revelam uma clara distância face à população maioritária, pelo entendimento de que estas pessoas pertencem a um outro lugar, realçando a sua alteridade[14] (McGarry, 2014, p.760). Isto foi, e é, um dos principais fatores de confusão na definição e identidade dos Roma, fazendo com que tudo o que é forasteiro[15] seja apresentado com o rótulo de "Cigano" (Mayall, 2004, p. 31). As visões sobre as comunidades Romani são muitas vezes entendidas pelo uso de entendimentos culturais comummente percebidos, e que raramente são encontrados na realidade (Bhopal *et al*, 2008, p. 66).

1.2.1. A romantização do cigano: primitivo e natural

Segundo Nord, que analisa a realidade inglesa, a visão romantizada dos Roma resultou da consagração do Cigano como algo simultaneamente temido e desejado na cultura, transcendendo para áreas como a literatura, história e etnografia (Nord, 2006, pp. 1-4). Para o caso português, apesar de não se verificar a mesma obsessão com estas comunidades, há um certo fascínio e incompreensão, que se percebe de forma clara na figura de Severa, uma cantora portuguesa de aparente descendência cigana que foi considerada como uma das criadoras do fado, e que por isso se tornou uma representação emblemática do fado e da mulher cigana. Pinto de Carvalho, escritor e jornalista de Lisboa do século XIX, explica a figura de Severa como "(…) puríssimo produto daquela raça boémia, em que a mulher parece haver sofrido no berço a mordedura da cantárida" (Carvalho, 1991, p.31).

[13] [Tradução própria de: "(…) an exotic visitor who moves into the house next door (…)"]
[14] O autor utiliza a expressão 'otherness' optando-se pela tradução para alteridade.
[15] O autor utiliza a expressão 'outsider' optando-se pela tradução para forasteiro.

A presença desta minoria na literatura portuguesa, apesar de existir, não teve a mesma regularidade que teve na Inglaterra[16]. A referência a estas comunidades na literatura é feita sobretudo a partir da representação de Severa e em algumas peças de teatro do início do século. Os ciganos aparecem mais frequentemente no panorama etnográfico, que surgiu com o interesse de incluir Portugal nas correntes científicas europeias, e não tanto como uma obsessão com estes indivíduos, como será abordado mais atentamente no capítulo dois. Assim, explica-se em parte por que é que as representações dos ciganos portugueses não correspondem, na sua grande maioria, a uma visão romantizada.

Segundo Nord, a transformação do Roma numa figura literária, o "literary gypsy", teria surgido devido ao enigma que estas comunidades representavam, e à sua simultânea aproximação da população maioritária. O indivíduo Roma consagrou-se como um outro, inserido na realidade da sociedade, mas não fazendo parte dela (Nord, 2006, p.4). Assim, poderíamos justificar esta falta de simbolismo literário na figura do cigano devido a ligações mais firmes entre esta minoria e a população maioritária em Portugal? Ambas as hipóteses retiravam o fator da curiosidade e de enigma destas comunidades, pois haveria um maior entendimento geral das mesmas devido aos contactos que eram tidos com elas. Sabe-se que uma forma dos ciganos escaparem às Ordenações Filipinas de 1603, que ordenavam o degredo destas pessoas, foi a partir do estabelecimento de cartas de vizinhança que permitiram a sua fixação em vilas portuguesas, indicando um relativo processo de integração dos ciganos na sociedade portuguesa e uma divisão e oscilação de opiniões sobre estas comunidades (Menini, 2014, p. 207).

Entende-se assim que, no caso português, apesar de haver um afastamento entre ciganos e população maioritária, este não era a regra nem seria tão vigente como na Inglaterra. Criam-se certas ligações de ajuda mútua, em que os ciganos não seriam

[16] O uso da Inglaterra como local de comparação parte da leitura de bibliografia que se centra, na sua maioria, no estudo das representações literárias dos Roma na época vitoriana. Apesar de se fazerem análises também para a França e Espanha, o foco principal da bibliografia analisada acaba sempre por ser a Inglaterra e autores ingleses.

vistos como uma população remota contente a viver longe da civilização, como seria representado neste "literary gypsy", que surge como a epitome da liberdade e uma janela para o passado, o último símbolo de um mundo que estava a desaparecer (Hancock, 2007, pp. 61-65). Teria sido neste sentido, do olhar para o Roma como símbolo da pureza racial em oposição à modernidade que, segundo Mayall, os Roma seriam vistos como primitivos e selvagens, em comunhão com a natureza, e uma marca de resistência ao progresso da civilização (Mayall, 2004, p. 174). Os ideais românticos e os seus desejos que se confrontavam com uma nova era de inovação e mudança tecnológica, tornam-se num dos símbolos que a figura do Cigano refletia: "Ele [o cigano] é o viajante em que todos nós que somos poetas, ou amamos o vento, nos resumimos em. Ele faz o que sonhamos. É o último romance que resta no mundo. Ele é a única raça livre"[17] (Mayall, 2004, apud Symons, 1966, p.296).

Desta forma, seguindo-se a hipótese levantada anteriormente sobre uma maior aproximação dos ciganos com a população maioritária, face a outros cenários europeus, a adjetivação de "primitivo" não seria muito comumente usada. Quando davam uso à mesma, não seria tanto pela ideia dos ciganos como um resquício de um passado não moderno, mas sim como forma de colocar a cultura cigana abaixo da portuguesa, como consequência das teorias evolucionistas da época, e o seu consequente racismo científico, algo que será abordado no capítulo seguinte. Adolfo Coelho aborda a cultura primitiva cigana quando explica a sua religiosidade, afirmando que: "Onde se revela por completo o estádio primitivo de cultura do cigano é na diferença profunda dos seus sentimentos e modo de acção, de um lado para com os da sua raça, os calés, de outro para com os estranhos, os jambos ou paios (paillos)" (Coelho, 1892, p.191). Aqui, o *primitivo* ganha forma, não pela crença de que os ciganos estariam a guardar segredos da humanidade, mas sim pelos costumes dos mesmos. O *primitivo*, no caso, é referente às diferentes prioridades que mantêm, que os liga sobretudo à sua família e

[17] [tradução própria de: "He [the Gypsy] is the wanderer whom all of us who are poets, or love the wind, are summed up in. He does what we dream. He is the last romance left in the world. His is the only free race"]

comunidade, sendo estas, segundo Coelho, o amor dos filhos, fidelidade conjugal, fraternidade e respeito pelos mais velhos; não reconhecendo nenhum direito nem dever ao estranho. Desta forma, a característica primitiva das comunidades ciganas seria o seu isolamento propositado e a preferência pela sua comunidade.

A isto Nord acaba também por dar a sua explicação, afirmando que a representação das comunidades Romani como "primitivas" teria o intuito de realçar a natureza subdesenvolvida dos seus costumes, sugerindo que ocupavam um lugar primordial na história das civilizações, tendo então na sua cultura pistas para humanidade que não deveriam ser esquecidas (Nord, 2006, p.9). Entende-se, no entanto, que apesar de Coelho estar a realçar o suposto carácter subdesenvolvido desta minoria, não sugere a existência de pistas para a humanidade na sua cultura. A ideia destas como primitivas relaciona-se com a perceção de que os ciganos teriam uma natureza "primitiva e enigmática" (Mayall 2004, p.173), sendo resultado, sobretudo, da incompreensão do comportamento fechado e intergrupal que os Romani mantinham. Desta forma, acredita-se que guardavam algum segredo, quando na realidade este comportamento mostrava uma resposta às perseguições e incompreensão de que eram alvo, mantendo-se na periferia da sociedade e preservando a sua identidade de grupo. Foi assim pelo seu comportamento sigiloso em relação à sua cultura, bem como pelas incertezas do passado destas comunidades e das suas origens, que a sua identidade passou a estar ligada ao mistério, ao secretismo e ao desconhecido (Mayall, 2004, p. 174).

Esta ideia de mistério e secretismo também se verifica no cenário português. Esta aparece, por exemplo, num panfleto de 1839 que publicita a escola noturna de uma cigana chamada Sibila Geribunda[18]. Neste panfleto relata-se a primeira lição da escola, uma aula centrada na quiromancia. As falas da cigana iniciam a aula com um discurso

[18] **Lições curiozas da eschola theorica e pratica de chyromancia ou Sciencia Sublime que explica os destinos Humanos Pelos Traços da palma da mão. Estabelecidas pela assaz conhecida Sibila a Cigana Geribunda no Largo da Bombarda, perto das Olerias.** Lisboa : Tipografia Patriotica, 1839. 12 p.

misterioso, que os próprios alunos mostram não entender[19]. Já no final, o discurso retoma o teor enigmático inicial, onde se explica como só os sábios mistérios sublimes da vida é que podem refletir sobre as ocorrências da vida humana. Sibila Geribunda é representada como conhecedora dos mistérios do universo e também como uma mulher indecifrável. Este panfleto constitui uma fonte interessante por apresentar falas da professora cigana e dos seus alunos. A sua análise é dificultada, porém, por alguma ausência de contexto. Colocam-se assim as hipóteses de serem realmente lições e o relato das mesmas, um embelezamento de lições existentes ou, em último caso, uma invenção total das mesmas. A mulher era cigana ou fez-se passar por cigana para ter maior credibilidade sobre o assunto que ensina, assunto esse em que o domínio dos ciganos é sempre destacado?

No libreto do baile "Os ciganos", de Domingos Segarelli e Francisco Pinto, revela-se uma conexão idealizada das personagens ciganas com a vida do crime e a natureza[20]. Faz-se uma romantização do mistério destas pessoas, abordando-se a sua ligação com a natureza e a sua liberdade de não se vincularem a nenhum imperador ou príncipe. Também nos textos de Pinto de Carvalho, que se dedica a escrever sobre a vida na cidade de Lisboa como se de crónicas se tratasse, os ciganos ganham uma dimensão romântica, sendo descritos como "raça sonhadora, independente, desidiosa, amando o colorido com a alegria cândida de selvagens" (Carvalho, 1899, p.30). Além de se fazer uma referência à sua característica primitiva, adjetivando-os como selvagens, a descrição ganha um carácter quase que infantil e inocente, de pessoas alegres e coloridas. As descrições, tanto de Segarelli, como de Pinto de Carvalho, caiem numa ótica sobretudo orientalista, marcada pelo desejo de fuga às restrições da sociedade burguesa e pela associação dos ciganos a desejos primitivos, criminalidade, mistério e sedução. Como Nord afirma: "o cigano foi associado a uma retórica de desejos

[19] " (…) Se hoje vireir terra, ou navio abandonado, no futuro Lereis escriptos que vos indusirão a erro: no passado, se amáveis, não fosteis correspondido!!...
Sancho – Ló que quiere Vuestra-mercé dicir, en tantas discriciones?...
Simplicio – Se tu não percebes, nem nós; ora cala-te, não interrompas a Senhora…" *Idem*, p.7

[20] DOMENICO, Segarelli, PINTO, Francisco Norberto. **Os ciganos: baile em dois atos** [Libreto]. Lisboa: Imprensa Silviana, 1853.

primitivos, ilegalidade, mistério, astúcia, excesso sexual, impiedade e selvajaria - com liberdade das repressões, tanto constrangedoras como construtoras de cultura, da civilização Ocidental"[21] (Nord, 2006, p.03).

Na peça de Cézar Perini, "O Cigano: Drama em 4 actos", de 1842, a personagem do Conde Valero de Córdova faz-se passar por um cigano para enganar Henrique, parte crucial da peça ao marcar o início do seu enredo[22]. O Conde, na sua atuação, adota um tom misterioso e enigmático, fingindo saber o futuro, e enganando Henrique com o que vai acontecer ao seu irmão. No diálogo entre Henrique e o Conde mascarado de cigano, podemos entender que a forma como Henrique responde transparece uma atitude conhecedora de representações e estereótipos sobre os ciganos, que o Conde depois utiliza para sua vantagem. Inicialmente, Henrique acusa-o de cobrir a cara para esconder os seus vícios e de inventar ver o futuro: "impostores, que persagião um futuro creado na sua fantazia"[23]. Quando o Conde, fazendo-se passar por cigano, começa a falar de forma enigmática, Henrique pede que o cigano faça magia, diz que se quer divertir um bocado entendendo ser tudo um ato para ganhar esmola. No entanto, quando o Conde descreve o seu futuro e prova saber quem ele é, Henrique acredita nele, caindo na própria farsa que gozava.

A forma como a personagem o Conde utiliza a figura do cigano é fruto do ideal romantizado, do cigano misterioso e enigmático. Inicia por contar a história de Hecátes, deusa grega ligada ao submundo e feitiçaria, e fala sempre em enigmas, nunca é direto na sua intenção e no que explica sobre o irmão de Henrique, procurando manter sempre um ar de mistério. Nesta atuação do Conde, transparece a ideia das comunidades ciganas como conhecedoras de segredos da humanidade - ideias que se percebe estarem implementadas, sobretudo, na Inglaterra e na França - utilizando o mistério e o secretismo para alcançar o que quer, sendo bem-sucedido em enganar Henrique. Esta

[21] [Tradução própria de: "(…) the Gypsy was associated with a rhetoric of primitive desires, lawlessness, mystery, cunning, sexual excess, godlessness, and savagery- with freedom from the repressions, both constraining and culture building, of Western civilization."]
[22] LUCCA, Ceza Perini de. **O Cigano Drama em 4 actos** [Libreto]. Lisboa: Typ. De Antonio Sebastião Coelho, 1842.
[23] *Idem*, p.29

fonte destaca-se, sobretudo, pelo uso consciente das representações e conhecimento popular sobre as comunidades ciganas por uma personagem, para desenvolver o enredo da mesma.

O ato de ver o futuro, ou a *buenadicha*[24], algo intrinsecamente misterioso por si só, é frequentemente ligado às comunidades ciganas. No dicionário de António Moraes (1813) define-se cigano como "[r]aça de gente vagabunda, que diz vem do Egito, e pretende conhecer de futuros pelas rayas, ou linhas da mão, deste embuste vive (Moraes, 1813, p.470). Também Teófilo Braga, um símbolo do republicanismo português, no seu artigo "Origem dos ciganos", publicado em *O Positivismo*, em 1879, que se centra nas origens deste povo, faz uma referência à *buenadicha*, defendendo que as principais características da cultura cigana seriam "o trabalho do bronze, a música, a adivinhação" (Braga, 1879, p.278). Já Teixeira de Aragão, que se destacou pelo seu trabalho na numismática portuguesa, mas que também se dedicou ao estudo dos costumes portugueses, como na obra que aqui é analisada – "Diabruras, santidades e prophecias", de 1894 -, debruça-se brevemente sobre a adivinhação, afirmando que "[a]inda há quem consulte a buenadicha, lida ordinariamente pelas ladinas ciganas" (Aragão, 1894, p.22). Este tema, juntamente com o da feitiçaria, é comummente abordado no cenário português. A *Revista Lusitana*, centrada no estudo das mitologias e tradições populares, aborda um soneto do século XVI que coloca as bruxas e os ciganos no mesmo patamar[25], entendendo-se assim uma ligação anterior ao século XIX dos ciganos à bruxaria, e que perdura na cronologia estudada.

Consegue-se perceber então que, para o cenário português do século XIX, as representações românticas não têm tanta força como a bibliografia aponta para outros espaços. O teatro não teve grande intenção de representar perspetivas romantizadas

[24] Adolfo Coelho utiliza "buena dicha" (Coelho, 1892, p.205)

[25] VASCONCELOS, José Leite - Referencias a costumes populares em mss. ineditos. **Revista Lusitana - arquivo de estudos philologicose ethnologicos relativos a Portugal** [Em linha]. II (1890) 339-350. [Consult. 2 Abr. 2025]. Disponível em WWW: <URL: https://www.maresaudade.org/index.php/portuguesia-periodicos-revista-lusitana-arquivo-de-estudos-filologicos-e-etnologicos-relativos-a-portugal/summary/92-revista-lusitana-arquivo-de-estudos-filologicos-e-etnologicos-relativos-a-portugal/176-revista-lusitana-vol-2-arquivo-de-estudos-filologicos-e-etnologicos-relativos-a-portugal>.

dos ciganos, sendo os exemplos escassos. Havia interesse sobretudo pela particularidade cultural destas comunidades, nomeadamente o seu suposto subdesenvolvimento cultural e liberdade, que não foram bem aceites, e sobre o seu conhecimento do oculto, um aspeto também tratado nas representações de ciganos como praticantes do engano.

1.2.2. Nomadismo, vida errante: o ladrão e aldrabão

As comunidades Romani foram sempre caracterizadas pelo seu estilo de vida como comunidades nómadas. Como vimos, no dicionário de Moraes, de 1813, a definição de cigano aparece como "Raça de gente vagabunda, que diz vem do Egito"[26], enquanto já no final do século, em 1890, no Dicionário Prosódico de Portugal e Brasil, afirma-se que cigano é uma "pessoa duma raça que se espalhou na Europa no século XVI"[27]. Assim, o nomadismo revelou-se um tema recorrente nas fontes primárias analisadas, sendo também um motivo de reprovação destas comunidades pela restante população. De acordo com Mayall, o preconceito contra os Romani não viria da suspeita destes serem criminosos, mas sim do facto de não se estabelecerem num local, seriam vistos como vagabundos pelo estilo de vida nómada que adotavam (Mayall, 2004, p.82).

O nomadismo dos Roma impediu que se afiliassem a uma Nação. Um grupo nómada que atravessa fronteiras e Estados e permanece o mesmo é a antítese que surge contra o ideal do Estado Nação e do discurso nacionalista. Por este motivo, e também pelas preocupações ressurgentes do controlo da população, devido a questões de saúde pública e criminalidade, os debates parlamentares que abordam estas comunidades, centraram-se, na sua maioria, sobre as comunidades ciganas que ainda praticavam o nomadismo.

---

[26] SILVA, Antonio de Moraes - Cigano. In **Diccionário da lingua portugueza recopilado dos vocabulários impressos até agora.** V.1 [Em linha]. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1813. [Consult. 22 Mar. 2025]. p. 470. Disponível em WWW: <URL:https://purl.pt/40299>.

[27] CARVALHO, António José de ; DEUS, João de - Cigano. In **Diccionario prosodico de Portugal e Brazil** [Em linha]. Porto : Lopes & Cª, 1890. [Consult. 15 Mar. 2025]. p. 193. Disponível em WWW: <URL:http://purl.pt/13932>.

O nomadismo revela-se num desafio ao nacionalismo (Rohrborn, 2015, p.17), daí que o Estado visse o nomadismo como algo disfuncional, sendo criados os retratos dos Romani como "vagabundos" e "masterless men"[28] (Mayall, 2004, p.88). A sua afinidade com uma Nação seria impossível devido à questão, e mito, das suas origens, revelando-se uma obsessão com esta questão, que surge no século XIX e à qual os intelectuais portugueses não ficaram indiferentes. Teófilo Braga, em 1879, dedica cerca de dez páginas a abordar algumas teorias sobre a origem dos ciganos, no texto que publica na revista *O Positivismo*. O autor pergunta-se "D'onde veiu este grande e extraordinário povo?" (Braga, 1879, p.271), procedendo a uma procura das suas origens tendo em conta a sua nomenclatura e abordando teorias de outros intelectuais europeus como Batailard. Também no jornal *O Panorama* dedicou um artigo às origens destas comunidades, prometendo-se dar a conhecer "Os ciganos"[29]. No entanto, este artigo centrou-se sobretudo na questão das suas origens e chegada à Europa, entendendo-se que passaríamos a conhecer estas comunidades quando se descobrissem as suas origens e o seu percurso. Neste artigo destacou-se também o seu nomadismo como ponto de referência, refletindo o ambiente romântico de obsessão com as origens e do artista como educador social.

No entanto, não é só quando o objeto principal são os ciganos que a questão das suas origens aparece. Esta questão chega a estar presente até mesmo em discursos políticos que em nada se relacionavam com a presença destas comunidades em Portugal. Por exemplo, Teófilo Braga, na monografia "Dissoloção do systema monarchico representativo" (1881), em que realiza uma crítica ao sistema monárquico e aos Braganças, faz menção às origens dos ciganos. O autor critica a monarquia constitucional, defendendo que a mesma deixou Portugal num estado vergonhoso e de apatia, apelando à próxima geração a se insurgir e libertá-la do "feudo dos Braganças". No seu argumento, caso a passividade dos portugueses continuasse, haveria três

[28] [Tradução própria] Homens sem mestre.
[29] Os Ciganos. **O Panorama** [Em linha]. 1:27 (1837) 212. [Consult. 22 Mar. 2025]. Disponível em WWW: <URL:https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/1837/N27/N27_item1/P1.html>.

opções: continuar a subsistir como Nação; aceitar uma existência "deplorável" como a da Polónia e Irlanda; ou sair de Portugal como "uma nova raça de ciganos sem pátria nem vínculo nacional" (Braga, 1881, pp.93-99).

A questão das origens dos ciganos demarca o argumento de Teófilo Braga, sendo usada como um exemplo a não seguir. A geração mais nova deveria insurgir-se contra a monarquia e não sair em diáspora, arriscando-se a perder a sua pátria. Atentemos que esta seria a última opção, os ciganos são apresentados, não como a Irlanda e a Polónia que se marcavam por ondas de emigração, mas sim como o último estágio - a perda da pátria e identidade nacional. Este argumento, ainda que mencionando os ciganos muito rapidamente, demonstra a ligação entre a preocupação das origens, com a inquietude de um povo sem pátria, revelando o cenário dos finais do século XIX preocupado com a construção da identidade nacional. Compreende-se assim que as comunidades ciganas, ainda que estabelecidas em Portugal desde o século XV, e com a Constituição de 1822 e a Carta Constitucional de 1826 que reconheceram a cidadania portuguesa aos nascidos em território português (Costa, 1995, p.13), não fariam parte da "Nação" portuguesa.

O cigano é sempre apresentado como o "outro", sem pátria e, portanto, sem identidade. É um expatriado de uma Nação que nunca teve. Também neste sentido, num debate parlamentar de 1843, referente ao contrabando, utiliza-se a imagem do cigano como uma analogia a quem não tem pátria, ou não quer saber da sua pátria. Um deputado defende que os contrabandistas eram ciganos, o "antípoda de patriota"[30]. Não se estaria a insinuar que os contrabandistas seriam etnicamente ciganos, mas que, pela perceção da ação de contrabando como algo especialmente prejudicial à economia nacional, quem a pratica não teria os interesses nacionais em mente e, por isso, seriam tão patriotas como os ciganos. Entende-se, assim, uma imagem do cigano como o "outro" não pertencente à pátria e, por isso, adjetivando a palavra "ciganos" para refletir uma oposição ao bem nacional.

[30] "Contrabandistas não são Portuguezes. são Ciganos (Apoiados.) Contrabandista- é antípoda de patriota (…)" **PORTUGAL. Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portugueza** – *Diário das Sessões: número 034 (13 de fevereiro de 1843)*. Lisboa: [s.n.], 1843. p. 158.

Esta preocupação e obsessão com as origens reflete a importância ideológica que começa a surgir em meados do século XIX, e que se estabelece nas ideias de Nação, nacionalismo e identidade nacional (Mayall, 2004, p.26). Segundo José Sobral, surgem vários discursos nacionais e propostas para definir elementos de uma cultura nacional, bem como para a definição de uma génese da Nação e identidade portuguesa. Isto leva, no final do século XIX, a tentativas de definição da identidade do Estado português em termos étnico-raciais (Sobral, 2003, pp. 1106-1107), entendendo-se assim a fixação nesta temática. Segundo Glajar, estas comunidades estariam muito presentes no discurso nacionalista como representação do "forasteiro"[31] e do adversário à Nação (Glajar *et al*, 2008, p.62). A preocupação com as origens espelha a importância da crença de que todos deveriam ter uma pátria, com quem partilhassem uma cultura e aparência (Mayall, 2004, p.26). Face à impossibilidade de realizar o mesmo exercício para as comunidades ciganas, e como maneira de mostrar a superioridade cultural da população maioritária, os Roma são associados ao "desvio"[32] (Rohborn, 2015, apud p.23). Assim, justifica-se o nomadismo como algo não natural, encobrindo-se os medos do Estado face a esse modo de vida económico, social e ideologicamente disfuncional (Mayall, 2004, p.88). Deste modo, os indivíduos Romani tornaram-se no bode expiatório ideal para justificar problemas sociais, sendo vítimas fáceis devido à sua situação social, geralmente periférica à restante sociedade e que não lhes dava espaço para serem ouvidos. Os Roma passam a ser vistos como portadores de doenças e contagiosos e, por isso, um afastamento dos mesmos deveria ser mantido[33].

Pensar nos Roma como contagiosos não é, no entanto, fruto do nacionalismo que se revelava vigente no século XIX. Como Benedict Anderson explica no seu trabalho *Imagined Communities,* o nacionalismo preocupa-se com as ligações históricas, apresentando-se a Nação, simultaneamente, como aberta e fechada, ou seja, não estando limitada pelo sangue e permitindo o convite para a sua inserção. Enquanto isso,

[31] A expressão que a autora utiliza é 'the outside'.
[32] A expressão que a autora utiliza é 'deviance'.
[33] Abordado mais profundamente em trabalhos como: Fotta, 2019, p.337 e Nord, 2006, p.65.

o racismo pensava em contaminações eternas, sendo a arma que justificou a repressão doméstica e manifestando-se dentro das mesmas fronteiras (Anderson, 1991, p.149).

Apesar da bibliografia para outros espaços europeus referir a ideia dos Roma como contagiosos, estas representações não aparecem diretamente na ampla maioria das fontes aqui analisadas. Isto pode ser entendido porque o medo da contaminação era essencialmente o medo da mestiçagem (Schaub, 2016, p.116). Assim, como as comunidades ciganas caracterizavam-se essencialmente por serem comunidades fechadas, não sendo comum o casamento interétnico, esse medo não estaria tão presente como numa situação colonial, ou com etnias que apresentavam uma maior exposição à população maioritária.

Algo que é frequente, no entanto, é a descrição dos ciganos conectada à sujidade e mendicidade. Adolfo Coelho, ao abordar as aptidões estéticas dos mesmos afirma que "Fallece-lhes o instincto do asseio" (Coelho, 1892, p.195), andando com vestes muito gastas até não poderem mais, acrescentando, num outro momento, que a "imundice"[34] e os "farrapos" que vestiam contribuíam para a sua má aparência. Teixeira de Aragão concorda, referindo-se às ciganas como "(…) ladinas ciganas, que vagueiam andrajosas nas feiras e mercados, cavalgando bestas lazarentas e estropiadas, e bivacando junto aos povoados". Os ciganos aparecem também descritos, em alguns testemunhos presentes nas fontes judiciais, com associações à mendicidade[35].

Apesar do fator de contaminação não aparecer diretamente nestas fontes, podemos relacionar a sua sujidade com as medidas de controlo da população e de saúde pública, que ganham grande importância a partir de 1822. A mendicidade é encarada como um problema de saúde pública (Subtil, 2013, p.215), exercendo-se um maior controlo e vigilância dos mendigos, e definindo-se os que seriam verdadeiramente pobres e reabilitando os que teriam meios para ganhar o seu sustento (Subtil, 2013,

[34] "As [ciganas] que eu tenho visto eram feias, mas a immundicie e os farrapos que as cobriam contribuíam sem duvida para augmentar essa impressão" (Coelho, 1892,p.184)

[35] Correição Crime da Corte, Série Processos-Crime 1805/1833, Letra I, J, mç. 113, n.º 7, cx. 308, *Treslado de sumário de testemunhas em que é réu José Maria Cigano e autora a Justiça.* 1822.
Correição Crime da Corte, Série Processos-crime 1805/1833, Letra M, mç. 104, n.º 12, cx. 229-B, *Autos crime de certidão de prisão em que é réu Manuel Inácio, o Cigano, e autora a Justiça*, 1824.

p.200). Pode-se entender, então, a referência da mendicidade e sujidade destas comunidades como reflexo do medo da contaminação e de um atentado à saúde pública, algo não exclusivo aos ciganos, mas em que estes se inseriam. Já se olharmos somente para os debates parlamentares, parece definir-se uma diferença entre o mendigo e o cigano. Isto é, há o reconhecimento de que o cigano é mendigo, mas a preocupação sobre o mendigo cigano e o mendigo não cigano apresenta uma grande diferença: o perigo para a segurança pública e o medo que os primeiros provocam nas populações por onde passam. Desta forma, podemos associar a representação do mendigo contagiante com a sua sujidade e falta de higiene, propenso a espalhar doenças, com a do mendigo cigano que, além disso, prolifera também o sentimento de insegurança e os roubos[36]. Assim, se os mendigos já eram um dos alvos de grande vigilância pelo Estado de Polícia, os ciganos eram representados como o inimigo principal: contagioso e ladrão.

A nomeação dos Roma como pessoas sujas, ou familiares à sujidade, é defendida por Bhopal e Myers como um aspeto conectado à visão do indivíduo Romani como um "outro" branco, sendo uma tentativa de o escurecer e diferenciar da população maioritária: "é quase como se este marcador pudesse ser alterado para um negrume associado à sujidade"[37] (Bhopal *et al*., 2008, p.95). Segundo os mesmos autores, é mais confortável imaginar os Roma como sujos, aumentando a perceção de uma diferença entre os Roma e a maioria populacional. No entanto, para o caso português, este argumento não encaixa corretamente. Entende-se, pelas fontes selecionadas, que o maior foco das representações, apesar de envolver a sujidade, centra-se no aspeto da pobreza destas comunidades. Além do mais, é habitual a descrição dos ciganos como

[36] **PORTUGAL. Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa** – *Diário das Sessões: n.º 006 (3 de dezembro de 1822)*. Lisboa: [s.n.], 1822. p. 64-65; **PORTUGAL. Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa** – *Diário das Sessões: n.º 005 (8 de janeiro de 1823)*. Lisboa: [s.n.], 1823. p. 395-396; e **PORTUGAL. Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa** – *Diário das Sessões: n.º 044 (5 de março de 1853)*. Lisboa: [s.n.], 1853. p. 62.

[37] [Tradução própria de: "it is almost as if this marker can be changed to a blackness associated with dirt"]

tendo "cor trigueira"[38], estabelecendo-se esta diferença que aparece nomeada como tom de pele e não como sujidade.

Assim, em Portugal, um dos aspetos que mais diferenciaria os ciganos da restante população, além das roupas em mau estado e a cor (por vezes) trigueira[39], seria a sua pobreza extrema, que se espelhava na mendicidade e numa aparência desarrumada. Ou seja, a pobreza aparece como elemento definidor e diferenciador das comunidades ciganas face à maioria populacional, sendo o aspeto que os autores das representações analisadas encontraram para diferenciar a imagem do cigano, este "outro branco". Isto é também adotado pela restante população, a marca diferenciadora dos ciganos como pobres é usada e suportada também pela maioria pobre, como Schaub explica, "a maioria dos desfavorecidos tendia a aderir aos valores sociais dos dominantes, de modo a distinguir-se dos ainda mais desfavorecidos", sendo isto explicado pela obsessão com o privilégio e a honra presente nas sociedades ibéricas (Schaub, 2016, p.112).

Entende-se, no entanto, e em oposição à imagem criada, que não eram todos os membros das comunidades ciganas que viviam no limiar da pobreza. Adolfo Coelho refere as famílias ciganas ricas e "remediadas" que viviam na Estremadura, Évora, Vila Viçosa, entre outras, onde poderiam facilmente se movimentar para as feiras[40] (Coelho, 1982, p.202). Num processo judicial do ano de 1842, na declaração feita por um criado cigano sobre assuntos relacionados com o seu amo, também ele cigano, consegue-se perceber a existência de pessoas economicamente favorecidas de etnia cigana, não sendo algo tão raro para nunca ser mencionado e transparecendo de modo subtil em algumas fontes primárias[41]. No entanto, a visão que prevalece é a de pobreza e miséria

---

[38] (Coelho, 1892, p.291), (Carvalho, 1991, p. 165), **ÉVORA (Distrito). Governo Civil** – *Informação do Governo Civil de Évora, sobre as circunstâncias do homicídio do cigano José Maria, com base no testemunho de António Alberto Soares, Capitão do Batalhão n.º 12 e Comandante da Guarda de Segurança do Distrito de Santarém* [manuscrito]. Montemor-o-Novo, 19 ago. 1842. [2] f.; 30 cm.

[39] Adolfo Coelho faz descrições de ciganos com que contacta, ou que lhe chegam por intermediários, afirmando que excecionalmente apareceriam ciganos mais claros (Coelho, 1892, p.183).

[40] "Muitos ciganos abastados ou remediados acham-se domiciliados em Évora, Portel, Moura, Estremoz, Vidigueira, Villa Viçosa, em diversas terras da Extremadura e até alguns em Lisboa." (Coelho, p.202).

[41] **MONTEMOR-O-NOVO. Secretaria de Administração do Concelho** – *Declarações feitas por Joaquim Pedro, indicado como cigano, criado de José Maria Remo, residente na vila da Golegã, cujo criado se*

em que estas comunidades viviam, com os seus acampamentos improvisados e os enganos ensaiados.

Desta forma, apesar de se saber que a pobreza, ainda que frequente, não era a norma, a verdade é que é omnipresente nas representações, tornando-se, segundo Francisco Mangas, num "elemento definidor da «identidade étnica cigana»" (Mangas, 2024, p. 168). Na peça de Teodorico Batista, "Os Siganos na locanda", de 1819, as duas personagens ciganas envolvem-se em esquemas para evitar pagar ao dono da locanda as suas refeições. Quando a personagem principal, Petranha, lhes pergunta como tem andado a sua fortuna, estes respondem: "Nem palavras/ nem para comer"[42]. Estas mesmas personagens aceitam ajudar Petranha a enganar o dono da locanda para casar com a sua filha, em troca de um só jantar. Coelho refere ainda que "[a] arte das ciganas no peditório é perfeita"[43], sendo, segundo o autor, o modo mais frequente de explorar o não cigano (Coelho, 1892, p.193). Desta forma, conseguimos observar como a pobreza é extrapolada em representações que têm como ponto central a criminalidade das comunidades ciganas, criando-se um foco no roubo e no engano, servindo como pretexto para a crítica ao modo de vida "errante"[44] das comunidades ciganas.

As representações de roubo e engano que identificámos são numerosas, o que se compreende pelo facto de se ter recorrido a muitas fontes de carácter judicial. Existem vários casos que refletem a representação da criminalidade de membros destas comunidades, como uma circular do Governo Civil de Lisboa de 1852, que relata a fuga de quatro ciganos da prisão, que tinham sido acusados de roubo[45]. As representações

---

achava acoitado havia treze dias na Quinta do Campo, próxima a Vila Nova da Rainha, de que é rendeiro e lavrador José Váz, da vila da Golegã [manuscrito]. Montemor-o-Novo, 19 ago. 1842. [3, 1 br.] f.; 30 cm

[42] CRUZ, Teodorico Baptista da. **Os Siganos na locanda: Nova Farça** [Manuscrito]. Coleção de teatro de Teixeira de Aragão, 1819, p. 08.

[43] "Ellas sabem commover principalmente com o espectáculo dos seus filhos nus, ou semi nus, a descripção da sua vida de miséria, as mães portuguesas" (Coelho, 1892, p.193)

[44] Esta expressão é usada nas fontes para descrever o modo de vida cigano. Refere-se ao seu nomadismo, mas também aparece com conotações ao roubo e engano.

[45] Administração de Sintra, secção Administrativa 1812-05-15/1986-10-22, A-A, série 002, cx.08, doc. 000841, *Circular de Luís Almeida de Albuquerque, Secretário Geral da 1ª Repartição do Governo Civil de Lisboa, ao Administrador do Concelho de Sintra, enviando a relação dos ciganos que se evadiram da cadeia do Redondo*, 1852. [Consult. 22 Mar. 2025] Disponível em WWW: <URL: https://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=66177

da ilegalidade não passam, no entanto, só pelo roubo. A vertente mais presente nestas representações é a 'arte do engano'. Existe uma grande perceção do cigano como alguém que engana - o seu propósito seria enganar o não cigano e lucrar com isso.

Esta perceção de engano e roubo não se limita às fontes de carácter judicial, sendo sedimentada em fontes académicas e literárias. Adolfo Coelho afirma que é conhecimento comum no "Alentejo e Trás-os-montes (provavelmente também nas outras províncias em que ha ciganos)" de que as ciganas batizavam os seus filhos recém-nascidos, e ao mergulhá-los num ribeiro diziam: "Eu te baptiso neste ribeiro / P'ra que saias um ladràо bem ligeiro"[46] (Coelho, 1892, p. 214). Coelho descreve ainda o cigano como um 'outlaw', que vê "o estranho como uma presa" (Coelho, 1892, p.180). O objetivo do cigano em enganar a população maioritária refletia-se nas interações entre o cigano e o não cigano, marcadas pela lisonja e pela cortesia[47]. O engano, roubo e burla são retratados como parte dos seus costumes e da sua cultura primitiva. Pinto de Carvalho afirma que o embuste seria um traço psicológico dos ciganos (Carvalho, 1991, p.165)[48] e Teixeira de Aragão propaga este tipo de representações, afirmando que os ciganos, além de serem uma "raça repelente à civilização", realizavam os seus negócios com má-fé, e sem escrúpulos, "(…) rapinando o que podem"[49] (Aragão, 1894, p.22).

Podemos considerar que estas representações fortaleceram a ideia que tinha sido já estabelecida no dicionário de António Moraes de 1813, em que "ciganice" aparece como "chulo. Afago, lizonjarias, para ganhar a vontade iludindo, negociando" Moraes, 1813, p. 470), entendendo-se, também pelos significados dados a "chulo" e "afago" no mesmo dicionário, que "ciganice" seria o ato de tratar alguém bem com um

[46] Também admite que estas pessoas podem antes dizer "Eu te baptiso neste ribeiro / Para que sejas valente de pé leve e mha ligeiro." (p.214)
[47] "(…) intento de os lograr são regra" (Coelho, 1892, p.193)
[48] "Fizera para das hordas de ciganos que bicavavam na carreira dos cavalos, onde se entregavam a negócios variados, empregando sempre o embuste, que é um dos mais acentuados traços psicológicos desse povo"
[49] "É uma raça de párias com typo caracteristico e repelente á civilização, e teem como industria tosquiarem burros, negociarem cavalgaduras aleijadas e enfermas, sempre sem escrupulo e com má fé, rapinando o que podem"

intuito secundário de negociar, ou iludir[50] - a mesma ideia que Coelho apresenta. Além disso, e comprovando ainda mais a representação de cigano como enganador, "cigano" aparece definido como "Cigano, adj. que engana com arte, subtileza, e bons modos". Representação que também está presente no Dicionário Prosódico de Portugal, onde "trapaceiro" aparece como um dos adjetivos para a definição de cigano (Carvalho *et al.,* 1890, p.193). Esta evolução de discurso será, no entanto, abordada com mais atenção no segundo capítulo.

Este discurso contribuiu para a formação de uma identidade atribuída aos ciganos, baseada no engano, roubo e burla. A figura do Cigano torna-se, deste modo, um sinónimo de engano e charlatão, conotando-se a sua imagem à fraude e à mentira. No poema cómico *Os lusíadas do século XIX* (Almeida, 1883), o autor utiliza o termo cigano como modo de ilustrar a ideia de os políticos serem mentirosos, retratando-os como "malandros da política, ciganos"[51]. Estabelece-se um discurso em que o cigano se torna na personificação do engano, criando-se uma memória associada à sua figura. Segundo Helena Brandão, não existiria nenhum discurso "autofundado" (2008, p.96), relacionando-se sempre com algo anteriormente dito. Desta forma, seguindo os moldes de Pierre Achard (1999), poderíamos considerar haver uma regularização da imagem do cigano, resultante da constante repetição do discurso de roubo e engano, e o seu eventual reconhecimento como a realidade.

[50] Chulo - "De que se usa na conversação familiar, gracejando, zombando, ou fallando fresco, como se diz: v. g. palavras chulas, termos chulos, e vedados a mellicos cantores." (p.393)"; Afago - "Bom gasalhado, acção carinhosa, mimo, com que se trata alguém. fig. os afagos da deleitação" (p.51)

[51] Padrecas, medalhões e palacianos / Que estão tirando a pelle ao povo bruto / Malandros da política, ciganos / A quem pagais grandissimo tributo; / Esses de quem servis parabolanos / Sois; toda essa canalha e gado astuto, / Se no honesto labor fosseis constantes, / Teria que ir comer palha para Abrantes.") (Almeida, 1883, p.91)

1.2.3. Disparidades na representação da figura feminina e da figura masculina

A bibliografia apresenta uma distinção entre a imagem produzida sobre o Cigano e a da Cigana. Maria Sierra (2017) afirma que no século XIX é criada uma imagem estereotipada e romantizada dos Romani, em que, além dos estereótipos românticos que englobavam todas as comunidades como livres e primitivas, já visto anteriormente, é também criado o entendimento do homem Roma como seguidor de um código de honra e masculinidade muito rigoroso estabelecendo-se uma visão violenta do mesmo. Paralelamente, a mulher seria híper sexualizada, apresentada como um animal exótico e selvagem, vista como o fruto proibido, provocadora de pensamentos lascivos.

Este retrato pode ser validado pelas representações analisadas para o caso português. Adolfo Coelho, quando se dedica a uma descrição e análise do físico cigano, utiliza expressões e adjetivos bastante distintos. Refere-se à mulher cigana com um tom de certo pendor poético e romântico, comparando o seu cabelo a "pennas do corvo" e descrevendo os seus olhos como misteriosos e melancólicos. Já a descrição do homem é realizada num tom académico e sucinto, sem comparações ao mundo animal, nem ao seu mistério, referindo-se o seu cabelo e barba "negra" e sobrancelhas acentuadas (Coelho, 1892, pp.196-198). Na descrição do homem cigano, este não é apresentado como violento pelo código de honra que apresenta, mas sim pela sua única ambição ser a liberdade, comerciando e roubando para a sua sustentação.

Coelho não sexualiza a mulher cigana, a sua descrição assemelha-se à de um animal raro e interessante, mas não sexual, elogiando o pudor da sua "raça"[52] e negando a prostituição das mesmas (Coelho, 1892, p.222). A sexualização da mulher cigana aparece sobretudo nos textos de Pinto de Carvalho, onde é descrita de forma a realçar as suas características sexuais e provocadoras, comparando-a ao "colorau espanhol"[53] (Carvalho, 1991, p.30). Esta imagem materializa-se nos quadros de D. Maria Pia , com a representação de mulheres em poses sedutoras e cores fortes, o que será analisado com

[52] Termo que o autor utiliza (Coelho, 1892, p.222).

[53] "raça em que as mulheres, morenas como bronzes florentinos (…) têm certamente a cambrure provocadora, a esbelteza picante como colorau espanhol (…)" (Carvalho, 1899, p.30).

mais detalhe no capítulo seguinte. Para reforçar o carácter provocador das mulheres ciganas, Teixeira de Aragão faz referência às ciganas como amantes de arcebispos e reis. Mais frequente foi a representação da mulher cigana como misteriosa e "de grande beleza" (Braga, 1879, p.277) e como o sustento da família cigana - ao contrário do homem que só pensaria em si e na sua liberdade.

Segundo Deborah Nord, as personagens Romani tendiam a ser apresentadas na literatura britânica conforme uma pendente heterodoxia de género, sendo por isso habitual a atribuição de características masculinas a personagens ciganas feminina e vice-versa, em que as pessoas Romani não seguiriam as normas convencionais de género da sociedade vitoriana, e onde a mulher Roma seria apresentada com características masculinas e vice-versa (Nord, 2006, p.13). Francisco Mangas (2024) refere que as personagens femininas ciganas no teatro português da época moderna eram muitas vezes apresentadas como independentes e com funções masculinas, de maneira a entreter a audiência, como se de um fator cómico se tratasse (2024, p.93). Assim, se cruzarmos a descrição de Coelho da mulher e do homem ciganos, com o que Mangas e Nord afirmam, conseguimos perceber o mesmo modelo para a figura feminina. Apesar de o homem não se apresentar como sentimentalista e com uma forte sensibilidade, a mulher é quem sustém o lar, caindo sobre si angariar os fundos para a criação dos seus filhos (Coelho, 1892, p.188).

Os dicionários analisados não estabelecem uma diferença entre cigano e cigana, sendo que o último seria "fem. de Cigano (…)" (Moraes, 1813, p.470). O contraste maior é presente no estudo de Adolfo Coelho, no qual além da descrição física já referida, a representação baseada sobretudo no entendimento do engano e roubo a que estas comunidades estariam conectadas também apresenta diferenças. Assim, a mulher acaba por ser apresentada como inofensiva, tratando da venda ambulante e do peditório, enquanto que, quando é o homem a pedir, este ato tornar-se-ia uma imposição (Coelho, 1892, p.193). As mulheres também aparecem ligadas à prática de enganos relacionados com a feitiçaria e *buenadicha*, defendendo o autor a pretensa do conhecimento do oculto para o engano do não cigano. Já o homem é apresentado como

tendo funções relacionadas com o comércio de animais, sobretudo gado e cavalos, e ainda com o roubo (Coelho, 1892, p.204).

A disparidade entre a figura feminina e masculina apresenta-se sobretudo na quantidade de fontes documentais que referem as mulheres ciganas, estando elas praticamente ausentes das fontes de carácter administrativo e jurídico analisadas, que abordam sobretudo o homem cigano. Já no campo literário, a mulher cigana ganha destaque, sobretudo pela figura de Severa, que leva ao interesse de Pinto Carvalho em explorar a imagem da mulher cigana, de maneira a justificar e ilustrar a própria Severa. Por este motivo, pode-se entender que o contacto da mulher cigana com a população maioritária era diminuto, daí não terem resultado grandes fontes documentais? Estas mulheres estavam em contacto com a população sobretudo através do peditório e venda ambulante e de serviços, como a leitura da *buenadicha*. Não tendem a ser referenciadas, quando se aborda o engano e a burla, da mesma forma que o homem cigano era, e por isso apresentam-se num segundo plano. As suas representações, e falta delas, revelam as ciganas como figuras viradas para a família e para a sua comunidade e, por isso, sem tanto contacto com o exterior - se o homem cigano era fechado, então a mulher seria um outro nível da clausura e desconfiança social em relação à população maioritária.

Surge aqui, portanto, uma representação não totalmente conforme à que nos é descrita na bibliografia internacional, mas apresentando igualmente disparidades e tendências na representação feminina e masculina. Centra-se na mulher como figura provocadora e como o sustento da família cigana, e no homem cigano como egoísta e criminoso.

2. Os olhares sobre o "outro"- representações em transformação

2.1. O olhar político

Os debates parlamentares permitem perceber o discurso político sobre as comunidades ciganas, descortinando-se o olhar das elites políticas e intelectuais sobre as mesmas. Segundo Fernanda Maia, os debates parlamentares eram condicionados pela "opinião pública", pelo que os deputados se orientavam pelo eco da mesma, legitimando os seus discursos e intervenções e procurando nela a confirmação da sua autoridade (Maia, 2004, p.665). Acrescente-se que a análise dos debates parlamentares deve ter em conta o cenário político português, marcado, à época, pela instabilidade[54].

A primeira referência a comunidades ciganas é feita numa sessão de 3 de dezembro de 1822, quando se discute a implementação de um plano de segurança pública no reino, que visava sobretudo as áreas raianas e o Alentejo, num momento em que se dava atenção ao problema que os mendigos representavam. Neste debate, aborda-se a questão dos ciganos quando se realça o problema que os mendigos representariam no Alentejo: "[n]a provincia do Alemtejo vagueião os mendigos em grandes companhias, que assustão os habitadores dos campos, os quaes lhes dão alvergue e sustento na sua passagem como se fossem ciganos, ou salteadores"[55]. Segundo esta exposição, a quantidade de mendigos seria tão grande que estes se organizavam em bando, apresentando-se como uma ameaça à população local, tal como os ciganos e salteadores que por aí passavam. Os mendigos eram, portanto,

[54] No século XIX vigoraram duas constituições e uma carta constitucional. Entre 1821 e 1822, as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa foram responsáveis pela escrita da Constituição de 1822, onde se estabeleceu uma monarquia constitucional, sendo o poder legislativo entregue à Câmara dos Deputados. Com a instabilidade política originada, e o sentimento da necessidade de um instrumento legislativo mais moderado, é criada a Carta Constitucional de 1826, onde ficou estabelecido um sistema bicameral com a Câmara dos Deputados com poder legislativo e a Câmara dos Pares do Reino de nomeação régia e hereditária, que se mantém até 1838, com uma pequena pausa de quatro anos, entre 1838 e 1842, com a Constituição de 1838.

[55] **Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa.** *Sessão de 3 de dezembro de 1822* – Diário das Cortes, n.º 006, Legislatura 1, Sessão 1, 1822-12-03, p. 63–64. – Disponível em: <URL: https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/006/1822-12-03/63 > (Consult. 17 mai. 2025).

tratados como os ciganos e os salteadores — recebendo albergue e sustento para seguir caminho, com o objetivo de evitar eventuais danos que pudessem causar. Neste contexto, parece começar-se a delinear uma distinção clara entre ciganos ou salteadores, que faziam exigências e ameaças, e os mendigos, que apenas pediam esmola pelos campos, mas que pela sua quantidade se estariam a tornar também numa ameaça. A análise dos debates demonstra como, a partir deste discurso, os ciganos passam a ser cada vez mais aproximados da figura dos salteadores.

Neste mesmo contexto, uma outra referência a ciganos aparece num dos artigos da proposta legislativa então discutida, e que se centra na questão dos salteadores. Estes surgem ligados aos ciganos pela sua suposta união na criminalidade que acometeria o Alentejo, e que se estaria a espalhar para o resto de Portugal, como se de uma "peste" se tratasse, podendo contaminar o restante reino caso não fossem travados[56]. Surge aqui a ideia de um apertar nas redes de controlo populacional e estabelecendo-se a necessidade de se fechar as vilas maiores com barreiras[57].

Estas medidas, além de nos revelarem um reforço do controlo da mobilidade populacional, mostra também como os ciganos se incluíam na população que deveria ser controlada. A principal preocupação da Câmara dos Deputados, no que diz respeito às comunidades ciganas, é com o seu nomadismo – a sua atenção recai sobre a população móvel em geral, sendo frequente a nomeação dos ciganos por, em algumas circunstâncias, se incluírem nesta. O cigano sedentário não parece ser objeto de grande atenção, salvo algumas exceções. Além disso, percebe-se também a conotação de cigano com criminalidade, mencionando-se 'os ciganos' sempre em conjunto com 'os salteadores' - nem todos os ciganos seriam salteadores, mas parece que todos os salteadores se uniriam a ciganos.

---

[56] *Idem.* "1 - Em todo o tempo ha sido a provincipio do Alemtejo o theatro dos crimes horrorosos, commettidos por bandos e quadrilhas de malfeitores, que unidos com ciganos e contrabandistas Hespanhoes, tem chegado muitas vezes a acommetter em claro dia até villas mui populosas. Mas actulamente esta peste se tem derramado por todo o territorio de Portugal, que se acha infectado de salteadores, contra os quaes he indispensavel tomarem-se fortes medidas."

[57] *Idem.* "3. (…) Todas as villas e povoações maiores devem ser fechadas por barreiras; ás entradas e sahidas haverá guarda-barreiras, a quem se apresentarão os passaportes dos viajantes que passão; e dos que entrão para pernoitar, ou demorar-se, darão parte á autoridade competente."

Reforçando a ideia dos ciganos como perigosos, em 1823, um deputado que havia recebido queixas do perigo dos ciganos no Alentejo, apela à Câmara dos Deputados para que se "faça executar as leis existentes, e ordens das Cortes relativas á prizão dos vagabundos, ciganos, e salteadores debaixo de mais severa responsabilidade"[58]. O mesmo afirma que a falta de segurança, devido a esta minoria, seria tanta que os habitantes destes locais receavam sair de casa e ir para os campos. Segundo este deputado, "em quasi todos estes actos attentatorios são implicados os ciganos; que esta raça vagabunda, e proscripta de tantos povos policiados, e que as nossas leis castigão com tão graves penas, vivem a seu bel prazer nas villas e cidades deste Reino"[59].

Estas afirmações são bem aceites na Câmara, admitindo-se a maior execução das leis "existentes sobre a prisão de vagabundos, ciganos e salteadores"[60]. O que se torna interessante, quando se observa que a Constituição de 1822 não refere os ciganos, definindo quem seria mendigo e vadio, mas nunca cigano. Também neste aspeto é importante mencionar que, apesar da ação de Pina Manique se ter centrado na perseguição desta minoria, é a partir de 1822, e com a aquisição da cidadania por parte das comunidades ciganas, que se vê uma substituição das penas criminais por medidas administrativas, algo que Mangas refere e que se pode entender aqui presente (Mangas, 2020, p.190).

O objetivo central, e como será entendido com o desenvolvimento deste ponto, é o controlo da população, sendo os ciganos fonte de grande desconfiança pelo seu carácter fechado, móvel e distinto da população maioritária e, por isso, um setor da população bastante vigiado. O que o deputado acima referido parece estar a pedir, não

---

[58] **Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa.** *Sessão de 8 de janeiro de 1823* – Diário das Cortes, n.º 005, Legislatura 1, Sessão 1, 1823-01-08, p. 395–396. – Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/005/1823-01-08/395 > (Consult. em 17 mai. 2025).

[59] *Idem.*

[60] **Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa.** *Sessão de 9 de janeiro de 1823* – Diário das Cortes, n.º 006, Legislatura 1, Sessão 1, 1823-01-09, p. 411. – Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/006/1823-01-09/411 > (Consult. em 17 mai. 2025).

é só a vigilância desta minoria, mas uma perseguição criminal dos mesmos. Atentemos que culpabiliza somente as comunidades ciganas do clima de insegurança no Alentejo: "quasi todos estes actos attentatorios são implicados os ciganos"[61]. No entanto, os ciganos não seriam os únicos que por estas terras passavam. Desta forma, as comunidades ciganas tornavam-se num bode expiatório, não no sentido de se aumentar a vigilância dessas terras, mas sim colocar em prática os instrumentos de perseguição sobre esta minoria – a vigilância policial era apresentada como insuficiente.

Este controlo da mobilidade é justificado, num debate de 1853, por ser um controlo da insegurança. Segundo o deputado de Évora, Cunha Rivara, porta-voz de inúmeras representações camarárias alentejanas (Mónica, 2006, p.478), o abandono do trabalho e a mendigagem levariam ao roubo e à transição de mendigo para salteador. Por este motivo, o deputado pede que se aprove o seu projeto de lei para a captura dos vadios, que define como "os mendigos validos, os ciganos errantes, e todos aquelles que não tem domicilio certo, nem meios de subsistencia, nem exercitam habitualmente alguma profissão, ou officio, ou outro mister, em que ganhem sua vida"[62].

Apesar de se comprovar novamente o foco nos ciganos errantes, isto é, ciganos que praticavam o modo "errado" de vida[63] – o nomadismo – há uma atenção específica para o sublinhar dos ciganos como problema, não bastando somente referir pessoas sem domicílio certo nem meios de subsistência. O que isto nos dá a perceber é haver uma atenção significativa, não só sobre os ciganos nómadas, mas também sobre os ciganos que, apesar de terem domicílio, se movimentavam na ida às feiras, e por isso eram também alvo destas políticas de controlo. Percebemos, com os trabalhos de Adolfo Coelho e a análise de fontes judiciais, que existia um grupo bastante grande de

---

[61] **Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa.** *Sessão de 8 de janeiro de 1823* – Diário das Cortes, n.º 005, Legislatura 1, Sessão 1, 1823-01-08, p. 395–396. – Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/005/1823-01-08/395 > (Consult. em 17 mai. 2025).

[62] **Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa.** *Sessão de 5 de março de 1853* – Diário das Sessões, n.º 044, 1853, p. 62. – Lisboa: [s.n.], 1853. Disponível online: <URL: https://debates.parlamento.pt/pesquisa?q=cigano+&nDiario=&from=&to=&dateType=publication&catalog_s=mc&publication_s= > (Consult. 17 de maio 2025)

[63] Como visto anteriormente, "errante" é um termo comummente utilizado nas fontes analisadas para se referir ao carácter nómada das comunidades ciganas.

ciganos que, apesar de ter domicílio próprio, se deslocava para vender em várias feiras do reino. Sendo que, se não estivessem explicitamente incluídos na definição de vadios, não se encaixariam de outro modo. Esta proposta foi admitida e remetida às comissões de administração pública e de guerra, criando-se assim uma companhia de trabalhadores e sapadores[64], que estariam atentos à "vadiagem", e fazendo-se alistar no exército os vadios que tivessem condições de idade "(…) e mais circunstancias necessarias para servirem nos corpos do exercito"[65].

Em 1870, o debate sobre a insegurança que os ciganos trariam ao Alentejo é retomado, desta vez pelo deputado Pinheiro Borges, eleito por Évora e do Partido Reformista, que governava no respetivo ano. Pinheiro Borges vê a necessidade de chamar a atenção do presidente da Câmara dos Deputados sobre o problema dos ciganos para a segurança pública. Explica que recebeu pedidos dos deputados do Alentejo para "que livrem a província dos ciganos que andam assaltando as herdades, roubando os gados, saindo às estradas e commettendo toda a qualidade de tropelia"[66]. Novamente os ciganos são representados como um atentado à segurança pública, com o qual concordou o deputado associado ao Partido Regenerador, Falcão da Fonseca, afirmando que as povoações do Alentejo "não podem estar sujeitas a ser assaltadas por essa turba de harpias ou selvagens"[67]. No entanto, o assunto não é questão de grande debate, sendo que o presidente da Câmara dos Deputados pede que se entre com um parecer sobre o assunto, o que parece não ter acontecido.

---

[64] **Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa.** *Sessão de 5 de março de 1853* – Diário das Sessões, n.º 044, 1853, p. 62. – Lisboa: [s.n.], 1853. Disponível online: <URL: https://debates.parlamento.pt/pesquisa?q=cigano+&nDiario=&from=&to=&dateType=publication&catalog_s=mc&publication_s= > (Consult. 17 de maio 2025)
"Artigo 1.º Em cada districto administrativo se levantará uma companhia de trabalhadores, ou sapadores, na qual serão compellidos a assentar praça todos os vadios que forem capturados, e que sendo validos e aptos para trabalhar, não tem comtudo a idade e mais circumstancias necessarias para servirem nos corpos do exercito (…)"

[65] *Idem.*

[66] **Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa**. *Sessão de 23 de novembro de 1870* – Diário das Sessões, n.º 025, 1870, p. 198. – Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/06/025/1870-11-23/198 > (Consult. 17 mai. 2025).

[67] *Idem.*

'Cigano' é só referido novamente em 1871 quando se discutia sobre a falta de policiamento dos campos. Neste debate, o deputado Pires de Lima explica que o "estado de polícia" estaria muito fragilizado em Évora, apoiando a necessidade de um maior policiamento dos campos, que não existiria no Alentejo. Neste ponto, aborda os ciganos e os "falsos mendigos e vadios, que no Alemtejo exigem dos pobres lavradores tributos mais onerosos do que aquelles que lhes pede o estado"[68], tendo sido apoiado pela restante Câmara. Neste discurso faz-se a conexão dos ciganos ao peditório e à imposição, algo que Coelho também refere existir – quando era uma mulher a pedir seria peditório, mas quando era o homem cigano, o peditório tornava-se imposição (Coelho, 1892, p.193)[69]. No entanto, este problema de policiamento, em que os ciganos seriam culpabilizados, só volta a ser referido em 1882, quando o deputado Avelar Machado pede o reforço dos destacamentos na vila do Corucho por estarem assolados por uma quadrilha de ciganos, que estariam a roubar as casas das "principais famílias d'aquello concelho"[70].

A questão dos ciganos volta a surgir no contexto da falta de policiamento nas zonas rurais, aquando da discussão da legislação florestal de 1887, no âmbito do projeto de lei sobre o fomento rural. Neste caso, o problema era a necessidade de implementar as novas leis a serem aplicadas nas florestas, entendendo-se que não haveria uma polícia rural que as pudesse fazer cumprir. Segundo o deputado Oliveira Martins, isto não seria necessário se os vadios e mendigos não ameaçassem a área rural, quando os lavradores

---

[68] **Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa.** *Sessão de 2 de agosto de 1871* – Diário das Sessões, n.º 068, 1871, p. 78. – Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/06/068/1871-08-02/78 > (Consult. 17 mai. 2025).

[69] Um processo criminal, ocorrido nas proximidades de Beja, relata um episódio de violência cometido por quatro homens ciganos contra um lavrador e a sua esposa, por estes se terem recusado a fornecer comida aos ciganos, às suas mulheres e aos filhos menores. Estas famílias eram muito provavelmente nómadas, sendo referido no processo que, pelo menos, três desses indivíduos não tinham domicílio fixo. - **Ministério Público**. *Autos de polícia correccional contra João Ameixa, Manoel Andrade, António Cigano e Jerónimo Pinto* [Manuscrito]. 1896. Tribunal Judicial da Comarca de Beja 1764-2010, Polícia Correcional, mç 15, proc. 28, cx.0020. Arquivo Distrital de Beja.

[70] **Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa.** *Sessão de 4 de maio de 1882* – Diário das Sessões, n.º 080, 1882, p. 1337. – Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/07/080/1882-05-04/1337 > (Consult.17 mai. 2025).

não cediam à sua pressão[71], afirmando-se que as leis contra a "vagabundagem" seriam "letra morta", e ilustrando os tais vagabundos como "os nomadas, mais ou menos mendigos, mais ou menos ciganos, e mais ou menos ladrões"[72]. Desta forma, faz-se uma crítica ao nomadismo, mas desta vez não se entende uma exclusividade dos ciganos como a causa de toda a insegurança. Critica-se o nomadismo, que incluiria os ciganos, mas admite-se a não totalidade da etnia cigana como nómada, e dos nómadas como não totalmente ciganos. Parece entender-se também o uso de "ciganos" como algo mais abrangente, não parecendo abordar somente esta minoria, mas qualquer um que se assemelhasse, de algum modo, a ela. Este uso mais livre da palavra "cigano" aparece também num debate anterior, de 1865, onde o "cigano" surge como a personificação de não ficar parado[73].

Desta forma, as representações que se têm observado parecem ter evoluído de maneira a incluir "cigano", não só como personificação do engano e roubo, mas também da movimentação. Compreende-se assim que, em certos debates, o uso desta palavra fosse mais livre, não se referindo exclusivamente às comunidades ciganas, mas podendo englobar outros grupos ou significados. Num debate em 1843, faz-se uso do termo 'ciganos' para exemplificar pessoas que não tinham presente nas suas ações o bem-estar do Reino. Ao abordar o tema do contrabando, um deputado afirma que os contrabandistas não seriam portugueses, mas sim ciganos, pois as suas ações implicavam o bem-estar do Reino português, e por isso, nunca poderiam ser vistos como

---

[71] "Póde dizer-se que não ha entre nós policia rural e se o nosso temperamento ethnico e as condições de existencia do nosso povo não provocam attentados consideraveis contra a propriedade rural, não é menos verdade que o uso, a tolerancia, a affectação de mendicidade criam por muitas partes uma rapina passiva e exacções a que o lavrador não póde eximir-se, porque, se o quizesse fazer, veria incendiada a seara com uma completa impunidade." - **Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa.** *Sessão de 28 de abril de 1887* - Diário das Sessões, nº016, 1887, p.294. Lisboa [s.n]. Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/07/080/1882-05-04/1337 > (Consult.17 mai. 2025).

[72] *Idem.*

[73] [Ao falar sobre os corretores que procuram os melhores produtos para vender] "Estes homens, que são uma especie de ciganos**,** resolvem d'este modo a questão do equilibrio que deve existir entre os consumidores e os productores;" - **Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa**. *Sessão de 23 de novembro de 1865* - Diário das Sessões, nº128, 1865, p.2639. Lisboa [s.n]. Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/07/080/1882-05-04/1337 > (Consult.17 mai. 2025).

portugueses[74]. Uma ideia que permanece até aos finais do século, e que se extrapola para outros meios, como em "Dissolução do systema monarchico constitucional*"* (1881), onde Teófilo Braga recorre à imagem do cigano como metáfora da ausência de pátria, perpetuando-se a representação do cigano como figura sem pertença, alguém que não se integra em nenhum espaço social ou nacional definido.

Não obstante, a palavra 'cigano' volta a ser utilizada de forma pejorativa quando, em 1862, se aborda, num debate aceso entre o deputado Ferrer e José Maria Abreu, a educação doméstica. Neste, Ferrer, associado ao Partido Progressista e antigo reitor da Universidade de Coimbra, defende a necessidade de se estabelecer o que deveria ser ensinado, justificando que os tutores podiam escolher ensinar assuntos errados ou irrelevantes, atentando que nem todos partilhariam do senso dos deputados, e utilizando a expressão "cova de ciganos" para ilustrar a ideia de que nem todos os cidadãos iriam escolher os assuntos necessários para uma boa educação dos seus filhos. A isto, José Maria Abreu, que revelava interesse pelos problemas da instrução pública, responde, defendendo a liberdade dos tutores escolherem as matérias a serem ensinadas, e explicando que: "Para chegar ás conclusões do sr. Ferrer não valia a pena de suppor o lar domestico convertido em cova de ciganos", aproveitando para criticar a linguagem que Ferrer utiliza[75]. Ainda no debate seguinte, José Maria abre novamente o assunto, defendendo que não se poderia supor o seio da família como uma "cova de ciganos", e acreditando, por isso, na benevolência do pai ao educar os seus filhos e nas suas boas decisões. Novamente, é utilizada a figura do cigano para ilustrar comportamentos negativos num governo liberal.

Recorre-se ao termo 'cigano' para realçar aspetos que eram vistos como negativos por um governo liberal do século XIX: o nomadismo ou seminomadismo, a

---

[74] "Contrabandistas não são Portuguezes. são Ciganos (Apoiados.) Contrabandista- e' antípoda de patriota." **Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portugueza**. Sessão de 13 de fevereiro de 1843- *Diário das Sessões,* nº034 p. 158. Lisboa: [s.n.] Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/06/025/1870-11-23/198 > (Consult. 17 mai. 2025).

[75] **Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portugueza**. Sessão de 7 de maio de 1862 - *Diário das Sessões,* nº061, p.1228. Lisboa: [s.n.] Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/06/025/1870-11-23/198 > (Consult. 17 mai. 2025).

falta de pátria e de interesse no bem da mesma, e o desconhecimento e ignorância perante o ensino. Revela sobretudo o contexto de consolidação da noção política de Nação e o despertar da consciência patriótica, em que a população deve contribuir para o bem da Nação, época em que a adoração e entendimento de 'Pátria' e da fraternidade se intensificava (Gil, 2015, pp. 132-142) e se revela nas políticas controladoras do Estado, bem como nos interesses liberais da educação e da meritocracia.

O último debate com referências a 'cigano' é da Câmara dos Pares de 1898. Novamente, o problema aqui apresentado é o perigo que os ciganos apresentam no Alentejo, e a discussão da necessidade de um maior policiamento nesta área do reino. Assim, no tópico da criação de uma polícia a cavalo para o Alentejo, o Conde de Tomar, António Costa Cabral, afirma que os proprietários do Alentejo "viam as suas propriedades infestadas por bandos de ciganos e que o governo tinha o direito de os expulsar do paiz". Entendendo-se que, a princípio, não estaria a falar somente de ciganos portugueses, tendo em conta esta suposta facilidade na sua expulsão. Suposição que é confirmada quando o Conde apresenta que a solução para este problema seria a maior regulamentação da entrada destes grupos no país. Novamente, os ciganos são apresentados pela sua criminalidade e pelos seus números – a presença destas pessoas seria tanta, que era impossível policiar. Além disso, o Conde de Tomar explica uma característica importante que marcava as deslocações destes indivíduos: em troca do abrigo do palheiro do Conde, e de alguma palha para os seus animais, os ciganos não lhe roubavam nada e ainda protegiam a sua propriedade; já se o Conde lhes recusasse oferecer abrigo, o risco seria de a propriedade ser roubada[76]. O debate continua com o

[76] "Todos nós sabemos que aquella gente invade as herdades e pede de comer bem como sustento para os seus gados.
Os proprietarios que se conformam com este uso não não são mal tratados, mas os que se conformam são geralmente roubados por os *ciganos*. Eu sei isto por experiencia propria. Tenho em Thomar uma propriedade á beira da estrada onde existe um palheiro que elles chamam o a Hotel do Marquez, ali se recolhem e ficam uma noite debaixo de um telheiro; e como lhes dou alguma palha para o gado, nada me roubam e até servem de policia á propriedade; mas se eu lhes recusar isto, é claro que se vae tudo, a propriedade fica sem fructo algum ou para melhor dizer fica sem cousa alguma." **Câmara dos Pares do Reino (II).** Sessão de 12 de maio de 1898 - *Diário das Sessões*, nº036, pp.292 e 293. Lisboa: [s.n.] Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/06/025/1870-11-23/198 > (Consult. 17 mai. 2025).

Conde de Bertiandos, um dos fundadores do Partido Nacionalista, que se opõe ao que o anterior Conde defende, e insiste na criação de uma polícia a cavalo. Este explica que nem todos os proprietários do Alentejo teriam o poder económico necessário para oferecer abrigo e palha a estes grupos de ciganos, e que por isso eram roubados e os seus matos queimados[77], ilustrando o perigo que estes grupos representavam.

Ou seja, quer na Câmara de Pares, quer na Câmara dos Deputados, percebe-se que os ciganos eram apontados como sendo os maiores responsáveis pelos problemas e inseguranças dos proprietários e habitantes do Alentejo. No entanto, sabe-se que os ciganos, sejam estes portugueses ou comunidades estrangeiras que chegavam a Portugal, não eram os únicos a passar pelo Alentejo num ato de nomadismo ou deslocações a longas distâncias. No mesmo mês do debate anterior, e também na Câmara dos Pares, repõe-se a discussão sobre a necessidade de polícia a cavalo no Alentejo. No entanto, neste já não se limitam a culpabilizar unicamente as comunidades ciganas. O Ministro da Guerra Francisco Cunha, afirma que "em Monforte maltezes e ciganos, em grande número, infestavam as herdades; e que só uma das quadrilhas era de trinta a quarenta homens"[78].

Há pela primeira vez nestes debates uma referência a grupos que praticavam a itinerância e que não eram os ciganos. Estes grupos também constituíam um grande número, sendo que, passados dois dias, na Câmara dos Pares, o Conde de Tomar renova este discurso, dirigindo uma resposta ao Conde de Bertiandos, onde reforça que, na maioria dos casos, os ciganos se contentavam com pouco, não apresentando por isso uma ameaça tão grande[79]. O Conde acrescenta ainda que quem representava uma ameaça significativa seriam os malteses, ou seja, os trabalhadores sazonais que

---

[77] "Mas os outros proprietarios do Alemtejo, que não têem palha para dar aos *ciganos*? Como ha de ser isto? Continuam a ser roubados e a ver queimados os seus matos." – *Idem.*

[78] **Câmara dos Pares do Reino (II)**. Sessão de 25 de maio de 1898 - Diário das Sessões, nº036, p.306. Lisboa: [s.n.] Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/06/025/1870-11-23/198 > (Consult. 17 mai. 2025).

[79] "Quando, na sessão passada, usei da palavra ácerca deste mesmo projecto em ordem do dia, disse eu que na provincia, ha meio de não soffrer muito as depredações dos *ciganos*, porque, na maioria dos casos, contentam-se com a concessão de uma pouca de palha." - **Câmara dos Pares do Reino (II)**. Sessão de 27 de maio de 1898 - Diário das Sessões, nº036, p.310. Lisboa: [s.n.] Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/06/025/1870-11-23/198 > (Consult. 17 mai. 2025).

voltavam de Espanha. Entende-se, então, que os ciganos, apesar de apresentarem uma certa inconveniência para a população do Alentejo, não seriam o principal perigo para os habitantes, mas sim estes trabalhadores sazonais.

Este debate revela-se interessante, sobretudo pelo facto de na maioria das ocasiões em que a palavra 'cigano' foi utilizada esta surgir associada ao perigo que estes indivíduos representariam: como andavam sempre acompanhados de salteadores e como não se devia confiar nos mesmos, pois roubavam os campos e os proprietários, deixando um rastro de destruição. Como já mencionado, um dos deputados chega até a ilustrar um clima de medo tão grande que os habitantes do Alentejo teriam receio de sair de casa. O que o Conde de Tomar nos traz, até certo ponto, é a imagem de uma população móvel que importuna os habitantes locais como consequência das longas deslocações que realizam, e em que se incluem os ciganos. Reforça-se, portanto, a ideia do uso livre do termo 'cigano' para se referir a todos os grupos que praticavam algum tipo de mobilidade pelo Alentejo, ou que causavam complicações à população local.

Os resultados da análise destes debates revelam, sobretudo, o uso dos ciganos como bode expiatório para os problemas de insegurança existentes no Alentejo rural. Já no final do século parece haver uma mudança nesse discurso, devido, sobretudo, a Francisco Cunha e António Cabral. No entanto, a análise que aqui desenvolvemos, bem como os resultados que apresentamos têm um carácter provisório, pois uma investigação mais profunda obrigaria à leitura de todos os debates em que o objeto de discussão fosse a segurança pública, o controlo dos movimentos da população e o policiamento das áreas rurais. Como os debates aqui analisados foram identificados a partir de uma pesquisa digital utilizando as palavras 'cigano' ou 'ciganos', não foi possível perceber se houve uma culpabilização de outros grupos populacionais que não os ciganos pelos danos e insegurança causados no Alentejo, para além dos malteses. No entanto, a partir do trabalho realizado por Marina Galvaneses acerca dos debates em torno da necessidade de passaporte, é possível perceber uma certa omissão das comunidades ciganas. Segundo a autora, os argumentos usados quando se debateu a permanência do uso de passaporte no interior do reino apontavam os ladrões e malfeitores como sujeitos perigosos e que necessitavam ser controlados para garantir

deslocamentos disciplinados (Galvaneses, 2024). Separa-se o foco nas comunidades ciganas, mas mantinha-se a problemática dos "salteadores" que estas supostamente acompanhavam.

Outro aspeto a considerar é o facto de os partidos e os deputados habitualmente estarem em concordância quanto à ameaça que estes ciganos representavam, exceção feita a António Cabral e o Conde de Bertiandos. As discórdias existentes eram devidas sobretudo às medidas que deveriam ser implementadas para diminuir estes problemas. Neste aspeto, o que importava não seria tanto a preocupação com os ciganos, mas sim com os cofres do reino, ou seja, o ambiente de insegurança não seria tão grave para justificar os investimentos financeiros que seriam necessários para garantir uma maior proteção e controlo da população.

Assim, percebe-se a atenção dada sobretudo às comunidades nómadas ou seminómadas em que os ciganos se incluiriam. Com efeito, existe na maior parte das vezes uma atenção reservada unicamente aos ciganos que praticariam uma grande mobilidade. Isto aliado ao destaque dado ao Alentejo como principal foco de preocupação nos debates, poderia explicar uma maior presença das comunidades ciganas nesta região de Portugal. No entanto, o destaque dado ao Alentejo nos debates deve-se, além da presença das comunidades ciganas no seu espaço, também ao fato de a região ser uma zona de entrada de comunidades e grupos nómadas vindos de Espanha. Por conseguinte, Francisco Mangas aponta para uma dispersão dos indivíduos ciganos pelo país, discordando da ideia da sua centralização no Alentejo, e justificando-a como local onde haveria maiores tensões sociais entre os indivíduos destas comunidades e a população maioritária (Mangas, 2024, p.185).

Sumariando, os debates centram-se nos ciganos nómadas, alimentando um discurso em que estes seriam uma ameaça à segurança pública, sobretudo no Alentejo. Já os ciganos no geral, ou seja, quer nómadas quer sedentários, eram representados como a personificação de pessoas sem pátria, desinteressados no bem da Nação portuguesa e, até certo ponto, ignorantes da educação que deveriam dar aos seus filhos. Nómadas ou sedentários, os ciganos são sempre referidos como rebeldes que não se

conformavam com as diretrizes e costumes da população maioritária e de um governo liberal e capitalista[80].

2.2. O funcionário do Reino – olhar administrativo e jurídico

Quer as fontes de carácter administrativo, quer as de carácter jurídico refletem o que seria parte do quotidiano destas comunidades, apresentando parâmetros muito semelhantes, bem como o olhar de funcionários do reino (governadores, procuradores-gerais e corregedores). Assim, é necessário olhar com atenção para estas fontes, tendo em conta que o objetivo não é analisar a natureza dos casos tratados, mas sim as representações presentes nos mesmos. Esta documentação revela uma riqueza enorme, conseguindo-se perceber aspetos como as atividades ligadas a estas comunidades, a geografia predominante dos locais em que se instalam e os problemas que normalmente apareciam associados às mesmas. Esta documentação mostrou-se sobretudo relevante para entender em que medida o discurso oficial, e de posição de poder, expresso nos debates parlamentares, se refletia na prática administrativa dos funcionários do reino que aplicavam as medidas dele decorrentes.

O primeiro caso que deve aqui ser apontado diz respeito a José Emígidio da Mata, um soldado do regimento da milícia de Lisboa que, no ano de 1830, se encontrava preso no castelo de S. Jorge por roubo[81]. Segundo a acusação, Emígidio da Mata, numa manhã, enquanto se dirigia para a mercearia onde trabalhava quando não estava no regimento, ter-se-ia embriagado juntamente com o seu patrão. Ao percorrer o caminho do Campo de Santana, teria roubado um par de calças de brim e dois lenços ao queixoso, um 'hespanhol' ou 'gringo' de nome Francisco Jayme. Face à acusação, a defesa de Emígidio responde que o réu não teria "ideia alguma de cometer furto ao dito cigano"[82]. O

[80] O termo 'capitalista' é aqui utilizado para designar um modelo económico que valoriza o trabalho e a produtividade como elementos positivos para a sociedade. Nesse contexto, espera-se que os indivíduos que a integram desempenhem um trabalho produtivo e regular.
[81] Correição Crime do Bairro da Rua Nova, Série Processos-Crime 1800/1833, Letra P, mç. 16, n.º 23, cx. 34, *Autos crime de requerimento em que é réu Paulo José Emigídio da Mata e autora a Justiça*, 1830.
[82] *Idem.*

processo continua com testemunhos que defendem Emígidio e testemunhos que defendem Jayme, sendo relevante verificar o peso com que a palavra "cigano" aparece neste processo.

Na defesa de Emígidio, assiste-se à utilização do termo 'cigano' como forma de desvalorizar o indivíduo, retratando-se Emígidio como alguém de bom comportamento que acabou por roubar um 'cigano' por estar sob efeito de álcool. Já a acusação, como vimos, utiliza o termo 'hespanhol', percebendo-se que, com base no intuito - defesa ou acusação - o termo utilizado sofre alterações. Ao longo do processo, a defesa também se refere ao queixoso como 'gringo', mas nunca como cigano. Desta forma, tendo em conta a legislação passada na Carta Constitucional que estaria em vigor no momento da realização do auto (1830), os indivíduos que nascessem em Portugal, apesar de terem pais não portugueses, teriam a nacionalidade portuguesa (Costa, 1995, p.15). Pode-se supor, portanto, que Francisco Jayme seria cigano que não nasceu em Portugal, validando a utilização tanto do nome de 'cigano' como de 'hespanhol' ou 'gringo'. Assim sendo, percebe-se que a defesa de Emígidio da Mata tenta minimizar o crime cometido através do uso da palavra "cigano", de modo a demonstrar a irrelevância do processo por se tratar de um queixoso sem grande importância social. O que a acusação contraria, com o contínuo uso de palavras que se opõem ao discurso da irrelevância, mas assumindo o queixoso como alguém não português.

Outro caso semelhante, mas talvez menos óbvio, é a devassa resultante de uma agressão a Joaquina Inácia[83]. Neste caso, ocorrido também na cidade de Lisboa, nas barracas de Santa Barbara mais propriamente, é uma mulher cigana, Anna Correa, que é acusada de dar uma bofetada a Joaquina Inácia como resposta a esta lhe ter chamado de 'cigana'. O conflito torna-se interessante, não só pela premissa inicial de Joaquina Inácia chamar de 'cigana' a Anna Correa - demonstrando a existência de discordâncias e do uso do termo 'cigano/a' para rebaixar algo ou alguém, entendendo-se a presença de anticiganismo no ato, mas também pela forma como a devassa foi realizada. Esta inicia-

[83] Juízo Crime do Bairro da Mouraria, Série Processos-Crime 1787/1833, Letra A, mç. 110, n.º 16, cx. 230, *Devassa que se fez por ordem do Juiz do Crime do Bairro da Mouraria pela bofetada a Joaquina Inácia por Antónia Correia, a Cigana*, 1812.

se explicando que se realiza pela ocasião de uma bofetada dada por Anna Cigana, contando com cerca de trinta testemunhas que repetem sempre a mesma informação: Anna Cigana deu uma bofetada de mão aberta na face esquerda de Joaquina Inácia. Todos os testemunhos usam o termo 'cigana' no lugar do apelido de Anna. Este uso do termo como apelido não é incomum nas fontes jurídicas e administrativas, mas ganha peso quando se observa o testemunho de Gertrudes Rosa. Gertrudes é apresentada como uma mulher que estava ligada ao negócio das cavalgaduras, associado a estas comunidades, o que, portanto, faz colocar a hipótese de que Gertrudes também seria cigana. Isto torna-se interessante, porque Gertrudes é a única testemunha a chamar Anna pelo seu apelido real, Anna Correa, sendo o primeiro momento em que o apelido real de Anna é referido. Supõe-se assim haver um maior peso do uso de 'cigana' no lugar de 'Correa' como forma de justificar a ação de Joaquina, reforçando que a mulher não teria dito nada além da realidade e, por isso, teria sido agredida injustamente.

O peso do termo 'cigano' está nos significados preconceituosos que representa, tentando definir um grupo minoritário que não teria espaço para se definir a si próprio[84]. Sabemos que este termo foi criado pela população não cigana para se referir a esta minoria, sendo um termo baseado no desconhecimento destas comunidades e das suas origens (Hancock, 2007, p. XVIII). Além disso, devido ao uso deste na literatura, o mesmo desenvolve uma imagem imprecisa e por vezes negativa desta população. De acordo com Hancock, estas comunidades não gostariam de ser chamadas por tal, devido às conceções erradas e desconhecimento que a palavra carregava. Apesar de Hancock se referir ao termo 'gypsies', o mesmo processo se verifica com a palavra 'ciganos'[85], daí que Dimitri Rezende a defina como um termo representativo de um estereótipo que teve, como base na sua formação, representações anteriores. Atentemos para o caso português, em que as primeiras referências a este termo aparecem na literatura e no teatro, carregando um forte estereótipo exótico (Mangas, 2024, p.73). A *Farsa das*

[84] "The word [gypsy] is the name (or, rather, one of many names) given to them by outsiders." (Fraser, 1995, p.1).

[85] "It is curious that, from the very beginning, Portuguese fixed upon Cigano as the principal word for 'Gypsy', keeping in line with the Italian, German, and central and eastern European usage descended from atsinganos, whereas Spanish settled on Gitano, derived from 'Egyptian'. (Fraser, 1995, p.99).

Ciganas, de Gil Vicente, é utilizada para criticar "(…) hábitos e estereótipos associados a esta minoria." (Mangas, 2024, p.70). Pode-se verificar um desenvolvimento do preconceito e anticiganismo no discurso ilustrativo de indivíduos e também personagens ciganas, bem como um peso que a palavra 'cigano' possa carregar, e a sua manipulação para defender e reforçar certas visões do acontecido em determinadas situações. Verifica-se, tanto no caso de Emígidio da Mata, como no de Anna Correa, a manipulação do termo 'cigano', reforçando e aproveitando os estereótipos e preconceitos que a palavra carrega.

Não obstante, este termo aparece também como a função de nome de família. Em Alcácer do Sal, registam-se três processos matrimoniais correspondentes a três irmãos, com apelido de "Cigano", e filhos de Francisco Joaquim Cigano[86]. O uso do termo "Cigano", e a conotação que lhe é dada, parece variar conforme as intenções de quem realiza a representação, sendo que neste caso não aparenta nenhum tipo de segundo sentido como nos casos anteriores. Algo frequente nas fontes de carácter administrativo é o uso de 'cigano' para identificar as pessoas referidas, não havendo um julgamento de valor da pessoa com base na sua etnia, mas o seu uso como forma de particularizar o indivíduo de que se tratava, numa sociedade em que a identificação civil era dificultada pela falta de meios para tal. Algo de interesse é que habitualmente a palavra 'cigano' era usada no lugar do apelido do homem, e não da mulher, existindo somente um caso, nas fontes analisadas, em que este exercício é aplicado a uma mulher cigana.

Assim, em oposição às fontes de carácter administrativo, as fontes de carácter jurídico têm uma forte conotação negativa, o que facilmente se entende tendo em conta os assuntos que tratam, garantindo um maior reflexo da sociedade da época a partir dos testemunhos que apresentam. No caso do homicídio de um cigano no ano de 1842, na vila do Cartaxo, que é contado através do testemunho do comandante da guarda de

[86] Câmara Eclesiástica de Évora, Processos Matrimoniais 1602-1911, Processo 20949; cx. 384.*Processo matrimonial de Joaquim Maria Cigano e Amélia Augusta Jordão, naturais de Santiago, Alcácer do Sal*, 1873. Disponível em: <URL: http://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/97dd047a6a0a40818729b7c67e301f36> (Consul. 17 out.2025)

segurança de Santarém, transparecem bastantes aspetos relevantes sobre a época estudada e da forma como as comunidades ciganas nesta se inseriam[87]. Trata-se do caso de José Maria, cigano, que vai à vila do Cartaxo negociar a venda de um burro que possuía. Sabe-se que é acompanhado por seus pais, referidos como "espanhóis" - mais uma vez verifica-se a distinção entre quem seria considerado português e os restantes - e por um outro cigano. É relatado que enquanto tratava do seu negócio, um Joze Costódio tentou impedir a transação, argumentando que "(…) os Ciganos de costume enganarão sempre (…)"[88]. Iniciou-se uma discussão entre ambos, que levou José Maria a atacar Costódio, desencadeando a fuga dos ciganos e a morte de José Maria.

Antes de se avançar, é relevante ter em conta as informações que esta fonte nos dá, não só pela mais-valia que apresentou para a análise, como também para demonstrar a utilidade destas fontes para uma reconstrução da história destas comunidades na época contemporânea em espaço nacional. Primeiramente, vê-se a adoção do discurso oficial e a contínua distinção dos pais espanhóis e José Maria, português, mas cigano (dado que esta fonte é de 1842, estava estabelecida novamente a Carta Constitucional de 1826). Entende-se também o ofício de José Maria, que tratava da venda de animais, no caso um burro - outro ponto significativo que se tem provado sobre as ocupações destas comunidades. Por fim, se colocarmos a hipótese de que José Costódio estaria interessado na não concretização da venda, por possivelmente constituir concorrência ao seu próprio negócio, podemos admitir o recurso a um preconceito étnico como estratégia. A forma que usa para impedir a troca é utilizando o discurso que tem vindo a ser constante do cigano como aldrabão, reforçando que o intuito de José Maria seria enganar as pessoas e beneficiar com tal engano. Percebe-se o peso que esta afirmação teve, de tal forma que levou ao descontentamento de José Maria e ao uso de violência. Com o prosseguir do testemunho do Comandante da guarda de Santarém, sabemos que os ciganos, que se tinham posto em fuga após as agressões,

---

[87] **Governo Civil de Évora.** *Informação do Governo Civil de Évora, sobre as circunstâncias do homicídio do cigano José Maria, com base no testemunho de António Alberto Soares, Capitão do Batalhão n.º 12 e Comandante da Guarda de Segurança do Distrito de Santarém* [Manuscrito].1842. – [2] f. ; 30 cm.
[88] *Idem.*

são perseguidos, relatando-se os seus movimentos e descrevendo-se o seu acampamento. Estes estariam a acampar com "mais alguns ciganos" no sítio do Salgueiral, localidade a sul da vila de Cartaxo, em Santarém, tendo saído durante a noite divididos em dois grupos com direções diferentes. É também explicado que os ciganos que seguiram para norte são presos em Muje, entre eles José Manoel, que tinha acompanhado José Maria na sua troca comercial.

O interesse desta fonte em particular, aumenta quando se cruza informação de outros processos relacionados, nomeadamente com o testemunho do criado de José Ruço, Joaquim Pedro[89]. Este testemunho conta que Joaquim Pedro acompanhava o seu amo à feira quando souberam que o cunhado deste tinha sido preso em Muje. Ambas as fontes relatam eventos ocorridos numa área geográfica próxima e na mesma cronologia, entendendo-se que o cunhado que é referido é o próprio José Manoel, mencionado na fonte anterior. Além disso, a primeira fonte também nos fala na presença de José Ruço, que foi visto passar com cavalos para sul, revelando uma certa vigilância do mesmo por parte do guarda de segurança de Santarém. Com o cruzamento destas duas fontes sabe-se que, ao descobrir que José Coelho tinha sido preso, José Ruço volta para Sul, avisando os familiares para não irem à feira pois iriam ser presos, e procurando reforços para tirar o seu cunhado da prisão. O documento diz-nos que Ruço residia na vila da Golegã, mas que era comum movimentar-se para vender a sua mercadoria (cavalgaduras) nas feiras das proximidades, sendo acompanhado pelo seu criado. Ao cruzarmos esta informação com o estudo de Adolfo Coelho percebe-se que Ruço seria um dos ciganos ricos que Coelho refere que residiria numa área que lhe permitia movimentar-se para várias feiras, mantendo um carácter seminómada, e sabendo-se terem posses económicas resultantes deste seu ofício (Coelho, 1892, p.202). Serve este exemplo para demonstrar a relevância do cruzamento de várias fontes no

[89] **Secretaria de Administração do Concelho** – *Declarações feitas por Joaquim Pedro, indicado como cigano, criado de José Maria Remo, residente na vila da Golegã, cujo criado se achava acoitado havia treze dias na Quinta do Campo, próxima a Vila Nova da Rainha, de que é rendeiro e lavrador José Váz, da vila da Golegã* [Manuscrito]. 1842. [3, 1 br.] f.; 30 cm

estudo de comunidades como as ciganas, que não deixaram um corpus documental por si produzido, mas tiveram a sua presença na história portuguesa.

Em suma, as fontes administrativas e jurídicas permitem aprofundar o conhecimento destas comunidades. Para tal, o investigador deve atentar para as pistas que estas dão e ultrapassar ideias pré-concebidas que tenha sobre as comunidades ciganas. Algo que estas fontes revelam é a complexidade e diversidade da minoria em estudo. Percebe-se que os processos matrimoniais podem ajudar a reconstruir famílias ciganas, como o caso dos de Alcácer do Sal, todos referentes a três irmãos. Coloca-se a hipótese de que, por meio da análise de estudos de caso e de projetos que não se limitem ao uso direto do termo 'cigano', seja possível identificar determinadas comunidades ciganas em Portugal. Tal abordagem permitiria uma compreensão mais aprofundada das suas formas de vida, organização interna e dinâmicas de relação com a população maioritária. Percebe-se também, pelo inventário orfanológico de José da Silva Cigano[90], a existência de relações entre famílias ciganas e pessoas com relativa importância social em determinadas regiões. O inventário orfanológico em causa revela várias dívidas herdadas pela morte de José Silva à sua mulher, entendendo-se, portanto, a probabilidade deste casal ser comerciante. Um dos indivíduos com quem teriam dividas era um capitão – Capitão Jacinto da Quinta dos Carvalhais - atentando-se que as dividas seriam normalmente com pessoas em quem se confiava que voltariam a pagar, o que revela conexões deste casal a pessoas com certa relevância social. Contrapondo por isso, a ideia dos ciganos como párias da sociedade, nómadas e vagabundos. Já com o tipo de fontes acima descritas – fontes jurídicas e testemunhos - em que indivíduos ciganos aparecem com uma certa popularidade (seja esta positiva ou negativa), e onde se relatam os movimentos dos mesmos, poder-se-ia traçar os trajetos utilizados por estes indivíduos para realizarem o seu comércio, a sua distância e duração e como seriam tratados nas vilas a que chegavam.

[90] Tribunal Judicial da Comarca de Torres Vedras, Cível 1779/1979, Processos de Inventários obrigatórios, Processo 228/1835, cx. 880, 3/50/15/3, *Inventário obrigatório por óbito de José da Silva Cigano*. 1835.

Com a análise destas fontes, conseguiu-se também perceber que os oficiais administrativos, como os governadores e administradores de concelho, tendiam a manter uma linguagem neutra ao abordar indivíduos das comunidades ciganas. No entanto, são estes que, nas suas ações, entram em maior conformidade com o que é discutido nos debates parlamentares.

O ponto principal mencionado sobre as comunidades ciganas foi o seu nomadismo, aparecendo sobretudo nos discursos que visavam o controlo da população. Este aspeto entra em conformidade com o que Mangas explica sobre a maior vigilância destas comunidades após 1822, que se realizou a partir de medidas administrativas (Mangas, 2024, p.195). A questão da vigilância não está tão presente neste trabalho devido às fontes selecionadas, mas ainda assim podemos referir dois documentos que ajudam a problematizá-la. O primeiro é uma circular de 1852, do Secretário-Geral do Governo Civil de Lisboa, a pedir informações sobre os ciganos que habitavam o concelho de Sintra, nomeadamente acerca do seu local de residência, modo de vida, geração e "tudo mais que possa contribuir para delles se fazer juízo"[91]. O segundo é uma circular enviada ao administrador do Concelho de Sintra, no ano de 1842, a questionar se tinham sido vistos quatro ciganos que tinham escapado da cadeia do Redondo de Évora, e que é acompanhada de uma tabela com a sua descrição física[92]. Também no cenário judicial esta vigilância transparece, ainda que só em um momento, refletida na figura de José Ruço, mencionado anteriormente, quando foi reconhecido pelo guarda de segurança do distrito de Santarém, que testemunha vê-lo passar para sul com mais cavalos.

---

[91]Administração do Concelho de Sintra, secção Administrativa 1812/1986, Série Correspondência Recebida 1812/1916, cx.03, doc.000242, *Circular de Pedro José de Oliveira, pelo Secretário Geral da 1ª Repartição do Governo Civil de Lisboa, ao Administrador do Concelho de Sintra, solicitando informação se no concelho existem ciganos e qual o seu modo de vida*, 1842. [Consult. 22 Mar. 2025] Dísponível em WWW: <URL: https://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=65426&detailsType=Description&ht=pt%2famsnt%2facsnt%2fa-a%2f002%2f000242 >

[92] Administração de Sintra, secção Administrativa 1812-05-15/1986-10-22, A-A, série 002, cx.08, doc. 000841, *Circular de Luís Almeida de Albuquerque, Secretário Geral da 1ª Repartição do Governo Civil de Lisboa, ao Administrador do Concelho de Sintra, enviando a relação dos ciganos que se evadiram da cadeia do Redondo*, 1852. [Consult. 22 Mar. 2025] Disponível em WWW: <URL: https://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=66177>

Por outro lado, observa-se que os funcionários judiciais, corregedores e procuradores, veem o seu discurso flutuar de acordo com os processos analisados. Não obstante, a linguagem que tende a diferenciar os indivíduos ciganos costuma ser sempre proclamada por testemunhos que contrariam a inocência dos ciganos, variando conforme as situações em causa.

2.3. O olhar do artista

Segundo Peter Burke, "as imagens, tal como os textos e os testemunhos orais, são uma forma importante de prova histórica. Registam atos de testemunhas oculares"[93], são "testemunhas mudas"[94] do pensamento da época e do encontro de culturas (Burke, 2001, p.14), tendo tido a sua importância na construção cultural das sociedades e consagrando-se sobretudo como reflexos de ver e pensar (Burke, 2001, p. 185). Burke também alerta para o valor da imagem em si, não devendo ser analisada segundo os mesmos parâmetros que se utilizam para fontes documentais. Por isso serão analisadas neste projeto, não como um complemento às fontes documentais, mas sim com o seu valor próprio.

Também o teatro neste cenário se revelou de bastante interesse sendo, como Edélcio Mostaço explica, um modo de expressão coletiva, em que a sua análise não pode ignorar a sociedade na qual ele emerge, e deve ter em atenção os discursos estéticos e ideológicos que o influenciaram (Mostaço, 2018, p.195). O teatro, tal como a arte e as imagens, debruçou-se sobre o sujeito cigano, desenvolvendo as suas representações do mesmo e por isso deve ser valorizado. Desta forma, embora não seja especialista em teatro e iconografia, não podia deixar de reconhecer o valor destas fontes para o estudo das representações. Este capítulo constitui, assim, um esforço de análise tendo em conta a importância destas fontes para a verificação de uma maior pluralidade de

[93] [Tradução própria de: "(…) images, like texts and oral testimonies, are an important form of historical evidence. They record acts of eyewitnessing"]
[94] O autor utiliza a expressão "mute witnesses"

representações sobre as comunidades ciganas e incentivando e valorizando a importância da interdisciplinaridade no estudo histórico.

Ana Gil explica como as realizações artísticas de uma Nação constituiriam parte integrante da sua identidade, sendo a arte uma manifestação individual e fruto do seu tempo e contexto histórico (Gil, 2015, p.82). Assim, no início do século XIX surge o Romantismo que, segundo Gil, veio problematizar o ser português e o lugar de Portugal no mundo, auxiliando na consolidação da noção política da Nação portuguesa, e onde o artista surgiu com uma missão cívica de educar a população (Gil, 2015, pp.135-135). Já na segunda metade do século XIX, a autora defende que se observa um afastamento face ao egocentrismo que, como Gil afirma, seria por vezes mórbido e idealizante do ultrarromantismo, surgindo uma nova perspetiva da realidade portuguesa mais crítica e alerta para a decadência nacional (Gil, 2015, p.153).

Apesar de as peças aqui analisadas – *Os Siganos na Locanda* por Teodorico Baptista[95], *O Cigano: Drama em 4 actos* de Cezar Perini[96] e o libreto *Os Ciganos: Ciganos em dois actos* da autoria de Domenico Segarelli[97] - serem criadas e realizadas na época em que o Romantismo estaria a surgir, e quando este se declara mais presente, ou seja, na primeira metade do século XIX, a figura romantizada do cigano, que aparece na bibliografia para Espanha e Inglaterra, não parece estar aqui presente. O cigano é apresentado sobretudo como nómada, pobre e impostor. A ideia de liberdade e a sexualização, sobretudo da mulher cigana, não são reiteradas no cenário teatral. Entendeu-se em alguns meios utilizar a figura do cigano para relembrar a falta de pátria.

No entanto, mesmo perante o cenário romântico do ser português e da constituição da Nação, não se faz um uso das personagens ciganas para demonstrar, de algum modo, a errância e perigo que representariam para a pátria e fraternidade portuguesa. A obra em que as comunidades ciganas são representadas de forma menos

---

[95] CRUZ, Teodorico Baptista da. **Os Siganos na locanda: Nova Farça** [Manuscrito]. Coleção de teatro de Teixeira de Aragão, 1819

[96] LUCCA, Ceza Perini de. **O Cigano Drama em 4 actos** [Libreto]. Lisboa: Typ. De Antonio Sebastião Coelho, 1842

[97] DOMENICO, Segarelli, PINTO, Francisco Norberto. **Os ciganos: baile em dois atos** [Libreto]. Lisboa: Imprensa Silviana, 1853

negativa data de 1853 e é da autoria de Domingos Segarelli, autor italiano que não parece ter estado muito tempo em Portugal, o que poderia justificar uma visão mais idealizada e romântica da figura cigana, influenciada pelo contexto europeu à sua volta. Embora a peça se inicie com um bando de ciganos a cometer um roubo, destaca-se a valorização de aspetos como a liberdade e a conexão à natureza, associadas a estas comunidades.

Um aspeto de relevância, e que se deve ter em atenção, é a linguagem que é usada pelas personagens ciganas, especialmente na peça de Cezar Perini, quando o Conde se faz passar por um cigano[98]. Misturando-se o português com o espanhol, ao colocar-se palavras espanholas no meio de frases e termos portugueses[99], procede-se a uma representação paródica da fala do cigano, marcada sobretudo pela inclusão de aspetos fonéticos e gramaticais deformados ou, então, espanhóis. Entende-se a semelhança da fala cigana com a "habla de negro" que André Belo explica, e supõe-se uma certa conformidade entre a fala cigana e a linguagem com que os ciganos portugueses comunicavam. Consegue-se perceber "uma demonstração de uma realidade estável e independente, ainda que mediada pela caricatura e pelo estereótipo" (Belo, 2016, p.154).

Além disso, a caracterização de uma pronúncia e fala ciganas, bem como o modo como se apresentariam, seria uma forma do espectador identificar as personagens ciganas de maneira imediata, refletindo as representações existentes fora do teatro, e que para ele transcendiam, e dando forma a um processo de criação e difusão de estereótipos. Tal explicaria o pouco uso da figura livre e romântica do cigano, e o foco no engano, pobreza e mobilidade – aspetos que, como foi visto anteriormente, seriam características muito presentes em fontes mais próximas do discurso popular (como nas fontes jurídicas, através dos testemunhos), divulgando-se esta imagem através da sua constante repetição em diferentes meios.

---

[98] LUCCA, Ceza Perini de. **O Cigano Drama em 4 actos** [Libreto]. Lisboa: Typ. De Antonio Sebastião Coelho, 1842

[99] "Como se vê, o rumanho não é mais do que o hispanhol influenciado pelo português e semeado de palavras particulares (…)" (Coelho, 1892, p.44).

Já a iconografia apresenta uma visão mais romântica, não abordando roubo ou engano, mas sim revelando a sexualização da mulher cigana. Tal visão é também percetível através do facto de a maior parte da iconografia analisada ser da autoria da rainha D. Maria Pia, cujo afastamento do quotidiano popular, e a inspiração retirada a partir de outros artistas europeus, poderá ter contribuído para essa representação idealizada.

D. Maria Pia teve como interesse a pintura, o desenho e a fotografia, não se limitando à reprodução de uma temática ou ambiente. As suas pinturas são um reflexo da sua vida e espaços por onde passou, e por isso deu atenção à natureza e à costa atlântica, mas também ao mundo urbano e cosmopolita. Também mostrou interesse em reproduzir obras de outros artistas famosos e em experimentar tendências da época (Vaz, 2016). Por este motivo deixou-se influenciar pelo exotismo, impulsionado pelo ambiente romantista do século XIX, centrando-se nas comunidades ciganas para tal (Vaz, 2016, p.102). D. Maria Pia pintou três quadros que representam mulheres ciganas, sendo a visualização da mulher cigana a partir dos estereótipos românticos criados, uma constante, retratando-a como um ser sexual, provocador e melancólico. Não obstante, chega também a retratar algumas características destas comunidades, como a sua ligação à música, através da pintura de uma mulher cigana sentada numa tamborete e rodeada de instrumentos musicais[100]. É neste retrato que a sexualização se torna mais evidente, com as pernas da mulher como ponto central da obra.

As mulheres ciganas foram o objeto central do exotismo de D. Maria, sendo comuns as suas representações com cabelos ondulados, selvagens e escuros; sobrancelhas carregadas; vestes coloridas de azul e/ou vermelho; e os adornos, com correntes douradas, missangas, ou flores no cabelo[101]. Nota-se um esforço em pintar uma mulher com características ciganas que fossem bem aceites pela população maioritária, criando-se figuras enigmáticas e, sobretudo, de grande beleza. O carácter

[100] PIA, Maria - **Cigana sentada junto a instrumentos musicais** [Pintura em papel]. [S.l]: 1885, [s.d]. Alt. 44,7 x Larg. 30,2.
Ver anexo 1.
[101] Ver anexo 2 e 3.

provocador e sensual que dois dos três quadros apresentam não é algo comum nos trabalhos de D. Maria, tendo aderido a estes valores que lhe seriam estranhos em prol das influências que recebia e inspirações que retirava do restante meio artístico, como João Vaz afirma: "[s]eja como for, de certa forma, a pintura não deixa de ser algo arrojada para uma rainha. Ou talvez calhe no grupo daquelas obras com que ela se diverte, troçando da sociedade" (Vaz, 2016, p.102). Também neste ponto deve-se salientar que, apesar de as descrições dos ciganos com "cor trigueira", como vimos anteriormente, as mulheres pintadas por D. Maria não se realçavam por um tom de pele distinto.

Há um evidente contraste entre as produções de D. Maria e a iconografia académica que se encontra no estudo de Adolfo Coelho, com retratos antropológicos de ciganos com quem eventualmente teve algum contacto. Nestes retratos observam-se pessoas reais, com sinais do tempo e de uma vida ao ar livre. A mulher é apresentada de lenço à cabeça e os homens de colete e blazer, com barbas longas e cabelos ondulados[102]. O nariz também ganha algum destaque, sendo geralmente comprido. A fotografia de Neuparth, presente na mesma obra, vem complementar estes retratos, apresentando uma família cigana em direção à feira com o seu burro no plano de fundo, verificando-se o que Burke afirma ser a redução destes indivíduos a espécimes e tipos (Burke, 2001, p.138). A fotografia captada centra-se na representação de indivíduos e atividades que encaixam nos parâmetros tipicamente associados a esta etnia, revelando assim o lado da união familiar e das idas à feira que a bibliografia e as fontes abordam. A família é apresentada com crianças pequenas, com os pés descalços, roupa descosida ou rota, e num caso, sem calças. As duas mulheres mais velhas – provavelmente nora e sogra - e os seus maridos, em contraste com as crianças, mostram uma certa riqueza nas suas roupas, os coletes dos homens não estão rotos, estão calçados, e os xailes e lenços das mulheres apresentam padrão e bordados[103].

[102] Ver anexo 4, 5 e 6.
[103] Ver anexo 7.

A fotografia e retratos académicos pintam um cenário das comunidades ciganas na época de estudo, mostrando uma perspetiva da realidade que é moldada pelos estereótipos existentes. Trata-se de uma ótima fonte para contrastar com as pinturas de D. Maria Pia, onde transparece o ideal cigano e é revelada uma despreocupação com a vida desta minoria, resultante do afastamento de D. Maria Pia desta realidade, consequência do seu estatuto social.

2.4. O olhar do académico

> *"As representações do senso comum (…) são logo adaptadas ao discurso literário, e depois, ao discurso científico, formando o substrato para novas imagens e atributos: ciganos representados como indivíduos anti-sociais, desonestos, ardilosos, parasitas sociais etc."*
>
> (Rezende, 2000, p.104)

Tendo visto os discursos oficiais presentes sobretudo nos debates parlamentares, tenta-se agora perceber de que modo o olhar académico reflete ou não esses mesmos discursos. A primeira referência que analisaremos é a definição de 'cigano' no dicionário de António Moraes de 1813:

> *"s.m.pl. Raça de gente vagabunda, que diz vem do Egito, e pretende conhecer de futuros pelas rayas, ou linhas da mão, deste embuste vive, e de trocas, e baldrocas, ou de dançar, e cantar: vivem em bairro juntos, tem alguns costumes particulares, e uma especie de Germania com que se entendem. Cigano: um dos carneiros de guia entre Pastores. Cigano, adj. que engana com arte, subtileza, e bons modos"*[104]

[104] SILVA, António de Morais. **Diccionário da lingua portugueza recopilado dos vocabulários impressos até agora.** V.1 [Dicionário]. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1813. p. 470 [Consult. 22 de mar. 2025] Dísponível em WWW:<URL:https://purl.pt/40299>.

Refletindo-se a vida nómada destas comunidades, mas também reforçando a ideia de comunidades com uma cultura própria, referenciando-se a música, a dança e o seu sentimento de grupo com 'costumes particulares', bem como o engano que praticam.

O termo 'ciganaria' também aparece neste dicionário, com a conotação de multidão de ciganos, embuste e trapaça de cigano. Para reforçar o aspeto do engano conectado ao modo de ser destas comunidades, temos a palavra 'ciganice', descrita como "s.f. chulo. Afago, lizonjarias, para ganhar a vontade iludindo, negociando"[105], salientando-se o ato de tratar alguém bem com um intuito secundário, de negociar ou iludir.

Segundo Teixeira (2008), a primeira edição deste dicionário remonta a 1712, tendo sido organizada pelo padre Bluteau e onde o cigano foi descrito como um herege[106]. António Moraes abandona essa ideia quando realiza a reedição do dicionário em 1813, acreditando-se que se tenha colocado de lado a representação do cigano como herege devido ao novo tratamento dado a estas comunidades, e que, apesar de criticar a religiosidade dos ciganos, entendia-os sobretudo como um grupo socialmente desclassificado. Note-se que o próprio Moraes foi condenado de heresia pela inquisição, o que pode ter influenciado essa mudança (Teixeira, 2008, p. 6).

Desta forma, António Moraes reflete as comunidades ciganas como um grupo social com características e costumes próprios. Fica subentendido o reconhecimento da particularidade cultural destas, mas também do "embuste" que apresentam como modo de sobrevivência. As suas ocupações económicas são já vistas como fruto de engano e trapaça, visando o aproveitamento dos não ciganos. Considerando que os dicionários podem ser entendidos como ferramentas de poder e de produção,

---

[105] *Idem.*

[106] Bluteau no dicionário de 1712 propaga a ideia de ciganos como hereges, baseada num mito que acusa os ciganos de não abrigarem a Sagrada Família na sua fuga do Egito e, por isso, teriam sido condenados a vaguearem pelo mundo: "Ciganos – Nome que o vulgo dá a uns homens vagabundos e embusteiros, que se fingem naturais do Egito e obrigados a peregrinar pelo mundo, sem assento nem domicílio permanente, como descendentes dos que não quiseram agasalhar o Divino Infante quando a Virgem Santíssima e S. José peregrinavam com ele pelo Egito." (Teixeira, 2008, apud Bluteau, 1712, pp.311-312)

manutenção e propagação de discursos, teriam uma grande influência na formação de identidades (Lima *et al*., 2020, p.03).

As comunidades ciganas despertaram o interesse do periódico *O Panorama*, nos finais da década de 30 e inícios da de 40, do século XIX, com cerca de três artigos dedicados às mesmas. O jornal tinha como compromisso político formar cidadãos instruídos e valorizar a consciência da identidade nacional, veiculando um discurso positivo, otimista e apaziguador[107]. Este discurso vai-se verificar, em grande medida, nos artigos referentes às comunidades ciganas.

O primeiro artigo sobre elas escrito, apesar de prometer dar a conhecer estas comunidades, debruça-se sobretudo sobre as suas origens e história, de onde vêm e porque se assentam na Europa[108]. A questão das suas origens, como temos visto, é tema de grande curiosidade, sendo também interessante ver as diferentes teses que estes académicos e curiosos vão defender. Assim, *O Panorama*, neste artigo, baseou-se na teoria de Grellman de que os ciganos teriam vindo de uma área no Indostão e por algum motivo (tendo-se sugerido a pirataria) acabam no norte do Egito. O artigo seguinte, de 1838, parece ser uma continuação deste primeiro, realizando-se uma estimativa do balanço populacional destas comunidades na Europa, mas não dando nenhum dado para Portugal, sugerindo-se que na época seria difícil a contabilização desta população. Já o terceiro texto marca uma diferença entre os ciganos "iniciais" e os ciganos atuais, que utilizam esse nome por antonomásia. Os ciganos coevos marcariam a diferença relativamente aos primeiros pela sua falta de alma e crença religiosa, pois segundo o autor "[m]uitos houve em Hespanha e Portugal, mas hoje os supomos extinctos"[109]. Os ciganos de então "não passam de contrabandistas de miúdo trato", uma afirmação impactante pela suposição de todos os que se dizem ser ciganos como sendo criminosos,

---

[107] **O PANORAMA. JORNAL LITTERARIO E INSTRUTIVO DA SOCIEDADE PROPAGADORA DOS CONHECIMENTOS UTEIS** [Em linha]. [Consult. 19 Maio 2025]. Disponível em WWW: <URL:https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Panorama.pdf>.

[108] Os Ciganos. **O Panorama** [Em linha]. 1:27 (1837) 212. [Consult. 22 Mar. 2025]. Disponível em WWW: <URL: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/1837/N27/N27_item1/P1.html>.

[109] Os ciganos do sul de França. **O Panorama** [Em linha]. V:235 (31 Out. 1841) 349. [Consult. 22 Mar. 2025] Disponível em WWW: <URL: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/OPanorama/1841/N235/N235_item1/P5.html>.

e pela extinção do que seriam os "verdadeiros" ciganos. Este último artigo é o que demonstra uma maior crítica a estas comunidades e um tom mais agressivo, algo que não se verificou nos primeiros dois textos.

Em 1878, Adolfo Coelho realiza a obra "Bibliografia critica de história e literatura V.1", na tentativa de aproximar Portugal do movimento científico europeu. Nesta, elabora uma espécie de Estado da Arte sobre os estudos das comunidades Romani na Europa, referindo a necessidade de um aprofundamento do estudo das mesmas, e a falta de representação nacional nesses estudos - o que tem a sua importância tendo em conta o estudo que mais tarde realiza.

No ano seguinte desta afirmação, Teófilo Braga escreve um artigo para *O Positivismo* onde aborda a "Origem dos Ciganos"[110]. O objeto principal desta publicação são as origens e rota dos Romani até à sua chegada à Europa. Braga defende, apesar de algumas discrepâncias, a tese de Batailard, concordando que os Romani teriam chegado ao Egito e lá se estabelecido, levantando a hipótese de que eles seriam os pastores que invadem e se apoderam do Egito durante um determinado espaço de tempo, até à sua expulsão. Após a sua expulsão, estes teriam perdido a sua coesão nacional e voltado ao nomadismo. Segundo Teófilo Braga, estas comunidades apresentam bastantes características culturais típicas ou que se assemelhariam ao Egito, como a adivinhação do futuro, a sua música e dança, e o trabalho do bronze.

O trabalho de Braga parece cair, no entanto, no racismo científico comum na época, fundamentando-se em estereótipos para a base científica do seu artigo. Nota-se a predominância de certos aspetos que se vão mostrar recorrentes, como a observação da visão destas pessoas como orientais devido à associação das características dos costumes que conhecem das mesmas, ou seja, dos estereótipos que ligavam as comunidades ciganas ao Oriente, e não por um estudo linguístico que comprovasse essas ligações.

---

[110] BRAGA, Theofilo - ORIGEM DOS CIGANOS. **O Positivismo: revista de Philosofia** [Em linha]. 01:4 (1879) 269-278. [Consult. 22 Mar. 2025]. Disponível em WWW: <URL: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=RealGabObrasRaras&pagfis=8435>.

Observa-se, além de um interesse constante pelas suas origens, uma obsessão com o seu nomadismo, sendo questionado o motivo que levou à adoção e persistência desse estilo de vida em termos históricos, mas ignorando as características contemporâneas para tal. Esta obsessão poderia justificar-se pela curiosidade, incompreensão e receio, presentes nas comunidades sedentárias, em relação ao estilo de vida nómada, algo apontado por Francisco Bethencourt como uma das razões que levaram à perseguição destas comunidades (Bethencourt, 2013, p.548).

Braga parece manter estas comunidades em mente, fazendo uso das mesmas como objeto de comparação na sua discussão sobre a monarquia, na obra "Dissolução do systema monarchico constitucional"[111]. Já abordada no capítulo anterior, importa, portanto, relembrar a utilização da figura dos ciganos como termo de comparação para aqueles que não possuem pátria. O autor mantém a sua fixação na diáspora cigana e no seu modo de vida nómada, que, como vimos com as fontes jurídico-administrativas, nem sempre se verificava, e certamente não nos moldes que Teófilo nos coloca.

Em 1890, é publicado um novo dicionário, o "Dicionário Prosódico de Portugal e Brazil", por António Carvalho e João de Deus, no qual se realiza novamente uma definição de cigano, que aparece como: "pessoa duma raça que se espalhou na Europa no século XVI; trapaceiro, burlão, velhaco"[112]. Define-se também 'ciganaria' como multidão ou trapaça de ciganos e 'ciganice' como ação de um cigano. Além disso, a palavra 'cigano' aparece também como adjetivo, ou nas descrições de 'bohémio', 'gitano', 'tango' e 'geringonça', esta última definida como "linguagem de vadios e ciganos; cousa mal feita, mal armada"[113].

Estas definições apresentam uma forte conotação negativa, com várias representações do engano que estas comunidades trazem à população. A própria

---

[111] BRAGA, Teophilo - **Dissoluçao do systema monarchico representativo** [Em linha]. Lisboa: Nova Libraria Internacional, 1881. 202 p. [Consult. 22 Mar. 2025]. Disponível em WWW: <URL: http://purl.pt/6486>.
[112] CARVALHO, António José de ; DEUS, João de - Cigano. In **Diccionario prosodico de Portugal e Brazil** [Em linha]. Porto : Lopes & Cª, 1890. [Consult. 15 Mar. 2025]. p. 193. Disponível em WWW: <URL:http://purl.pt/13932>.
[113] *Idem p.454*. Esta associação à linguagem dos ciganos como linguagem de vadios e algo mal feito, é também predominante no estudo de Adolfo Coelho, onde nos explica que calão seria a linguagem dos criminosos, ou a língua de cigano (Coelho, 1892, p.57)

descrição de "raça que se espalhou na Europa" parece conter o tom negativo de algo epidémico que afetou e continuaria a afetar a Europa. Assim, a definição de cigano mostraria o carácter de engano e burla que estas pessoas teriam. Já as palavras que aparecem como adjetivo de cigano mostram a mobilidade do cigano e revelam o carácter "vadio" do mesmo[114].

Ao contrário do dicionário de António Moraes, não há uma consideração dos costumes ou cultura destas populações, delimitando-se as mesmas à criminalidade. O tom verificado agrava-se desde o início do século, sendo as fontes académicas as que mais demarcam esta mudança de tom. Supõe-se que há uma passagem das preocupações políticas com o controlo da população e da saúde pública, que incluíam sempre a fiscalização e vigilância das comunidades ciganas como objetivo principal, para estas fontes com um carácter informativo fidedigno que o termo "académico" lhes daria.

O trabalho de Coelho também se demarca por tal, tendo sobretudo presente um tom etnocêntrico que marcou em vários momentos o seu estudo[115]. Esta visão etnocêntrica é sobretudo presente quando se fazem considerações sobre a cultura cigana. Coelho admira que as pessoas de etnia cigana não seriam de "profunda miséria intelectual" (Coelho, 1892, p.187). No entanto, também salienta que estas pessoas seriam analfabetas e a escrita e leitura seriam necessárias para a existência de uma "verdadeira cultura". O autor ignora, porém, os níveis de analfabetismo que estariam presentes na população portuguesa não cigana, sendo que, ao afirmar que a cultura destas comunidades não seria verdadeira pela falta de alfabetismo da mesma, perpetua a ideia de hierarquias culturais, fundamentada sobretudo por teorias da evolução social darwinistas que vieram reforçar a ideia da existência de ritmos diferentes no progresso humano e no acesso à civilização (Bethencourt, 2013, p.460). Ao analisar este trabalho, deve-se entender também que Coelho não entra em contacto com populações ciganas,

[114] *Idem* p.143. Notemos que, não só geringonça coloca os ciganos e os vadios no mesmo patamar, como também a definição de 'bohémio': "vadio, cigano, extravagante".
[115] A presença de um olhar etnocêntrico de Coelho sobre a minoria que estuda é também defendida por Rosa Perez, quando escreve o prefácio da obra em 1995 (Perez, 1995, p. 12).

pois os dados que utiliza são sobretudo recolhidos por Thomaz Pires no Alentejo, que a pedido do autor investigou a língua e a etnografia dos ciganos alentejanos, enviando-lhe de seguida os seus materiais[116]. Também José Leite Vasconcelos teve a oportunidade de estudar a linguagem de um grupo de ciganos que encontrou no Cadaval, procedendo de seguida, ao envio dos seus resultados para Adolfo Coelho[117]. Destes apontamentos resultou um estudo sobre as comunidades ciganas, apesar do pouco contacto direto com as mesmas, sendo que Coelho se justifica culpabilizando as próprias comunidades e o "caracter desconfiado e supersticioso d'essa gente" (Coelho, 1892, p.181).

Em suma, os ciganos são representados na obra de Coelho como um povo próprio, muito parecido aos gitanos, e da família dos, segundo o autor, tsiganos (Coelho, 1892, p.309). Estes, em Portugal, não são conhecidos pela sua veia musical e artística (Coelho, 1892, p. 196), sendo que o maior retrato feito dos mesmos é da criminalidade que incitam (Coelho, 1892, p. 205). Eles são católicos, mas não se deve confiar na sua fé, sendo impiedosos e usando a fé das outras pessoas a seu favor (Coelho, 1892, p.211). Na ótica de Coelho, os ciganos teriam nascido para serem ladrões, pedintes e um incómodo à população não cigana.

A análise de estudos antropológicos do século XIX é complexa, sendo complicado perceber o que seria fruto de um método académico ou de perceções resultantes do mito e do "conhecimento geral" transferido para o texto. Dimitri Rezende explica a existência de uma "(con)fusão" entre o discurso erudito, isto é, académico e científico, com o saber e prática populares, que caracteriza como o discurso mitológico, nas representações da imagem dos ciganos. Tal levou à consolidação de perceções e estereótipos desta minoria, surgindo como uma justificação científica para os preconceitos desenvolvidos num processo histórico pelo senso comum geral (Rezende, 2006, pp. 692- 703). Segundo o autor, "[e]sses ciganólogos, ao fundirem o conhecimento

[116] "(…) A. Thomaz Pires, que a pedido meu investigou a lingua e a ethnographia dos ciganos do Alemtejo, já directamente, já com o auxilio de amigos seus alemtejanos." (Coelho, 1891, p.1)

[117] "(…) José Leite de Vasconcello», teve occasião de estudar a lingua de um grupo do ciganos que encontrou no Cadaval (Extremadura), naquelle mesmo anno, e enviou-me o resul- tado d'esse estudo." (Coelho, 1892, p.2)

comum ao científico, deram a justificativa necessária aos governantes e às pessoas em geral para que pusessem em prática, sem conflitos éticos ou morais, suas políticas racistas e seus comportamentos discriminatórios em relação aos ciganos" (Rezende, 2000, p. 103).

Ao se observar as distintas fontes de carácter informativo e académico, pela sua exposição cronológica, percebe-se um agravar do tom e representações que revolvem em torno da minoria cigana. Tal pode relacionar-se com o igual agravar e preocupação do controlo populacional ao longo do século XIX, que é observado a partir dos debates parlamentares, nos quais as comunidades ciganas apareceriam como um desafio. Percebe-se, portanto, e como mencionado anteriormente, a inexistência de um discurso auto fundado, sem a consideração de ideias ou discursos anteriores (Lima *et al*., 2020, p.5). Assim, pode-se levantar a hipótese de que o agravamento presente nestas representações seria resultado da transferência do discurso oficial e popular[118], que pretendia o controlo desta minoria que via como "vagabunda", para os trabalhos científicos e académicos.

Rezende explica a influência que o discurso mitológico[119] teve no discurso académico e este, consequentemente, no discurso oficial, servindo de justificativa para a aplicação de medidas rigorosas e preconceituosas. No entanto, o que se observa na nossa investigação é a influência do discurso mitológico e oficial no discurso erudito. As várias representações negativas no cenário popular, e o acompanhamento destas por medidas e preconceitos oficiais, levaram ao culminar de um discurso erudito que confundia o método com o senso comum. Isto, por sua vez, e funcionando como um círculo vicioso, alimentaria e justificaria os debates oficiais. Utilizou-se a autoridade da "ciência" para justificar moralmente políticas racistas e preconceituosas já existentes, e validar futuras ações dessa natureza.

[118] Muitas queixas abordadas nos debates parlamentares resultam, segundo os deputados, da exposição dos problemas das populações locais.
[119] Expressão utilizada por Dimitri para definir o conhecimento popular.

Um exemplo da transferência do discurso mitológico para o discurso científico é o trabalho de Adolfo Coelho de 1881, "Curso de litteratura nacional para uso dos lyceus centraes", onde o autor aborda algumas palavras que se teriam desenvolvido a partir da língua dos ciganos para o português. O autor sugere que certas palavras do português, como "beber" e "andar", teriam origem na língua dos ciganos, no entanto, são termos de origem latina bem documentada. A escolha dessas palavras por Coelho revela uma apropriação de traços linguísticos atribuídos a esta minoria, evidenciando uma transferência do imaginário coletivo, ou seja, do discurso mitológico, sobre os ciganos para o campo do saber científico, isto é, discurso erudito[120].

Assim, observa-se uma evolução negativa nas representações sobre as comunidades ciganas realizadas em finais do século XIX, sobretudo em trabalhos académicos, mas também refletidas em fontes judiciais. Tal pode-se justificar tendo em conta o maior controlo da população e a implementação do racismo científico a partir de 1840-1850, que levou a uma viragem mais agressiva na teoria das "raças"[121], resultante das descobertas de Darwin, e como forma de justificar divisões hierárquicas das diferentes culturas (Bethencourt, 2013, p. 460). Bem como, a utilização deste discurso hierárquico para justificar ideologias de poder nacionalistas que estariam a surgir, e que utilizavam os preconceitos para definir os indivíduos pertencentes à Nação e os seus inimigos. No caso, a figura do cigano começa a ser utilizada para aumentar a superioridade cultural portuguesa e distinguir o "outro" do português. Desta forma, apesar de Bethencourt levantar a hipótese de que o único racismo que não teria sido motivado por projetos políticos seria o racismo dirigido às comunidades ciganas, justificando-o pelo facto de a perseguição a estas comunidades ter sido uma resposta ao receio da população sedentária face a outros modos de vida (Bethencourt, 2013, p. 548), esta dissertação demostra uma ligação entre a criação do Estado-Nação e a manutenção do racismo sobre estas comunidades. Assim, o racismo dirigido às

[120] "Da linguagem dos ciganos da peninsul passaram para o portuguez popular alguns termos Taes são: piella > pijar beber / pirar> pirelar andar." (Coelho, 1881, p.118). O andar porque refletiria o nomadismo destas comunidades, e o beber que se poderia ligar à disrupção da população a que estas comunidades são acusadas.

[121] Terminologia que o autor Bethencourt utiliza.

comunidades ciganas poderia não ter tido o seu início com projetos políticos, mas foi por estes exacerbado, essencialmente no século XIX, quando o nomadismo e seminomadismo passam a representar uma ameaça ao nacionalismo e ao Estado-Nação consolidado.

3. A literacia digital da população maioritária como via para a inclusão das comunidades ciganas

3.1. O pensamento histórico e a literacia digital

Segundo Aidan McGarry, para as comunidades Roma, as várias representações da sua identidade de grupo são significativas, devido à falta de representação efetiva que a sua voz apresenta na vida pública europeia (McGarry, 2014, p.757). Por este motivo, as representações realizadas e perpetuadas sobre estas (e outras) comunidades minoritárias tiveram e continuam a ter grandes impactos. Como pôde ser entendido nos capítulos anteriores, e concordando com o que McGarry afirma, as representações destas comunidades como um problema vêm da história, tornando-se num artefacto histórico. São estas que justificaram, no decorrer da história, as perseguições, escravatura, assimilação e genocídio de comunidades minoritárias, no caso, comunidades Romani (McGarry, 2014, p.760). Atualmente, estas representações justificam discursos de ódio por parte de grupos extremistas e certos partidos políticos, em que os ciganos são representados como a razão dos problemas nacionais, mantendo-se presente o "scapegoatism"[122] destas comunidades, que é já observado, de forma primitiva, no século XIX. Como McGarry afirma, "as representações negativas dos ciganos são mais do que um artefacto histórico, permanecendo muito reais hoje em dia" (MacGarry, 2014, p.760)[123]. Isto permitiu que a população maioritária mantenha ideias sobre as comunidades Romani e os seus comportamentos, sem as conhecer explicitamente. Nestas imagens, a sua veracidade e correspondência com a realidade não importam, o que é relevante é a associação das representações às comunidades que dizem representar, e a aceitação e presença das mesmas no discurso público (McGarry, 2014, p.761). Desta forma, o desconhecimento das comunidades minoritárias, disfarçado de conhecimento devido aos estereótipos populares, originou

[122] Processo já abordado nos capítulos anteriores, que consistiu na utilização das comunidades ciganas como bode expiatório aos problemas nacionais. O autor Ian Hancock utiliza o termo "scapegoatism" (Hancock, 2007, p.62).

[123] [Tradução própria de: "The negative representations of Roma are more than a historical artefact, remaining very real today"]

uma falta de reconhecimento social e práticas e discursos de discriminação que dificultam os processos de aproximação entre estas comunidades e a população maioritária.

Tendo isto em mente, os resultados do inquérito realizado pela European Union Agency for Fundamental Rights (FRA), em 2021, apresentam ainda mais relevância[124]. Segundo este, Portugal é um dos países da Europa onde mais discriminação se verifica face aos povos Roma no seu território. Neste inquérito, que contou com a participação de dez países europeus, mais de metade das pessoas ciganas entrevistadas em Portugal (cerca de 62%) disseram sofrer, ou já ter sofrido, de discriminação em áreas fundamentais da sua vida. Desta forma, Portugal é o país, entre os 10 analisados, que apresentou uma maior percentagem de discriminação contra pessoas ciganas pela sua etnia. Complementando esta informação, deve-se realçar que a etnia cigana foi declarada como em situação de precariedade, sendo enquadrada em 2008 no segundo eixo do PNAI - Programa da Inclusão Social, procedendo-se a um longo caminho para a sua integração em Portugal e desenvolvendo-se planos e programas destinados diretamente à etnia cigana (Mendes *et al.*, 2014, p.39).

Estas questões da inclusão e representatividade das comunidades Roma ganham importância quando se pensa na era digital que se vive atualmente, e no seu papel para a propagação de discursos preconceituosos e de informação falaciosa e discriminatória. Como Sam Wineburg explicita, a internet veio retirar a autoridade necessária para a realização de publicações, não sendo necessário a verificação da informação que está a ser exposta e tratada como verdade:

> *O que outrora recaía sobre os ombros dos editores, dos bibliotecários e dos especialistas na matéria, recai agora sobre os ombros de cada*

[124] European Union Agency for Fundamental Rights - **ROMA IN 10 EUROPEAN COUNTRIES - MAIN RESULTS** [Em linha]. Vienna : Publications office of the European Union, 2022. 77 p. [Consult. 9 Maio 2024]. Disponível em WWW: <URL: https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2022-roma-survey-2021-main-results2_en.pdf >. ISBN N 978-92-9489-125-9.

um de nós. O grande problema desta nova realidade é que os mal informados têm tanto poder nas assembleias de voto como os bem informados.[125]

(Wineburg, 2018 p.159)

Desta forma, torna-se importante saber como avaliar a informação recolhida *online*, tendo em conta que os problemas específicos do conteúdo digital se podem tornar um grande desafio.

Nos estudos feitos por Wineburg e a sua equipa, concluiu-se que a capacidade do aluno do ensino básico e secundário raciocinar sobre a informação recolhida online é fraca (Wineburg, 2018, p.3). Wineburg atenta também para o facto de este problema não se verificar somente nos adolescentes, mas também existir entre a população adulta e até nos académicos (Wineburg, 2018, p.145). Também um trabalho realizado pela Universidade Particular de Loja, no Equador, constatou que a capacidade de os alunos adolescentes discernirem a informação online a que têm acesso é baixa (Rodriguez-Hidalgo *et al*., 2023, p.2). Esta informação é complementada para o caso espanhol, em que Rosa García-Ruiz *et al*. afirma que o nível de competência mediática dos adolescentes espanhóis carece de otimização (García-Ruiz *et al.,* 2014, p.21).

A falta de literacia digital é um problema na formação de adultos com pensamento crítico e informado, já que há o risco de se tornarem nos principais propagadores de discursos discriminatórios e falaciosos. A carência de literacia digital leva a uma maior probabilidade de se cair no que atualmente é conhecido por *Fake News*, ou seja, mentiras criadas com o objetivo de promover certas correntes de pensamento e de influenciar atitudes (García-Ruiz *et al.,* 2014, p.1). No entanto, não é só a criação e propagação de *Fake News* que se revelam um problema e que devem ser

[125] [Tradução própria de: "What once fell on the shoulders of editors, publishers, librarians, and subjetc matter experts show falls on the shoulders of each and every one of us. The big problem with this new reality is that the ill-informed hold just as much power at the polling station as the well-informed."]

identificadas, existindo também uma grande importância no detetar a manipulação de discursos[126].

Um conjunto de ferramentas capaz de auxiliar neste exercício de fuga da manipulação e falsificação da verdade nos meios mediáticos e digitais, além do conhecimento sobre estas minorias, é o pensamento histórico. Este é capaz de dotar os seus utilizadores de competências úteis para o entendimento do passado e, consequentemente, do presente. Mais elaboradamente, e seguindo o que Wineburg explica, o pensamento histórico consiste na capacidade de se perceber as subtilezas e complexidades da história e das relações sociais, dotando os seus possuidores da habilidade de discernir motivações humanas, meias-verdades, falsidades e, sobretudo, ter o entendimento de que "a certeza, pelo menos na compreensão do mundo social, continua a ser elusiva e fora do nosso alcance" (Wineburg, 2018, p.83)[127]. Assim sendo, o pensamento histórico permite, não só um maior desenvolvimento da literacia digital, auxiliando este processo, como também a aplicação do questionamento e da contextualização de tudo o que rodeia o cenário em que os alunos se inserem.

Entende-se que a literacia digital, em conjunto com o pensamento histórico, permite a criação de cidadãos capazes de tomar decisões informadas, questionando as fontes de informação, os seus produtores e objetivos, conseguindo avaliar a sua credibilidade e tendências. A literacia digital possibilita assim, uma menor vulnerabilidade a discursos falaciosos, de ódio e discriminatórios, sendo fornecidas as ferramentas necessárias para não se cair em populismos e extremismos (Lehnes *et al*., 2018, p.16).

Desta forma, considera-se o desconhecimento como o principal fator que origina o preconceito e a discriminação. Esse fenómeno resulta da presença constante de representações negativas sobre a minoria cigana ao longo da história. Reconhece-se,

[126] Esta manipulação de discurso, que pode ser encontrada em artigos online para jornais, segundo Silvia Gomes, visa criar o pânico moral e perpetuar estereótipos conectados a grupos minoritários (Gomes, 2013)

[127] [Tradução própria de: "(…) certainty, at least in understanding the social world, remains elusive and beyond our grasp."]

por isso, a importância da história enquanto fonte de conhecimento e como base para compreender a inserção destas comunidades na sociedade portuguesa. Acresce ainda a valorização da literacia digital no mundo contemporâneo, bem como o papel da mediação e da educação patrimonial. Estes elementos são fundamentais para favorecer a abertura da sociedade maioritária às comunidades ciganas e para promover relações e aprendizagens mútuas.

O projeto aqui proposto assenta nestes princípios e consiste num plano destinado a reforçar o pensamento histórico dos alunos do ensino secundário. Para tal, utiliza como exemplo prático o caso das comunidades ciganas, explorando a sua aplicação no meio digital através do desenvolvimento da literacia digital.

3.1.1. Metas e objetivos

De forma sumária, os principais objetivos deste projeto são:

- Sensibilizar os estudantes para as problemáticas relacionadas com as minorias, fomentando a maior compreensão das suas realidades;
- Despertar curiosidade para o conhecimento da história que não está presente nos planos curriculares;
- Capacitar os estudantes com ferramentas para refletir sobre problemas atuais e discernir factos de opiniões;
- Provocar uma reflexão crítica por parte dos estudantes sobre questões mais profundas, como crenças, estereótipos e ideologias;
- Fomentar o interesse e curiosidade dos estudantes em procurar e cruzar informação em diversas plataformas;
- Habilitar os estudantes para o reconhecimento de *Fake news*, manipulações de discurso e discursos de ódio;
- Formular hipóteses, sustentadas em evidências, face a um acontecimento ou processo histórico;

- Dotar os estudantes de capacidade para problematizar a interpretação de eventos ou processos históricos;
- Mobilizar o discurso argumentativo de forma sistemática e autónoma;
- Promover a multi-perspetiva em História.

A partir de uma introdução aos métodos do pensamento histórico e à literacia digital, pretende-se desenvolver a compreensão dos estudantes sobre a complexidade da história e da sua importância para o melhor entendimento de problemas e acontecimentos atuais. Visa-se também criar e conceptualizar vínculos entre os alunos e comunidades minoritárias, através da perceção das consequências que as representações destas podem ter, suscitando um maior ceticismo quando na leitura de notícias, *posts*, ou outro tipo de declarações sobre elas. Aspira-se, portanto, a incentivar o crescimento pessoal dos alunos, como indivíduos integrantes de uma sociedade coesa, com opinião política, compreensão do mundo e de si, a partir do fomento do seu pensamento crítico. Tenciona-se ainda contribuir para a diminuição da vulnerabilidade dos estudantes a discursos de propaganda política e incentivar a autoanálise dos comportamentos individuais, levando ao reconhecimento e à desconstrução de posturas preconceituosas e intolerantes, baseadas em estereótipos presentes e incutidos na nossa sociedade.

Há o entendimento de que estes objetivos se podem revelar ambiciosos para uma só intervenção com os alunos do secundário. Por isso, este projeto pretende servir como uma introdução à aplicabilidade de métodos de ensino que visem o pensamento histórico a longo termo em sala de aula, de maneira a possibilitar a sua aplicação a outras matérias da vida destes alunos.

Entre os vários desafios, podemos encontrar, além da indisponibilidade dos professores para o enquadramento do projeto na sua planificação, a existência de alunos com crenças e posturas preconceituosas, realizadas a partir da desinformação e que devem ser desconstruídas. Deve-se também ter atenção em respeitar o espaço e a voz de alunos de etnia cigana, ou outra minoria que se reveja nos discursos de ódio e falaciosos tendencialmente propagados online.

3.2. Relevância do projeto

Este projeto torna-se relevante sobretudo devido à existência de uma alta taxa de preconceito face às comunidades ciganas em Portugal, que o projeto pretende ajudar a combater através do conhecimento, eliminando ideias fundamentadas em estereótipos e discursos populistas. Desta forma, este programa é importante por incentivar o desenvolvimento de posturas políticas e sociais conscientizadas, permitindo aos estudantes desenvolver uma opinião cívica baseada em factos e não opiniões, e ajudando a discernir os dois, gerando ainda competências críticas em matéria de meios de comunicação digital.

Atualmente este projeto apresenta bastante interesse ao observarmos a ascensão da extrema-direita na Europa e, com ela, a propagação de discursos propagandísticos que divulgam a desinformação e incitam o preconceito. Esta proposta também se encontra de acordo com as metas do Obcig- Observatório das Comunidades Ciganas, que centra toda a sua atenção no estudo e na integração das comunidades ciganas pelo próprio governo. A criação deste observatório demonstra uma preocupação de cima para baixo, centrada nas problemáticas atuais da etnia cigana e adotando uma vertente mais prática do que teórica, tendo em vista a avaliação de políticas públicas referentes às comunidades ciganas. Este foi criado para combater a escassez de estudos e informação relativa a estas comunidades, para o qual o projeto aqui visado também contribui, ao permitir a propagação de um maior conhecimento sobre estas. Por este motivo, este projeto enquadra-se no plano de ação do Obcig e também do Alto Comissariado para as Migrações (ACM), incluindo-se ainda nos parâmetros do Plano Nacional de Combate ao Racismo e Discriminação 2021-2025, mais propriamente, na alínea 2.2) "Disponibilizar recursos pedagógicos que promovam uma educação para a igualdade e a não discriminação, incluindo o relato de factos históricos e seus impactos no racismo na contemporaneidade" e também na alínea 10.5) "Promover a literacia mediática e o desenvolvimento de mecanismos acessíveis de administração, registo e de denúncia de situações de discriminação e discurso de

incitamento à violência e ao ódio online (com base em práticas internacionais, e.g. Espanha)"[128].

O projeto também se insere nos valores da União Europeia de respeito pela dignidade humana, liberdade, democracia e igualdade, e também pelo respeito dos Direitos Humanos. Visa combater o "antigyspsism"[129], uma forma prevalente de racismo que tem as suas origens e se alimenta e comom a sociedade convencional observa as pessoas de etnia cigana num processo de *historical othering*, que se constrói e fundamenta em estereótipos e atitudes negativas, muitas vezes inconscientes. Desta forma, o projeto, visando as diretrizes da União Europeia no que diz respeito a estas minorias, que ultimamente têm sido foco de maior preocupação, como podemos perceber pelo inquérito realizado em 2021, tenta criar uma consciencialização entre os estudantes sobre o impacto das representações realizadas pela população maioritária, acerca de grupos minoritários, nomeadamente as comunidades ciganas. Em suma, o objetivo central consiste em fazer com que os estudantes reflitam sobre as posturas da sociedade convencional e sobre o seu alinhamento (muitas vezes inconsciente) às mesmas, dotando-os de ferramentas de interpretação de discursos.

3.3. Etapas, produtos e tarefas

Este projeto consiste no trabalho articulado com professores do secundário e num workshop sobre literacia digital, tendo como público-alvo alunos do 10º e 12º anos. Este projeto foi desenvolvido através das diretrizes facultadas pelo HIMIS[130], dos

---

[128] SECRETARIA DE ESTADO PARA CIDADANIA E IGUALDADE - **PLANO NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO E À DISCRIMINAÇÃO 2021-2025** [Em linha]. Lisboa : [s.n.]. 78 p. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2021). [Consult. 25 Jun. 2025]. Disponível em WWW: <URL:https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=plano-nacional-de-combate-ao-racismo-e-a-discriminacao-2021-2025-portugalcontraoracismo>.

[129] European Union Agency for Fundamenta Rights - **ROMA IN 10 EUROPEAN COUNTRIES - MAIN RESULTS** [Em linha]. Vienna : Publications office of the European Union, 2022. 77 p. [Consult. 9 Maio 2024]. Disponível em WWW: <URL:https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2022-roma-survey-2021-main-results2_en.pdf>. ISBN N 978-92-9489-125-9.

[130] LEHNES, Patrick ; SECCOMBE, Peter, ed. lit. - **How to use Heritage Interpretation to foster inclusiveness in schools- The HIMIS Guidelines for teachers**. [S.l.] : Creative Commons, 2018. 44 p.

conhecimentos de Sam Wineburg (2018) explícitos nos seus estudos de caso e do material disponível na plataforma *Digital Inquiry Group*[131], desenvolvida por Sam Wineburg e outros investigadores da Universidade de Stanford após a criação do Stanford History Education Group.

- 1ª etapa: trabalhar o pensamento histórico;
- 2ª etapa: workshop sobre literacia digital;
- 3ª etapa: trabalho prático e apresentação.

1ª etapa: trabalhar o pensamento histórico

O cenário ideal para esta etapa é ter havido já um trabalho do professor de História com os alunos que promova o uso do pensamento histórico. No entanto, entendendo-se as dificuldades na prática de um ensino histórico que realce o uso do pensamento histórico, utilizarei esta etapa também como um guia introdutório sobre como ensinar história através do engajamento de um pensamento histórico. Espera-se, assim, captar a curiosidade de professores de História neste método e a sua futura aplicabilidade em sala de aula.

Como visto anteriormente, o pensamento histórico não é algo que se possa ensinar em algumas aulas, mas sim o resultado de um processo de questionamento histórico regular em sala de aula, que quando entendido e tornado hábito tem a capacidade de transparecer para outras áreas da vida social e intelectual dos estudantes. Assim, o objetivo é engajar os estudantes no questionamento de textos históricos com várias perspetivas. Para esta etapa utilizou-se, sobretudo, os métodos usados no projeto PATH (Promoting Argumentation Through History and Science), de Sam Wineburg (2018, p.105).

Desta forma, a base para o desenvolvimento de pensamento histórico em sala de aula é apresentar aos alunos várias perspetivas de um mesmo acontecimento,

[131]**Digital Inquiry Group** [Em linha]. [Consult. 25 Jun. 2025]. Disponível em WWW: <URL:https://inquirygroup.org/>.

fazendo-os questionar os textos e as fontes que leem. Pode-se sumariar o processo em quatro pontos:

1. Leitura do texto sobre o acontecimento (como o texto apresentado no manual);
2. Complementação da informação dada no texto inicial pelo docente, através de factos extra que possam não ter sido abordados;
3. Leitura de fontes primárias que retratam diferentes perspetivas;
4. Questionar o texto e as fontes, contextualizando-os.

A boa execução do ponto quatro é o que possibilitará a compreensão do acontecimento estudado e desenvolverá o maior espírito crítico dos estudantes. Desta forma, o professor deve guiar os seus alunos a fazerem perguntas às fontes, de maneira a serem capazes de identificar a posição do autor relativamente ao que está a ser estudado, bem como a sua intenção na escrita do documento. O questionamento das fontes possibilitará ao aluno compreender como o contexto histórico influencia o conteúdo dos documentos analisados e evitar anacronismos. Depois da fase inicial de contextualização da fonte e do autor, deve-se levar os estudantes a corroborarem e a lerem atentamente as mesmas, permitindo realizar comparações entre as várias fontes apresentadas, bem como avaliar as afirmações e escolha de palavras do autor. Para facilitar a orientação do professor neste processo, o *Digital Inquiry Group* desenvolveu uma tabela (Tab.2) com os passos iniciais no questionamento das fontes, baseada nos estudos que este grupo da Universidade de Stanford foi desenvolvendo ao longo dos anos[132].

[132]**Historical Thinking Chart | Digital Inquiry Group** [Em linha]. [Consult. 25 Jun. 2025]. Disponível em WWW:<URL:https://inquirygroup.org/history-lessons/historical-thinkingchart?_ga=2.105985987.159509980.1750602030-209604012.1748345209>.

Historical Reading Skills	Questions	Students should be able to . . .	Prompts
Sourcing	• Who wrote this? • What is the author's perspective? • When was it written? • Where was it written? • Why was it written? • Is it reliable? Why? Why not?	• Identify the author's position on the historical event • Identify and evaluate the author's purpose in producing the document • Hypothesize what the author will say before reading the document • Evaluate the source's trustworthiness by considering genre, audience, and purpose	• The author probably believes . . . • I think the audience is . . . • Based on the source information, I think the author might . . . • I do/don't trust this document because . . .
Contextualization	• When and where was the document created? • What was different then? What was the same? • How might the circumstances in which the document was created affect its content?	• Understand how context/ background information influences the content of the document • Recognize that documents are products of particular points in time	• Based on the background information, I understand this document differently because . . . • The author might have been influenced by _____ (historical context) . . . • This document might not give me the whole picture because . . .
Corroboration	• What do other documents say? • Do the documents agree? If not, why? • What are other possible documents? • What documents are most reliable?	• Establish what is probable by comparing documents to each other • Recognize disparities between accounts	• The author agrees/disagrees with . . . • These documents all agree/ disagree about . . . • Another document to consider might be . . .
Close Reading	• What claims does the author make? • What evidence does the author use? • What language (words, phrases, images, symbols) does the author use to persuade the document's audience? • How does the document's language indicate the author's perspective?	• Identify the author's claims about an event • Evaluate the evidence and reasoning the author uses to support claims • Evaluate author's word choice; understand that language is used deliberately	• I think the author chose these words in order to . . . • The author is trying to convince me . . . • The author claims . . . • The evidence used to support the author's claims is . . .

TAB.2 ESQUEMA DA APLICAÇÃO DO PENSAMENTO HISTÓRICO NA ANÁLISE DE FONTES DE INFORMAÇÃO.

…

Para a aplicabilidade deste método em sala de aula no contexto deste projeto, os documentos selecionados foram os seguintes:

No caso de **turmas de 10º ano**, o projeto será enquadrado no tema da Reforma e Contra-Reforma Católica, mais propriamente na abordagem à história da Inquisição, incluindo-se no ponto das aprendizagens essenciais: "A renovação espiritual e religiosa", e possibilitando uma maior compreensão do impacto da reforma católica na sociedade portuguesa. Neste momento, o professor deve incentivar os seus alunos a pensarem historicamente, auxiliando-os na compreensão e discussão dos documentos.

1. Leitura do texto do manual que aborda a história da Inquisição.
2. Complementação da informação: o professor deve explicar como os indivíduos ciganos se inseriram no cenário inquisitorial, acrescentando o desinteresse da inquisição face aos ciganos em comparação com os

cristãos-novos, e aproveitando para abordar um pouco do passado de perseguição a estas comunidades desde o séc. XV em Portugal.

3. Leitura de excertos de um texto da autoria de Francisco Mangas (Doc. 1 e Doc. 2)[133] e de três fontes primárias: um estudo académico do séc. XIX sobre os ciganos (Doc.3), um estudo académico do séc. XIX sobre os costumes do oculto (Doc. 4) e um artigo de jornal sobre ciganos húngaros (Doc.5).
4. Questionar o texto e as fontes, contextualizando-os e interpretando-os.

Documentos a ser usados:

Doc. 1 -

"Marginalizados, pobres, sem dissensões conhecidas face à Ortodoxia da Igreja, esta minoria não parece ter sido alvo das preocupações dos Inquisidores. Dado que não surpreende tendo em conta o que foi já escrito para a Inquisição Espanhola, onde o cenário se repete. Leblon, por exemplo, nota o número escasso de casos e a benevolência das condenações: a «feitiçaria» cigana não é considerada de forma séria pelos Inquisidores, que a veem apenas como um pequeno delito que visa ludibriar o outro e não uma questão de heresia ou de pacto demoníaco." (Mangas, 2024, p.110)

Doc. 2

"Fracassados os primeiros intentos de impedir a entrada no território destes homens e mulheres, então ainda «egiptanos», como se depreende das já citadas decisões de 1526 e 1536, as opções do poder central oscilaram, de facto, entre a expulsão e uma permanência apenas tolerada mediante a absorção pela restante população. No que toca a esta última vertente, pensa-se nas proibições ao uso de determinadas «roupas», à prática de certos «jogos» e, sobretudo (porque marca étnica mais vincada), nas interdições ao uso da sua língua (que o legislador português chama de «geringonça»)

[133] Como a informação dos manuais escolares tende a ignorar ou diminuir as comunidades ciganas, achou-se necessário prover os estudantes com textos mais completos sobre o assunto.

Essa tentativa de eliminação de um grupo étnico ou de supressão das suas marcas identitárias, com similitudes óbvias com os exemplos de outras minorias étnico-religiosas, assume no caso dos ciganos uma dimensão alargada no tempo, associada a uma resistência que faz com que alguns desses elementos que se tentaram apagar persistam até à contemporaneidade. Como explicam Domínguez Ortiz e Vincent, se os cristãos-novos «trataram de passar despercebidos» e de se fundir com «a massa maioritária», outros grupos étnicos reagem de forma mais pública a essa tentativa de absorção. Os autores centram-se na questão dos mouriscos dos séculos XVI e XVII, mas são notórias as semelhanças com a minoria alvo deste estudo. Na verdade, chamou-se já de «crime de ser cigano» às medidas que prendem e violentam estas populações, apenas devido «às formas de expressão da cultura e tradições ciganas». Não obstante as especificidades de contextos geográficos, políticos e sociais diferentes, pontos em comum encontram-se entre as decisões das autoridades portuguesas e as de outros pontos da Europa. Na Inglaterra da Época Moderna, por exemplo, os textos normativos, como em Portugal, procuram vergar práticas associadas ao nomadismo e forçam uma assimilação em direção às sociedade e cultura «sedentárias e dominantes».” (Mangas, 2024, p.157)

Doc. 3

“Dos factos referidos parece concluir-se que os ciganos não são absolutamente irreligiosos, mas que nelles o sentimento e o conceito religioso se reduzem a muito pouco. São supersticiosos, como se indica abaixo; mas a superstição é distincta da religião. Crer, por exemplo, que duas pessoas que lavam as mãos na mesma agua terão rixa nesse dia nâo se liga a nenhum conceito religioso, mas resulta do mechanismo psychologico, que aproxima as duas representações de mãos que agitam a agua e mãos que se agitam em lucta umas contra as outras, e "admitte sem reflexão um nexo causal entre os dois casos” ” (Coelho, 1892, pp. 190-191).

Doc. 4

“Ainda ha quem consulte a buenadicha, lida ordinariamente pelas ladinas ciganas, que vagueiam andrajosas nas feiras e mercados, cavalgando bestas lazarentas e estropiadas,

e bivacando junto aos povoados. É uma raça de párias com typo caracteristico e repelente á civilização, e teem como industria tosquiarem burros, negociarem cavalgaduras aleijadas e enfermas, sempre sem escrupulo e com má fé, rapinando o que podem" (Aragão, 1894, p.174).

Doc. 5

"Trabalham em cobre e estanho; usando processos primitivos, cimplicissimos, obtem resultados relativamente perfeitos; não remendam pregando, serzem e caldeiam. A mesma barra de ferro serve de safra, de segurar a espia da tenda, de prender os cavallos.

A forja é uma pequena cova, dentro da barraca, os foles são dois troncos perfurados cada um com uma pelle de cabra que a mulher agita alternadamente produzindo corrente constante.

(…) Vendo uma hacha metallica prehistórica disseram logo que era de cobre, ensaiando-a com sal amoníaco e metendo-a no lume, declararam que era cobre fino e quasi puto. Conheceram logo as pedras de raio ou centelhas (armas e utensílios de pedra), chamando-lhes *séjáda*s; partilham a superstição vulgar de que taes pedras são produzidas pelo raio. E de que o possuídor está livre do fogo do céu"[134].

Guia para o professor

Antes de se analisar o guião, é importante realçar que o trabalho do professor é levar os estudantes a tirarem as suas conclusões. Sendo assim, todos os pontos a destacar selecionados para os documentos não devem ser expostos pelo docente, devendo ser o resultado de uma análise que partiu dos estudantes e foi orientada pelo professor[135].

[134] Os húngaros ou zingaros caldeireiros. **O Manuelinho d'Évora**. III:125 (12 Jun. 1883) 2-3.
[135] Para uma melhor preparação da aula, recomenda-se a leitura completa do capítulo 3 de "A Outra Minoria: Uma história dos Ciganos portugueses durante a Época Moderna" da autoria de Francisco Mangas (2024).

Doc.1 – Excerto da autoria de Francisco Mangas, no âmbito da sua tese de doutoramento onde trabalha as comunidades ciganas no Portugal da Época Moderna. O excerto apresentado faz parte do capítulo 3.3 "Ciganos perante o Santo Ofício: em busca dos quotidianos possíveis".

Neste documento, o professor deve guiar os alunos a cruzarem o conhecimento obtido através da contextualização que o docente realiza anteriormente à leitura, capacitando os alunos a destacarem o aspeto que levou a Inquisição a não demonstrar muito interesse pelas comunidades ciganas.

Doc. 2 – Excerto também da autoria de Francisco Mangas no âmbito da sua tese de doutoramento, incluído no capítulo 4.1 "«Estes hereges nos querem aqui acabar»: as normas anticiganas".

A partir do excerto, é importante demarcar a resistência das comunidades ciganas e as suas consequências para a atualidade, bem como a visão do estilo de vida nómada como uma ameaça à população local, e por isso, uma razão para o seu controlo.

Doc. 3 – Excerto de Adolfo Coelho, no âmbito do seu estudo sobre a língua cigana e as suas comunidades em Portugal. Adolfo Coelho foi um académico do século XIX, destacado pelo seu trabalho como historiador e antropólogo. Fez parte da geração de 70, marcada pelo entendimento da decadência intelectual de Portugal. Na obra aqui utilizada, Coelho propôs-se a estudar a língua dos ciganos em Portugal, a gíria portuguesa e a sua relação com a língua destas comunidades, fazendo também um esboço etnográfico dos ciganos em Portugal e no Brasil. A elaboração desta análise baseou-se sobretudo nos dados que Thomaz Pires, colega de Adolfo Coelho, lhe enviava dos contactos que tinha com comunidades ciganas do Alentejo.

Os alunos devem questionar qual a posição tomada por Adolfo Coelho, sendo de extrema relevância o docente fornecer aos estudantes a contextualização da realização da obra e do seu autor.

Doc. 4 – Excerto presente no trabalho de Teixeira de Aragão sobre o culto do oculto e as tradições. Teixeira de Aragão foi, segundo Pimenta-Silva, um historiador que se destacou pelo estudo da numismática portuguesa, influenciado pela perspetiva histórica nacional de Alexandre Herculano. Para o autor, a história revelava o passado de várias realidades[136]. No trabalho que aqui é abordado, o autor pretendia esboçar os costumes, crenças e visões do espírito português.

O professor deve impulsionar os alunos a pesquisarem os significados dos adjetivos utilizados por Teixeira de Aragão para se referir a pessoas ciganas. É também necessário comparar as posições de Aragão e de Coelho, ambos académicos do mesmo tempo.

Doc. 5 – Excerto de um artigo de O Manuelinho d'Evora sobre um acampamento de ciganos húngaros no Alentejo intitulado "Os húngaros ou zingaros caldeireiros". O autor do artigo deixa claro que estes indivíduos não se relacionam com os ciganos portugueses, explicando haver uma clara diferença.

Os alunos devem associar a superstição abordada no documento 3 à superstição sobre as centelhas dos ciganos húngaros. Devem também perceber o tom com que estes ciganos são abordados e notar a curiosidade e valorização do seu trabalho com o cobre. Além disso, o professor deve ser capaz de explicar a separação dos ciganos húngaros – zingaros – dos ciganos portugueses, e orientar para um diferente tratamento dos mesmos, em comparação com o tratamento dos ciganos portugueses nos restantes documentos analisados.

[136] PIMENTA-SILVA, Miguel - **Dicionário de Historiadores Portugueses - Aragão, Augusto Carlos Teixeira** [Em linha]. [Consult. 25 Jun. 2025]. Disponível em WWW: <URL:https://dichp.bnportugal.gov.pt/historiadores/historiadores_aragao.htm>.

Documento	Pontos a assinalar[137]	Orientação do professor
Doc. 1	- Ciganos com pouca riqueza e estatuto social = desvalorização pela inquisição	- Porque é que o autor afirma haver uma pouca preocupação da inquisição com os ciganos? - Que características são atribuídas aos ciganos? Que consequências tiveram?
Doc. 2	- Apesar do pouco interesse da inquisição, o poder central revela bastante interesse nestas comunidades; - A resistência das suas características étnicas levou à sua persistência atualmente.	- Qual foi o interesse do poder central? Porquê?
Doc. 3	- Os ciganos são supersticiosos, mas não hereges.	- Em que momento Coelho e Mangas concordam?
Doc. 4	- Tom preconceituoso que se diferencia do tom mais discreto de Coelho; O autor confirma uma visão que observa o cigano como uma ameaça, justificando ações do poder central.	- Ambos os documentos (3 e 4), sendo produtos académicos do séc. XIX, apresentam os mesmos moldes? - Mangas explica uma obsessão do poder central com os ciganos, consegue-se perceber o porquê a partir destes documentos?

Doc. 5	- Há uma valorização do seu trabalho que se diferencia do que é apresentado nos doc. 3 e 4; - Ter presente o carácter da superstição; - Os ciganos foram entrevistados pelo escritor do artigo, algo que não se tende a verificar noutras circunstâncias; - Conectar a valorização do cigano "estrangeiro" com a crítica do cigano português.	- Como é que autor expõem as suas ideias? - Que pontos de conexão se podem fazer com os documentos lidos anteriormente? - Verifica-se uma diferença de tratamento? Se sim, que hipóteses apresentas que justifiquem estas diferenças?

TAB.3 – SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES QUE SE ESPERA SEREM TIRADAS PELOS ALUNOS DO 10º ANO.

…

No caso de **turmas de 12º ano** o projeto terá início no ponto do programa curricular "Crises, embates ideológicos e mutações culturais na primeira metade do século XX", em que se aborda os regimes totalitários e o Holocausto, contribuindo para uma maior compreensão da perseguição aos ciganos. Tal como no caso do 10º ano, este momento é reservado ao professor para guiar os seus alunos a pensarem historicamente, auxiliando-os na compreensão e discussão dos documentos selecionados.

1. Leitura do capítulo do manual sobre o Totalitarismo;

[137] Os pontos a assinalar aqui apresentados são as conclusões que devem advir da análise e questionamento dos documentos, garantindo a sua contextualização para a melhor interpretação. Ou seja, é o passo a realizar após o questionário que inicialmente deve ser realizado, e que foi exposto anteriormente.

2. Complementação da informação: neste caso, o professor deve realçar a tendência dos discursos totalitários em utilizar as minorias como culpadas pelos males do Estado, realçando o uso das comunidades ciganas como bodes expiatórios, e o genocídio das mesmas durante o Holocausto - Baro Porrajmos (como ficou conhecido entre as comunidades Romani). Deve também aludir para o passado de perseguição legislativa destas comunidades em Portugal, desde o séc. XV.
3. Leitura de excertos de um texto da autoria de Ian Hancock (Doc. 6) e excertos da autoria de Dimitri Rezende (Doc. 7), bem como duas fontes primárias: definição de cigano presente num dicionário do séc. XIX (Doc. 8) e excerto de um texto literário do séc. XIX (Doc. 9).
4. Questionar o texto e as fontes, contextualizando-os e interpretando-os.

Doc. 6

"A maior tragédia que se abateu sobre a população romani europeia foi a tentativa de a erradicar como parte do plano nazi para uma Europa "livre de ciganos". Embora não tenha sido o primeiro plano governamental para exterminar os romani (…), foi de longe o mais devastador, destruindo, no final, mais de metade da população romani na Europa ocupada pelos nazis (…). Em romani, o Holocausto é referido como o Baro Porrajmos, ou "grande devoração" da vida humana. (…)

Quando os nazis chegaram ao poder em 1933, já vigoravam na Alemanha leis contra os romani há centenas de anos. A perseguição ao povo romani começou quase assim que chegaram à Alemanha (…).

No século XIX, estudiosos na Alemanha e noutras partes da Europa já escreviam sobre os romani e os judeus como sendo seres inferiores e "o excremento da humanidade"; (…).

Durante a década de 1920, a opressão legal contra os romani na Alemanha intensificou-se, apesar dos estatutos oficiais da República de Weimar, que afirmavam que todos os seus cidadãos eram iguais. (…) A partir de 1927, todos — até as crianças romani — eram

obrigados a portar cartões de identificação com impressões digitais. Em 1929, também com fotografias. O Gabinete Central para o Combate aos Ciganos foi estabelecido em Munique, e em 1933, apenas dez dias antes dos nazis chegarem ao poder, as autoridades do Burgenland, na Áustria, apelaram à retirada de todos os direitos civis do povo romani.

(…) Entre 13 e 18 de junho de 1938, teve lugar por toda a Alemanha a "Semana da Limpeza Cigana" (…), que, tal como a Noite de Cristal para o povo judeu nesse mesmo ano, marcou o início do fim." (Hancock, 2007, p.40)

Doc. 7

"(…) Sob a pretensa objetividade científica, os mais absurdos e preconceituosos relatos e histórias populares foram confirmados e legitimados. Esses ciganólogos, ao fundirem o conhecimento comum ao científico, deram a justificativa necessária aos governantes e às pessoas em geral para que pusessem em prática, sem conflitos éticos ou morais, suas políticas racistas e seus comportamentos discriminatórios em relação aos ciganos.

Frequentemente subestimamos a importância dessas representações para a construção da identidade etnicizada dos ciganos. Podemos ver como, ao longo dos séculos posteriores à chegada dos primeiros ciganos à Europa ocidental, as representações vão se definindo cada vez mais negativamente.

As representações do senso comum – o cigano como indivíduo amoral, infiel, violento e exótico – são logo adaptadas ao discurso literário, e depois ao discurso científico, formando o substrato para novas imagens e atributos: ciganos representados como indivíduos anti-sociais, desonestos, ardilosos e parasitas sociais. A essas representações se fundem, em um dado momento do século XVI, as representações elaboradas pelas autoridades públicas e pelos governantes em geral, que, sob o argumento de "protegerem a ordem e saúde pública", implementam as primeiras políticas persecutórias em relação aos ciganos – eles serão perseguidos simplesmente por serem ciganos. Considerados, inicialmente, vagabundos, avessos ao trabalho, exploradores da boa-fé e ladrões violentos e perigosos com suas bruxarias, e, posteriormente, indivíduos racialmente impuros e degenerados, tornou-se possível a plena justificação das

perseguições e expulsões, a assimilação ou o extermínio desses indivíduos indesejáveis pelas autoridades públicas." (Rezende p. 708)

Doc. 8

"Cigano: pessoa duma raça que se espalhou na Europa no século XVI; trapaceiro, burlão, velhaco"[138].

Doc. 9

"Pertencia [Severa] a essa raça de peregrinomaniacos- os ciganos cuja filiação histórica é um enigma indecifrável, raça em que as mulheres, morenas como bronzes florentinos (…) têm certamente a cambrure provocadora, a esbelteza picante como colorau espanhol (…) raça sonhadora, independente, desidiosa, amando o colorido com a alegria cândida de selvagens, raça finalmente que, na frase de Paulo St. Victor, quando desaparecer, o mundo perderá, não uma virtude, mas uma poesia" (Carvalho,1991, p.30)

Guia para os professores

Tal como para o 10º ano, é importante realçar que o trabalho do docente é levar os estudantes a tirarem as suas conclusões, evitando-se a exposição dos pontos a analisar no documento, mas orientando os alunos para os mesmos.

Doc. 6 – Excerto de Ian Hancock, autor de etnia cigana, num trabalho realizado com a intenção de dar a conhecer a história das comunidades Romani, de forma a lhes dar uma voz e espaço público. O excerto presente inclui-se no capítulo 4 "O Baro Poarrajamos – The Holocaust", onde nos explica a história do Holocausto na perspetiva cigana. O intuito do autor é explicar como as perseguições e exclusão constante dos Romani na história europeia geraram comportamentos que agora definem estas comunidades.

[138] CARVALHO, António José de ; DEUS, João de - Cigano. In **Diccionario prosodico de Portugal e Brazil** [Em linha]. Porto : Lopes & Cª, 1890. [Consult. 15 Mar. 2025]. p. 193. Disponível em WWW: <URL: http://purl.pt/13932>.

Os alunos devem ser capazes de entender como a perseguição e violência para com os ciganos não se realizou somente durante o nazismo, cruzando com a informação recebida através da contextualização do professor sobre a presença destas comunidades em Portugal desde o séc. XV.

Doc. 7 – Excerto de Dimitri Rezende no seu trabalho sobre o discurso e nomeação das comunidades ciganas. Este autor desenvolve o tópico da representação destas comunidades pela população não cigana, e as consequências que as mesmas apresentam. O objetivo do autor é mostrar como o discurso erudito (o saber científico e académico) foi influenciado pelo discurso popular e mitológico, afirmando que as representações vigentes sobre estas comunidades são uma confusão entre o discurso erudito e o discurso mitológico.

Os alunos deverão perceber como o discurso científico, tendo sido baseado em estereótipos e preceitos discriminatórios, validou medidas a serem tomadas pelos poderes políticos – como as medidas tomadas logo no século XV face à sua chegada a Portugal. É também benéfica a contextualização do que era o Estado Polícia, e como os ciganos se revelaram um entrave ao mesmo – é difícil controlar pessoas que não se fixam num local.

Doc. 8 – Excerto presente no Dicionário Prosódico de Portugal e Brazil, dos autores António José de Carvalho e João de Deus de 1890 (terceira edição).

Deve-se impulsionar os alunos a procurarem o significado para os adjetivos de cigano.

Doc. 9 – Excerto de Lisboa D'Outros Tempos, por Pinto de Carvalho. Esta obra pretende retratar o cenário de Lisboa e as suas figuras típicas do século XIX, no tom romântico da época.

Com o auxílio do docente, os alunos devem ser capazes de contextualizar a obra e o autor, inserindo-o no âmbito do Romantismo literário e comparando-o com a produção académica. Deve-se abordar o caso da sexualização da mulher cigana, conseguindo-se, a partir da análise deste documento e do documento 8, observar e delinear o processo que Dimitri Rezende explica. Além disso, é também vantajoso

comparar os adjetivos que Rezende explica serem utilizados para definir as comunidades ciganas, com os utilizados nas fontes primárias.

Documento	Pontos a assinalar[139]	Orientação do professor
Doc. 5	- A violência e perseguição às comunidades ciganas não foram uma novidade do nazismo.	- Há uma continuidade ou rutura no tratamento das comunidades ciganas com os regimes totalitários? Como podemos justificar esta resposta?
Doc. 6	- Discurso científico valida as decisões do governo na tomada de medidas preconceituosas.	- Qual o problema da mistura do conhecimento popular com o erudito? - Contextualizar o Estado Polícia, como aumentou o controlo e vigilância das comunidades ciganas por serem vistas como uma ameaça ao mesmo.
Doc. 7	- Perceber a persistência de uma visão do cigano conectado ao roubo e ao engano.	- Que adjetivos são usados?
Doc. 8	- Entender a existência de uma multiplicidade de visões que dizem respeito a estas comunidades, mas que não foram por elas criadas.	- Obra literária que romantiza a cidade de Lisboa e os seus habitantes; - Como é que as visões apresentadas nas fontes se aproximam das afirmações de Dimitri Rezende?

[139] Os pontos a assinalar aqui apresentados são as conclusões que devem advir da análise e questionamento dos documentos, garantindo a sua contextualização para a melhor interpretação. Ou

TAB.4 – SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES QUE SE ESPERA SEREM TIRADAS PELOS ALUNOS DO 12º ANO.

2ª etapa: workshop sobre literacia digital

O workshop deve ser realizado numa sala de computadores, permitindo aos alunos acompanharem os passos que serão projetados e realizar a sua própria pesquisa. Este será orientado pelo mediador responsável pelo projeto, onde se testará a passagem das bases do pensamento histórico obtidas em sala de aula, para a análise dos meios digitais. Assim, o workshop será pautado por dois momentos: a recapitulação do que foi visto em aula e a análise de informação que está disponível online.

No primeiro momento, o mediador é responsável pela criação e difusão de um debate onde os alunos mostrarão o que aprenderam em sala de aula. Os pontos principais que o mediador deve fazer os alunos abordar são: a história de perseguições dos ciganos em Portugal desde a sua chegada ao reino; o estatuto social dos ciganos e como eram vistos e representados pela população maioritária; os principais pontos de destaque sobre estas comunidades que os autores das fontes primárias repetem ou ilustram; e, por fim, explicar de que forma os autores fundamentavam os discursos que apresentavam (este último tópico está mais direcionado para os alunos do 12º ano, que leram Dimitri Rezende).

Durante o fomento do debate e da participação dos alunos, é importante o mediador continuar a questionar os estudantes até que algum estudante levante a questão das representações atuais destas comunidades. Caso não se consiga que os estudantes cheguem a esse ponto de forma autónoma, é importante o mediador guiar o debate para a atualidade. Será nesse momento que se dará início à segunda parte do workshop, onde os alunos serão confrontados com informação online sobre esta minoria e como lidar com a mesma.

seja, é o passo a realizar após o questionário que inicialmente deve ser realizado, e que foi exposto anteriormente.

Desta forma, iniciar-se-á este exercício com a análise de uma afirmação dada por André Ventura na sua primeira entrevista à CNN após as eleições legislativas de 2025[140]. Nesta entrevista de cerca de quarenta minutos, o deputado debruça-se sobre vários temas. Entre os seus comentários afirma: "Não quero tirar direitos a ninguém. Quero é que todos cumpram os mesmos deveres que têm de ser cumpridos em Portugal. Não quero que ninguém tenha privilégios por ser cigano: (…) não tem de ter um regime especial na justiça e poder casar com 13 anos por ser cigano".

A análise desta declaração será feita em conjunto com os estudantes. É importante questionar os alunos sobre o que ouviram: se foi a primeira vez que tiveram contacto com esta informação; se têm costume de acompanhar a CNN, ou entrevistas a políticos; perguntar o que conhecem do deputado, que tipo de discursos costumam associar ao mesmo… É de extrema relevância para o processo deixar claro que os estudantes precisam de procurar saber quem está por trás da informação: que fontes são usadas e de onde parte a informação? Neste caso, os alunos devem chegar à conclusão de que quem está por trás da informação é o próprio deputado, que não cita nenhum inquérito ou lei em que se baseie para chegar à conclusão de que as comunidades ciganas gozariam de um privilégio na justiça e casariam os seus filhos mais cedo.

Por último deve-se perguntar se os alunos saberiam como explorar a veracidade desta notícia e guiá-los para os primeiros passos: o que é que outras plataformas dizem sobre o assunto? Sendo a partir desta pergunta que se explicará o que é a leitura lateral e qual a sua utilidade na análise da informação recolhida online. Ora, nos estudos de Sam Wineburg e da sua equipa percebe-se que as noções de inteligência que se tem atualmente não se aplicam à navegação online (2018, p.149). Wineburg coloca historiadores e *fact checkers* a analisar sites de organizações contraditórias: os historiadores limitaram-se a uma análise do conteúdo e aparência dos sites, já os *fact checkers* leram pontos específicos destes sites e iniciaram pesquisas laterais sobre as

[140] **A primeira entrevista a André Ventura após as eleições (na íntegra)** [Registo vídeo]. CNN, 2025. Min. 30. [Consult. 04 ago. 2025]. Disponível em WWW: <URL https://cnnportugal.iol.pt/video/a-primeira-entrevista-a-andre-ventura-apos-as-eleicoes-na-integra/682e49960cf28cf88768061e >

organizações e o que estas afirmam, obtendo melhores resultados do que os historiadores. Através deste exercício perceberam que a leitura lateral é uma melhor estratégia para avaliar a informação online, dando-lhes a contextualização necessária para tal e, por isso, deve ser explicada e treinada com os alunos para que a possam aplicar no seu dia-a-dia.

Neste momento o mediador deve iniciar uma pesquisa usando o navegador Google em tempo real e projetando para os alunos acompanharem. A pesquisa deve ser realizada com base nas sugestões dos alunos, avaliando-se os resultados em conjunto. O mediador deve, no entanto, guiar os alunos para que pesquisem frases como "André Ventura e casamento cigano". Os resultados destas pesquisas mostrarão outras matérias de diferentes jornais, como o Polígrafo e a SIC Notícias, onde se constata outras informações acerca do que o deputado afirmou, que garantem a falsidade do seu discurso[141].

- Procurando-se na barra de pesquisa "André Ventura sobre casamento cigano", o primeiro resultado é uma matéria do domínio do jornal Polígrafo[142] – um jornal que deve ser dado aos estudantes como confiável para a verificação de factos, com selos de verificação da International Fact-Checking Network (IFCN) e European Fact-Cheking Standards Network. Nesta matéria é explicado como a lei até 1 de abril de 2025 colocava como idade mínima para contrair matrimónio os 16 anos, tendo sido mudado na Lei n.º 39/2025, de 1 de abril, para os 18 anos. Acrescenta também que a lei é transversal às comunidades ciganas, citando o art. 13º da Constituição portuguesa sobre o princípio da

[141] Estes resultados foram apresentados no dia 02 de julho de 2025.
[142] LEAL, Salomé - André Ventura diz que "os ciganos têm regime especial na justiça" e que "podem casar com 13 anos". É verdade? **Polígrafo** [Em linha]. (21 Maio 2025). [Consult. 4 Ag. 2025]. Disponível em WWW:<URL:https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/andre-ventura-diz-que-os-ciganos-tem-regime-especial-na-justica-e-que-podem-casar-com-13-anos-e-verdade/>.

igualdade, que declara que “Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei”[143].

- Ao continuar a pesquisa, o segundo resultado aponta para uma matéria em vídeo da SIC Notícias intitulada de: “Ciganos têm "regime especial na justiça" e podem casar com 13 anos?”[144]. Nesta explica-se o mesmo que no artigo do Polígrafo, acrescentando-se ainda os partidos que votaram a favor, contra e a abstenção face à renovação da lei de 1 de abril.

Com estes resultados o mediador deve fazer as mesmas perguntas aos estudantes, concluindo-se as afirmações iniciais como falsas e desenvolvendo opiniões críticas sobre o uso do discurso sensacionalista apresentado por André Ventura na CNN para a distorção da realidade, e formação de julgamentos de valor em que as comunidades ciganas são observadas como o vilão. É também bastante importante fazer uma pesquisa com os alunos sobre as leis abordadas e o artigo 13 da Constituição, fazendo-os perceber que é possível rapidamente verificar as fontes usadas na divulgação de informação. Deve-se ainda realçar a importância do papel de jornais portugueses na distorção e desinformação ao reproduzir discursos falsos e narrações dramáticas que visam o entretenimento das pessoas e não a informação. Como Silvia Gomes afirma, este tipo de enfatizações desenvolve sentimentos de insegurança coletivos e promove a formação de estereótipos associados a determinadas minorias sociais (Gomes, 2013, pp.200-212).

Resumidamente, o mediador deve:

1. Analisar a notícia em conjunto com os estudantes;
2. Demonstrar a importância de quem está por detrás da informação para a compreensão do que se está a analisar;

---

[143] Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10 [Consult. 4 Ag. 2025]. Disponível em WWW: <URL: https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775-50453575 >

[144] **Ciganos têm "regime especial na justiça" e podem casar com 13 anos?** [Registo vídeo]. SIC Notícias. 2025 (01.40 min). [Consult. 4 Ag. 2025]. Disponível em WWW: <URL: https://sicnoticias.pt/programas/poligrafo/2025-05-26-video-ciganos-tem-regime-especial-na-justica-e-podem-casar-com-13-anos--c7dc0122 >

3. Questionar sobre as provas que a matéria apresente;
4. Iniciar a leitura lateral a partir da questão: o que é que outras plataformas afirmam?

Por fim, como último exercício deste workshop, o mediador trabalhará a capacidade de discernir a veracidade de sites e organizações ao utilizar a Wikipédia como uma ferramenta da leitura lateral. Apesar do ceticismo existente em relação à Wikipédia, esta pode-se tornar num recurso bastante útil na prática da leitura lateral, caso o seu uso seja feito de forma consciente, ou seja, verificando a informação presente na Wikipédia através das referências linkadas no final da página, que podem ser usadas para a verificação da informação consultada[145].

Assim sendo, os alunos irão procurar em conjunto informação sobre a organização *Letras Nómadas - Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas*. Antes de se iniciar a tarefa o mediador deve explicar a utilidade do uso da Wikipédia como forma de *fact checking* através da verificação das referências e alertar para a necessidade de procurar informação sobre o que se está a ler, tendo em conta o exercício anterior. No início da tarefa o mediador terá projetado a página principal do site oficial da organização e pedirá aos alunos para verificarem a sua legitimidade, bem como ilustrarem as suas atividades com dois ou mais exemplos. É importante que o mediador circule pelos estudantes auxiliando no processo. A tarefa terá um limite de quinze minutos, sendo suficiente para os estudantes testarem este método. No final, os alunos terão de descrever o seu processo e os resultados que obtiveram, sendo o papel do mediador corrigir ou validar os passos tomados pelos estudantes, e projetar a forma ideal para a realização deste exercício.

O que se espera que os estudantes sejam capazes de fazer é: encontrar a página oficial da organização e a sua página na Wikipédia; comparar a informação presente nestes dois domínios; verificar as ligações e referências feitas na Wikipédia, percebendo

[145] **Lateral Reading Resources & Practice | Civic Online Reasoning** [Em linha]. [Consult. 25 Jun. 2025]. Disponível em WWW: <URL:https://cor.inquirygroup.org/curriculum/lessons/lateral-reading-resources-practice?cuid=teaching-lateral-reading>.

se são confiáveis e se estão em concordância com o que é afirmado; encontrar duas atividades que tenham sido desenvolvidas pela organização, ou em que a organização tenha participado, idealmente corroborando-as com notícias que não estejam presentes no site da organização.

O mediador nesta tarefa deve:

1. Explicar como proceder a um uso seguro da Wikipédia para a leitura lateral e o *fact checking*;
2. Auxiliar os alunos durante a sua pesquisa;
3. Questionar os resultados dos alunos e como foram obtidos;
4. Demonstrar o processo correto para a realização desta tarefa, de maneira que grupos de alunos que não tenham sido bem-sucedidos percebam onde erraram.

3ª etapa: trabalho prático e apresentação

Esta etapa será uma forma de avaliar o sucesso deste projeto, tendo em conta a avaliação da aprendizagem dos alunos. Assim sendo, os alunos ficarão responsáveis de, no seu tempo livre, se organizarem em grupos de três e selecionarem uma notícia, site ou informação recolhida online - é importante deixar claro que podem utilizar o formato de informação que prefiram desde que esteja online – e aplicarem os conhecimentos ensinados tanto em aula como no workshop. Neste momento os alunos devem ser capazes de aplicar os métodos aprendidos anteriormente e descrever os seus passos e resultados minuciosamente, desde as suas questões, às respostas obtidas e ao número de resultados obtidos. Os alunos, por fim, devem organizar estes processos numa apresentação de sete minutos e apresentá-la em sala de aula.

3.3.1. Métodos

Um ponto muito importante na realização deste projeto é o trabalho de mediação que acontecerá durante o workshop com os estudantes. A interação entre o

mediador e os estudantes é de extrema importância, possibilitando a promoção da criação de significados e valores entre o que é exposto e o público.

A avaliação do projeto será realizada através dos resultados das apresentações finais dos estudantes, de forma a perceber o que os alunos conseguiram aplicar do que aprenderam durante este processo. Este exercício consistiria numa apresentação em sala de aula sobre uma notícia, site ou declaração previamente analisada, em que os alunos deveriam avaliar se a informação apresentada é correta, incompleta ou enganosa.

3.3.2. Equipa de projeto

Para a realização deste projeto é necessário um mediador sociocultural com conhecimentos na história das comunidades ciganas e familiarizado com os processos de pensamento histórico e literacia digital. Para a otimização do sucesso do projeto é também valorizada a colaboração entre o mediador e os professores das turmas que irão participar, havendo comunicação sobre os diferentes processos que estes projetos implicam e a concordância em como os abordar.

3.3.3. Centro/ foco do projeto e interfaces

Este projeto é um reflexo da dissertação de mestrado realizada, onde se percebeu a importância que as representações de minorias pela população maioritária têm no seu quotidiano. Pretende-se assim, trazer este problema para as dinâmicas da atualidade e enfrentá-lo com conhecimento histórico e fundamentado. Para tal, e visando sobretudo o público-alvo deste projeto, foi necessário interagir com áreas que não se limitaram à mediação patrimonial, tendo interfaces com trabalhos nos domínios da educação e do ensino da história, como o projeto realizado pelo *Digital Inquiry Group*.

3.3.4. Escala de tempo global estimada

O tempo de realização do projeto está estimado para uma aula de 90min, onde o professor introduz o tema dependendo do ano em questão, e onde é desenvolvida a leitura e questionamento dos documentos selecionados. A isto acrescenta o tempo reservado para o workshop, que corresponderia igualmente a um bloco de aulas de 90min, mais 1h reservada para a última etapa que consistiria nas apresentações. Esta última pode variar conforme o número de estudantes que a turma tenha, tendo sido o tempo calculado para uma turma de 20 alunos divididos em 7 grupos de 3 e com uma apresentação de 7 minutos. Nesta hora está também incluído tempo para a introdução à aula e alguns atrasos que possam ocorrer, resultando num total de 4h de atividade.

3.3.5. Propriedade

Para este projeto serão somente necessárias fotocópias dos documentos a ser usados para trabalhar em aula – cada aluno deve ter a sua fotocópia onde poderá fazer os apontamentos que entender. Será também necessária uma sala com computadores que os alunos possam utilizar para acompanhar o workshop, e um projetor.

Considerações Finais

Ao longo deste trabalho procurou-se entender de que forma as comunidades ciganas foram representadas, pela população maioritária, no século XIX. Para este projeto, foram definidos como objetivos principais percecionar a existência, ou não, de um discurso romantizado ou punitivo/culpabilizador acerca dos indivíduos de etnia cigana; identificar eventuais disparidades na forma como a figura feminina foi representada, em comparação com a figura masculina; e perceber a evolução das representações ao longo do século XIX, tendo em conta o cenário político vigente e a tipologia das fontes analisadas. Para o melhor entendimento destas características, visou-se também uma análise do entendimento do discurso oficial, vindo de um espaço de poder político, em comparação com um discurso menos controlado, presente nos meios académicos e artísticos.

Partindo da análise de diversas tipologias documentais, desde debates parlamentares, documentos judiciais e administrativos, e trabalhos académicos e artísticos, foi possível perceber a persistência de um discurso negativo acerca das comunidades ciganas. Verificou-se também, ainda que em pequena escala, um olhar romântico sobre estes indivíduos, sobretudo presente em fontes artísticas e literárias, como é o caso das obras de Pinto de Carvalho e D. Maria Pia, resultado de um fascínio e incompreensão em relação a estas comunidades. Romantizou-se, sobretudo, assuntos relacionados com o mistério dos indivíduos ciganos, consequência de um entendimento da sua cultura como primitiva e subdesenvolvida, que ainda recordaria os segredos da humanidade. Este entendimento permitiu, consequentemente, que houvesse uma certa autoridade dos ciganos na prática da adivinhação do futuro e leitura da palma da mão, algo que nos finais do século XIX era criticado e visto como uma burla.

No entanto, pôde-se perceber também que o que se verifica no cenário nacional não se assemelhou ao que é relatado pela bibliografia para outros países, sobretudo o caso inglês. Os exemplos de romantização da figura cigana são escassos no Portugal do século XIX, o que pode ser fruto de uma maior aproximação entre as comunidades ciganas e a população maioritária, que se suportaria em ajudas mútuas através da

prestação de serviços, e que por isso colmatava muitos dos mistérios que regiam as representações. Isto não significaria uma verdadeira integração, mas sim uma segregação menos marcada do que a observada nos contextos abordados pela bibliografia internacional. Ainda assim, nos discursos romantizados que foram possíveis identificar, verificou-se uma tendência para a visão primitiva e infantil das comunidades, assim como a sexualização da mulher cigana e brutalização do sexo masculino. Observou-se como Severa é descrita, sendo assemelhada a colorau espanhol, em comparação á simplicidade com que os homens ciganos são caracterizados por Adolfo Coelho. As mulheres ciganas foram frequentemente apresentadas como responsáveis pela sustentação do lar, enquanto eram percecionadas como mulheres sensuais e misteriosas. Já o homem, foi comumente representado como um ser bruto e egoísta, devido à sua ambição em ser livre. A escassez destes exemplos pode, no entanto, ser justificada por poucas fontes literárias e artísticas selecionadas para este projeto. Em comparação com uma grande presença de fontes etnográficas e judiciais, fazendo com que estes resultados apareçam escassos em relação aos restantes.

Assim sendo, a presença de uma visão negativa e pessimista desenvolveu-se sobretudo a partir da propagação da ideia de que estas comunidades estavam sempre ligadas ao engano. O aspeto do roubo também é abordado nas fontes documentais, sendo muitas vezes, os ciganos, associados a 'salteadores' durante os debates parlamentares, reforçando-se uma ideia de indivíduos perigosos. O suposto talento dos ciganos para a arte do engano foi, sem dúvida, a representação mais frequente. Este engano manifestar-se-ia sobretudo na sua arte de negociar, conseguindo iludir os seus compradores com mercadoria que não seria tão valiosa, e também na leitura da *buenadicha* e adivinhação do futuro. Como observado, intelectuais da época, reconhecidos socialmente como figuras de autoridade sobre assuntos antropológicos, descreviam o cigano como intrinsecamente enganador, algo que seria justificado pela sua cultura. Assim, as representações sobre as comunidades ciganas basearam-se na desconfiança sobre esta minoria, o que pode ser entendido sobretudo como um reflexo do receio com que a população maioritária (sedentária) observava outros modos de vida, como a vida nómada. Desta forma, o nomadismo também se verificou ser um

assunto muito tratado, essencialmente pelo olhar oficial, que se preocupava com as consequências que uma população nómada teria no controlo da população e, sobretudo, na segurança pública do reino. Esta preocupação contrastava com o olhar do artista que romantizava a ideia de liberdade destes indivíduos como uma espécie de aspiração ideal.

Acompanhado das representações do engano, aparece também o assunto do nomadismo destas comunidades, havendo uma obsessão com o assunto das suas origens. Entende-se, no cenário intelectual do século XIX, com o surgimento dos nacionalismos e a associação da fraternidade para com a pátria a um Estado-Nação, que indivíduos com um modo de vida nómada ou seminómada se apresentassem como uma antítese às ideias de uma Nação restrita pela sua cultura, história e fronteiras. Este assunto, no entanto, ganhava mais seriedade quando se pensava nas comunidades ciganas como comunidades sem pátria, devido à falta da ideia de um lugar específico de onde estas tenham vindo. São vários os autores que se debruçam sobre a questão das suas origens, tentando descortinar o que seria visto como um dos vários mistérios que estas comunidades carregavam. A visão destas refletiu-se, portanto, sobretudo num tom de incompreensão e preocupação, quase como se de uma anomalia se tratasse no meio dos discursos nacionais que começavam a surgir. Por isso, vai-se estabelecendo um discurso em que estas comunidades eram observadas como o "outro", distinguindo-se o português não cigano do português cigano. Constroem-se formas de diferenciar a população cigana, referindo-se o seu suposto nomadismo, pobreza e sujidade, como forma de discriminação face ao português não cigano e incentivando-se a não pertença dos ciganos à pátria portuguesa, que se estava a tentar definir etnicamente. Este processo pareceu dar-se como uma resposta à aquisição da cidadania portuguesa pelos ciganos que nasciam em território nacional a partir de 1822.

Por conseguinte, as comunidades ciganas, que não teriam uma identidade devido à sua falta de poder público para a definir face à população maioritária, viram-na ser moldada externamente. Formou-se, assim, uma imagem dos ciganos baseada essencialmente na pobreza, engano, roubo e 'vadiagem'. O cigano sem identidade passava a ser o ladrão e vagabundo, ganhando uma nova identificação, que se opunha

à pátria e servindo de bode expiatório para os seus males justificar. O cigano é sempre visto como o 'outro', manipulando-se esta imagem conforme as representações que se iam multiplicando e repetindo. A ideia do cigano como burlão e ladrão estava já presente nas peças de Gil Vicente do século XVI, não seria uma imagem inventada no século XIX, mas constantemente repetida até ser aceite como real. Deste modo, vai-se observar a uma repetição destes discursos em trabalhos académicos, que consequentemente, e consciente ou inconscientemente, vieram validar os estereótipos criados, como foi o caso de Adolfo Coelho e Teixeira de Aragão.

Desta forma, os trabalhos académicos realizados no âmbito da etnografia e na vontade de colocar Portugal ao nível científico dos restantes estados europeus, tiveram como base científica estereótipos que vinham a ser repetidos desde o século XVI, repercutindo ideias preconceituosas e validando moralmente as políticas delas resultantes. Estes trabalhos vieram confundir o discurso popular – racista – com o discurso científico, consolidando os estereótipos existentes.

A evolução negativa deste discurso verificou-se sobretudo a partir de 1870, sendo resultado das teorias evolucionistas que modificaram o pensamento sobre o criacionismo e evolução e se manifestaram a partir de 1840 e 1850. Em muitos momentos é explicado e justificado como a cultura cigana era primitiva. Vimos como isso foi utilizado a partir de uma ideia romântica do conhecimento dos segredos da humanidade. No entanto, esta ideia foi sobretudo utilizada para realçar a superioridade civilizacional da cultura portuguesa face à cultura do 'outro', uma cultura primitiva e sem progresso científico – uma cultura de analfabetos, como Adolfo Coelho a chega a caracterizar. Por isso, e pela sua falta de pátria, os ciganos foram retratados como o desvio das normas convencionais, sendo a sua identidade validada a partir do racismo científico presente na época, que visava representar a sua inferioridade cultural. Verificou-se o uso da ciência para justificar ideologias e ações preconceituosas e racistas, os académicos começam a partilhar similaridades com os argumentos presentes nos debates parlamentares, auxiliando a criação da Nação portuguesa que se sustentou na oposição dos portugueses aos portugueses ciganos. Estes últimos, apesar de terem cidadania portuguesa (quando nascem em Portugal), eram incluídos no discurso

nacionalista como o exemplo a não seguir – a oposição ao bom cidadão - utilizando-se o racismo e a ideia de contágio destas comunidades como uma ferramenta para a consolidação de um sentimento nacional e fraterno entre a população maioritária.

O uso do termo 'cigano' apareceu assim carregado de significados e de peso. Verificou-se o uso do termo para descredibilizar certos indivíduos e situações, essencialmente em processos jurídicos cujo desfecho dependia da imagem do cigano. A palavra 'cigano' foi adquirindo uma certa fluidez a partir da segunda metade do século XIX, passando-se a usar livremente "cigano" para referir pessoas sem pátria, sem instrução e nómadas. Isto fez com que a palavra "cigano" se tornasse na personificação do desvio face às normas convencionais, e a representação do oposto do cidadão exemplar de um governo liberal.

O esforço de vilificar estas comunidades como uma antítese ao bem-estar nacional, justificando-o com a autoridade da ciência, foi tão bem-sucedido que atualmente estes discursos ainda aparecem no quotidiano português. Levanta-se, assim, novamente a questão da inexistência de discursos completamente auto-fundados, percebendo-se que os estereótipos e representações contemporâneas assentam em construções históricas persistentes. Deste modo, destaca-se a importância de um esforço consciente por parte dos professores e das instituições educativas para abordarem de forma crítica e informada os problemas enfrentados pelas minorias em Portugal, contribuindo para a desconstrução de preconceitos ainda presentes e para o combate à desinformação digital que facilita a propagação de informações falsas que utilizam estas comunidades como alvo dos seus discursos de ódio.

Esta investigação procurou, deste modo, entender as perspetivas a partir das quais o discurso sobre as comunidades ciganas foi construído e desenvolvido, enquanto procura colmatar uma lacuna da historiografia portuguesa em relação a estas comunidades. Este trabalho serve assim, como uma tentativa de abrir portas a investigações futuras sobre as comunidades ciganas na época contemporânea, sublinhando a importância da interdisciplinaridade na investigação histórica e da diversidade de tipologias de fontes que a podem sustentar.

Fontes primárias

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Correição Crime da Corte, Série Processos-Crime 1805/1833, Letra I, J, mç. 113, n.º 7, cx. 308, *Treslado de sumário de testemunhas em que é réu José Maria Cigano e autora a Justiça.* 1822.

Correição Crime da Corte, Série Processos-crime 1805/1833, Letra M, mç. 104, n.º 12, cx. 229-B, *Autos crime de certidão de prisão em que é réu Manuel Inácio, o Cigano, e autora a Justiça*, 1824.

Correição Crime da Corte, Série Processos-Crime 1805/1833, Letra A, mç.118, nº.4, cx.252**,** *Autos crime de devassa em que é réu António do Nascimento e autora a Justiça* (doc. Composto) [Manuscrito]. 1824.

Correição Crime do Bairro da Rua Nova, Série Processos-Crime 1800/1833, Letra P, mç. 16, n.º 23, cx. 34, *Autos crime de requerimento em que é réu Paulo José Emigídio da Mata e autora a Justiça*, 1830.

Juízo Crime do Bairro da Mouraria, Série Processos-Crime 1787/1833, Letra A, mç. 110, n.º 16, cx. 230*, Devassa que se fez por ordem do Juiz do Crime do Bairro da Mouraria pela bofetada a Joaquina Inácia por Antónia Correia, a Cigana*, 1812.

Juízo do Crime do Bairro do Castelo 1758/1834, Processos-Crime 1780/1833, Letra I, J, mç. 215, n.º 13, cx. 566, *Autos de aviso da Intendência Geral da Polícia em que é réu Joaquim de Oliveira e autora a Justiça*, 1832.

Correição Crime do Bairro do Rossio, Série Processos-Crime 1811-1833, Letra L, mç. 14, n.º 3, cx. 30, *Requerimento em que é réu Luís de Mesquita, "o Cigano", e autor José da Rocha Lima.* 1818.

Tribunal Judicial da Comarca de Torres Vedras, Cível 1779/1979, Processos de Inventários obrigatórios, Processo 228/1835, cx. 880, 3/50/15/3, *Inventário obrigatório por óbito de José da Silva Cigano*. 1835.

Arquivo distrital de Beja

Tribunal Judicial da Comarca de Beja 1764-2010, Série Polícia Correcional 1844/1980, mç 15, proc. 28, cx.0020, *Autos de polícia correccional contra João Ameixa, Manoel Andrade, António Cigano e Jerónimo Pinto*, 1896.

Câmara Eclesiástica de Beja, Serie Processos de Casamento 1288/?, sr. 003, mç. 647, doc. 00050, *Processo de casamento de José Maria cigano e Mariana das Flores***,** 1879. Disponível em: < https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/65ca2d2844664616aed2fc7c2bd73b9d > (Consult. 17 out.2025)

Arquivo Municipal de Sintra

Administração de Sintra, secção Administrativa 1812-05-15/1986-10-22, A-A, série 002, cx.08, doc. 000841, *Circular de Luís Almeida de Albuquerque, Secretário Geral da 1ª Repartição do Governo Civil de Lisboa, ao Administrador do Concelho de Sintra, enviando a relação dos ciganos que se evadiram da cadeia do Redondo*, 1852. [Consult. 22 Mar. 2025] Disponível em WWW: <URL: https://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=66177>

Administração do Concelho de Sintra, secção Administrativa 1812/1986, Série Correspondência Recebida 1812/1916, cx.03, doc.000242, *Circular de Pedro José de Oliveira, pelo Secretário Geral da 1ª Repartição do Governo Civil de Lisboa, ao Administrador do Concelho de Sintra, solicitando informação se no concelho existem ciganos e qual o seu modo de vida*, 1842. [Consult. 22 Mar. 2025] Dísponível em WWW: <URL: https://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=65426&detailsType=Description&ht=pt%2famsnt%2facsnt%2fa-a%2f002%2f000242 >

Fundo Administração do Concelho de Sintra 1812/1986, Série Correspondência recebida 1812/1986, cx. 02, doc. 000170, *Ofício de Jorge Dias Lopes de [Vasconcelos], Secretário Geral da 1ª Repartição do Governo Civil de Lisboa, ao Administrador do Concelho de*

Sintra, Solicitando que empregue todos os meios a fim de encontrara os ciganos que roubaram seis cavalgaduras a um lavrador na freguesia de S. Marcos, 1842. [Consult. 22 de mar. 2025] Disponível em: WWW <URL: https://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=65225 >

Arquivo Distrital do Porto

Tribunal da Relação do Porto, Série Requerimentos, sc. A. Dc. 15931. *Carta Citatória de Ana Eufrásia e outros a Pedro (cigano) (doc. Composto)*, 1818.

Arquivo Distrital de Évora

Câmara Eclesiástica de Évora, Série Processos matrimoniais 1602-1911, cx. 262, doc. 12254**,** *Dispensa matrimonial de António Maria cigano e Maria Paula, naturais da freguesia de santiago de Alcácer do Sal*, 1863.

Câmara Eclesiástica de Évora, Série Processos matrimoniais 1602-1911 cx. 518, doc. 29727, *Dispensa matrimonial de Manuel Cigano e Júlia Augusta* [Manuscrito]. 1883.

Câmara Eclesiástica de Évora**,** Série Processos matrimoniais 1602-1911, cx. 409, doc. 22811, *Petição de licença para matrimónio de José Maria Cigano e Antónia Carolina*.

Câmara Eclesiástica de Évora, Processos Matrimoniais 1602-1911, Processo 20949; cx. 384.*Processo matrimonial de Joaquim Maria Cigano e Amélia Augusta Jordão, naturais de Santiago, Alcácer do Sal*, 1873. Disponível em: <URL: http://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/97dd047a6a0a40818729b7c67e301f36> (Consul. 17 out.2025)

Biblioteca Nacional

CRUZ, Teodorico Baptista da. **Os Siganos na locanda: Nova Farça** [Manuscrito]. Coleção de teatro de Teixeira de Aragão, 1819

DOMENICO, Segarelli, PINTO, Francisco Norberto. **Os ciganos: baile em dois atos** [Libreto]. Lisboa: Imprensa Silviana, 1853

AZAMBUJA, Jacob. **Memorias** [Manuscrito]. 1827-1830. Descrito por: José António Moniz - Inventário. Secção XIII: Manuscriptos. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1896

Governo Civil de Évora. Informação do Governo Civil de Évora, sobre as circunstâncias do homicídio do cigano José Maria, com base no testemunho de António Alberto Soares, Capitão do Batalhão n.º 12 e Comandante da Guarda de Segurança do Distrito de Santarém [Manuscrito].1842. – [2] f. ; 30 cm.

Secretaria de Administração do Concelho – Declarações feitas por Joaquim Pedro, indicado como cigano, criado de José Maria Remo, residente na vila da Golegã, cujo criado se achava acoitado havia treze dias na Quinta do Campo, próxima a Vila Nova da Rainha, de que é rendeiro e lavrador José Váz, da vila da Golegã [Manuscrito]. 1842. [3, 1 br.] f.; 30 cm

Fontes Impressas

Biblioteca Nacional

ALMEIDA, Francisco Augusto de - **Os Lusiadas do seculo XIX : poema heroi-comico (parodia)** [Em linha]. Lisboa : Tip. Elzeviriana, 1883. 394 p. [Consult. 22 Mar. 2025]. Disponível em WWW: URL:https://purl.pt/43412.

ARAGÃO, Augusto Carlos Teixeira de - **Diabruras, santidades e prophecias** [Em linha]. Lisboa : Academia Real das Sciencias, 1894. 174 p. [Consult. 22 Mar. 2025]. Disponível em WWW: <URL: https://purl.pt/42800 >.

BRAGA, Teophilo - **Dissoluçao do systema monarchico representativo** [Em linha]. Lisboa : Nova Libraria Internacional, 1881. 202 p. [Consult. 22 Mar. 2025]. Disponível em WWW: URL:http://purl.pt/6486.

BRAGA, Theofilo - ORIGEM DOS CIGANOS. **O Positivismo: revista de Philosofia** [Em linha]. 01:4 (1879) 269-278. [Consult. 22 Mar. 2025]. Disponível em WWW:

URL:https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=RealGabObrasRaras&pagfis=8435.

CARVALHO, António José de ; DEUS, João de - Cigano. In **Diccionario prosodico de Portugal e Brazil** [Em linha]. Porto : Lopes & Cª, 1890. [Consult. 15 Mar. 2025]. p. 193. Disponível em WWW: <URL:http://purl.pt/13932>.

CARVALHO, João Pinto de (tinop). «A Musa do Fado», in **Lisboa d'Outros Tempos**. I- Figuras e Cenas, 1ºvol. - Lisboa: Fenda, 2º edição, 1991.- XX, pp. 30-35. 1ª edição: 1890-

CARVALHO, João Pinto de (tinop). «O Vimioso e a Severa», in **Lisboa d'Outros Tempos.** I- Figuras e Cenas, 1ºvol. - Lisboa: Fenda, 2º edição, 1991.- XX, pp. 163-168. 1ª edição: 1890.

CARVALHO, Pinto de - Figuras e cenas antigas. In **Lisboa d'outros tempos**. Lisboa : Fenda, 1991. vol. 1. 344 p.

COELHO, Francisco Adolpho **- Os ciganos de Portugal: Com um estudo sobre o calão. Memoria destinada a 10 sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas** [Em linha]. Lisboa : Imprensa Nacional, 1892. [Consult. 14 Dez. 2023]. Disponível em WWW: <URL:https://purl.pt/24588>.

Lições curiozas da eschola theorica e pratica de chyromancia ou Sciencia Sublime que explica os destinos Humanos Pelos Traços da palma da mão. Estabelecidas pela assaz conhecida Sibila a Cigana Geribunda no Largo da Bombarda, perto das Olerias. Lisboa : Tipografia Patriotica, 1839. 12 p.

LUCCA, Ceza Perini de. **O Cigano Drama em 4 actos** [Libreto]. Lisboa: Typ. De Antonio Sebastião Coelho, 1842

NEUPARTH, Augusto. «Ciganas» e «Ciganos» in F. Adolpho COELHO**- Os Ciganos de Portugal: Com um estudo sobre o calão.- Lisboa: Imprensa Nacional**, 1892. - Anexo. Estampa nº2 a 7.

NEUPARTH, Augusto. «Grupo de Ciganos Alemtejanos indo para a feira de Alter-do-Chão», in Adolpho COELHO- **Os Ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892. - p. 288

SILVA, Antonio de Moraes - Cigano. In **Diccionário da lingua portugueza recopilado dos vocabulários impressos até agora**. V.1 [Em linha]. Lisboa: Typ. Lacerdina, 1813. [Consult. 22 Mar. 2025]. p. 470. Disponível em WWW: <URL:https://purl.pt/40299>.

SILVA, Porto. **Manuscripto de Silva Porto encontrado no seu espólio.** Lisboa: typ. da Academia Real das Sciencias, 1891. - 57 p.; 24 cm. [Consult. 22 Mar. 2025] Disponível em WWW: <URL: http://purl.pt/6401 >

Debates Parlamentares

Câmara dos Pares do Reino (II). Sessão de 12 de maio de 1898 - Diário das Sessões, nº036, pp.292 e 293. Lisboa: [s.n.] Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/06/025/1870-11-23/198 > (Consult. 17 mai. 2025).

Câmara dos Pares do Reino (II). Sessão de 25 de maio de 1898 - Diário das Sessões, nº036, p.306. Lisboa: [s.n.] Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/06/025/1870-11-23/198 > (Consult. 17 mai. 2025).

Câmara dos Pares do Reino (II). Sessão de 27 de maio de 1898 - Diário das Sessões, nº036, p.310. Lisboa: [s.n.] Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/06/025/1870-11-23/198 > (Consult. 17 mai. 2025).

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão de 2 de agosto de 1871 – Diário das Sessões, n.º 068, 1871, p. 78. Lisboa [s.n]. Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/06/068/1871-08-02/78 > (Consult. 17 mai. 2025)

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão de 23 de novembro de 1870 – Diário das Sessões, n.º 025, 1870, p. 198. Lisboa [s.n]. Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/06/025/1870-11-23/198 > (Consult. 17 mai. 2025).

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão de 23 de novembro de 1865 - Diário das Sessões, nº128, 1865, p.2639. Lisboa [s.n]. Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/07/080/1882-05-04/1337 > (Consult.17 mai. 2025).

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão de 28 de abril de 1887 - Diário das Sessões, nº016, 1887, p.294. Lisboa [s.n]. Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/07/080/1882-05-04/1337 > (Consult.17 mai. 2025).

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão de 3 de dezembro de 1822 – Diário das Cortes, n.º 006, Legislatura 1, Sessão 1, 1822-12-03, p. 63–64. – Disponível em: <URL: https://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/006/1822-12-03/63 > (Consult. 17 mai. 2025).

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão de 4 de maio de 1882 – Diário das Sessões, n.º 080, 1882, p. 1337. Lisboa [s.n]. – Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/07/080/1882-05-04/1337 > (Consult.17 mai. 2025).

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão de 5 de março de 1853 – Diário das Sessões, n.º 044, 1853, p. 62. Lisboa: [s.n.], 1853. Disponível online: <URL: https://debates.parlamento.pt/pesquisa?q=cigano+&nDiario=&from=&to=&dateType=publication&catalog_s=mc&publication_s= > (Consult. 17 de maio 2025)

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão de 8 de janeiro de 1823 – Diário das Cortes, n.º 005, Legislatura 1, Sessão 1, 1823-01-08, p. 395–396. Lisboa [s.n]. Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/005/1823-01-08/395 > (Consult. em 17 mai. 2025).

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa. Sessão de 9 de janeiro de 1823 – Diário das Cortes, n.º 006, Legislatura 1, Sessão 1, 1823-01-09, p. 411. Lisboa [s.n]. Disponível em: <URL:

http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/006/1823-01-09/411 > (Consult. em 17 mai. 2025).

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portugueza. Sessão de 13 de fevereiro de 1843- Diário das Sessões, p. 158. Lisboa: [s.n.] Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/06/025/1870-11-23/198 > (Consult. 17 mai. 2025).

Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portugueza. Sessão de 7 de maio de 1862 - Diário das Sessões, nº061, p.1228. Lisboa: [s.n.] Disponível em: <URL: http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/06/025/1870-11-23/198 > (Consult. 17 mai. 2025).

Fontes iconográficas

Museus e Monumentos

PIA, Maria - **Cigana sentada junto a instrumentos musicais** [Pintura em papel]. [S.l]: 1885, [s.d]. Alt. 44,7 x Larg. 30,2. Disponível em [Consult. 5 Jun. 2025] WWW: URL< http://raiz.museusemonumentos.pt/DetalhesObra?id=1107972&tipo=OBJ%20(Museu%20Nacional%20da%20Ajuda)>

PIA, Maria - **Cigana sentada numa cadeira de sola** [Pintura em papel]. [S.l]: 1885, [s.d]. Alt. 44,7 x Larg. 30,2. Disponível em [Consult. 5 Jun. 2025] WWW: URL< http://raiz.museusemonumentos.pt/DetalhesObra?id=1107969&tipo=OBJ >

PIA, Maria - **Cigana** [Pintura em papel]. [S.l]: 1885, [s.d]. Alt. 44,7 x Larg. 30,2. Disponível em [Consult. 5 Jun. 2025] WWW: URL< http://raiz.museusemonumentos.pt/DetalhesObra?id=1107977&tipo=OBJ >

Fontes digitais usadas para o projeto de mediação (cap.3)

A primeira entrevista a André Ventura após as eleições (na íntegra) [Registo vídeo]. CNN, 2025. Min. 30. [Consult. 04 ago. 2025]. Disponível em WWW: <URL https://cnnportugal.iol.pt/video/a-primeira-entrevista-a-andre-ventura-apos-as-eleicoes-na-integra/682e49960cf28cf88768061e >

Ciganos têm "regime especial na justiça" e podem casar com 13 anos? [Registo vídeo]. **SIC Notícias**. 2025 (01.40 min). [Consult. 4 Ag. 2025]. Disponível em WWW: <URL: https://sicnoticias.pt/programas/poligrafo/2025-05-26-video-ciganos-tem-regime-especial-na-justica-e-podem-casar-com-13-anos--c7dc0122 >

Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10 [Consult. 4 Ag. 2025]. Disponível em WWW: <URL: https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775-50453575 >

Lateral Reading Resources & Practice | Civic Online Reasoning [Em linha]. [Consult. 25 Jun. 2025]. Disponível em WWW: <URL:https://cor.inquirygroup.org/curriculum/lessons/lateral-reading-resources-practice?cuid=teaching-lateral-reading>.

LEAL, Salomé - André Ventura diz que "os ciganos têm regime especial na justiça" e que "podem casar com 13 anos". É verdade? **Polígrafo** [Em linha]. (21 Maio 2025). [Consult. 4 Ag. 2025]. Disponível em WWW: <URL: https://poligrafo.sapo.pt/fact-check/andre-ventura-diz-que-os-ciganos-tem-regime-especial-na-justica-e-que-podem-casar-com-13-anos-e-verdade/ >.

Historical Thinking Chart | **Digital Inquiry Group** [Em linha]. [Consult. 25 Jun. 2025]. Disponível em WWW:<URL:https://inquirygroup.org/history-lessons/historical-thinkingchart?_ga=2.105985987.159509980.1750602030-209604012.1748345209>.

https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=RealGabObrasRaras&pagfis=8435>.

Referências Bibliográficas

BELO, André - A língua como segunda pele: a representação dos negros africanos no teatro português (século XV-XVII). In **O governo dos outros**. 2.a ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016. ISBN 978-972-671-372-2. p. 151-174.

BETHENCOURT, Francisco - **Racismos: das cruzadas ao século XX**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2013. 634 p. ISBN 978-85-545-1075-6.

BURKE, Peter - **Eyewitnessing: The Uses of Images as Historical Evidence**. London: Reaktion Books Ltd, 2001. 226 p. ISBN 1 86189 092 3.

CATROGA, Fernando - Romantismo, literatura e história. In MATTOSO, José -) **História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. ISBN 972-42-0752-8. p. 545-563.

European Union Agency for Fundamenta Rights - **ROMA IN 10 EUROPEAN COUNTRIES - MAIN RESULTS** [Em linha]. Vienna : Publications office of the European Union, 2022. 77 p. [Consult. 9 Maio 2024]. Disponível em WWW: <URL:https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-2022-roma-survey-2021-main-results2_en.pdf>. ISBN N 978-92-9489-125-9.

FOTTA, Martin - The Figure of the Gypsy (Cigano) as a Signpost for Crises of the Social Hierarchy (Bahia, 1590s–1900s**). International Review of Social History** [Em linha]. ISSN 1469-512X. 65:2 (Nov. 2019) 315-341. [Consult. 15 Dez. 2024]. Disponível em WWW: <URL:https://doi.org/10.1017/s0020859019000713>.

GALVANESES, Marina - Idas e vindas do direito de ir e vir: debates sobre passaportes na monarquia constitucional portuguesa. **Descolonização e colonismo tardio** [Em linha]. 85 (2024) 193-216. [Consult. 5 Ag. 2025]. Disponível em WWW: < URL: https://doi.org/10.4000/12uus >.

GARCÍA-RUIZ, Rosa ; RAMÍREZ-GARCÍA, Antonia ; RODRÍGUEZ-ROSELL, Maria - Media Literacy Education for a New Prosumer Citizenship: educación en alfabetización mediática para una nueva ciudadanía prosumidora. **Media Education Research Journal**

[Em linha]. ISSN 1134-3478. 43:XXII (2014) 15-23. [Consult. 5 Jun. 2025]. Disponível em WWW: <URL:https://doi.org/10.3916/C43-2014-01>.

GLAJAR, Valentina ; RADULESCU, Domnica, ed. lit. - **"Gypsies" in European Literature and Culture** [Em linha]. ISBN 9781349371549. New York : Palgrave Macmillan US, 2008. [Consult. 14 Dez. 2024]. Disponível em WWW: <URL:https://doi.org/10.1057/9780230611634>.

GOMES, Silvia - A construção do pânico moral sobre os ciganos e os imigrantes na imprensa diária portuguesa. **Latitude** [Em linha]. ISSN 1981-5921. 7:2 (2013) 187-217. [Consult. 25 Jun. 2025]. Disponível em WWW: <URL:https://hdl.handle.net/1822/47091>.

HANCOCK, Ian - **We are the romani people- ame sam e rromane dzene**. 3.a ed. HERTFORDSHIRE : UNIV. OF HERTFORDSHIRE PR, 2007. 210 p. ISBN 978 1 902806 19 8.

LEHNES, Patrick ; SECCOMBE, Peter, ed. lit. - How to use Heritage Interpretation to foster inclusiveness in schools- The HIMIS Guidelines for teachers. [S.l.] : Creative Commons, 2018. 44 p.

LIMA, Marilene [et al.] - A cosntrução discursiva da identidade para ciganos em verbetes dicionarísticos. Policramias- **Revista de Estudos do Discurso** [Em linha]. 5:1 (Jan. 2020) 238-268. [Consult. 14 Dez. 2024]. Disponível em WWW: < URL:https://doi.org/10.61358/policromias.v5i1.34246 >.

MAIA, Fernanda Sousa - De Súbdito a Cidadão - O Papel do Parlamento Português na Cosntrução da Cidadania na 1ª Metade do Século XIX (1862-1852). In **Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos** [Em linha]. Porto : Universidade do Porto, 2004. [Consult. 6 Ag. 2025]. p. 661-668. Disponível em WWW: <URL:https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5003.pdf>. ISBN 972-9350-74-4.

MANGAS, Francisco - **A Outra Minoria Uma história dos Ciganos portugueses durante a Época Moderna.** Porto : Universidade do Porto, 2024. 319 p. Dissertação de doutoramento.

MAYALL, David - **Gypsy Identities 1500-2000: From Egipcyans and Moon-Men to the Ethnic Romany**. [S.l.] : Taylor & Francis Group, 2004. ISBN 9781135357436.

MCGARRY, Aidan - Roma as a political identity: Exploring representations of Roma in Europe. **Ethnicities** [Em linha]. ISSN 1741-2706. 14:6 (Nov. 2014) 756-774. [Consult. 15 Dez. 2024]. Disponível em WWW: <URL:https://doi.org/10.1177/1468796814542182>.

MENDES, Manuela ; MAGANO, Olga ; CANDEIAS, Pedro **- Estudo Nacional sobre as comunidades ciganas [**Em linha]. Lisboa : Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP), 2014. 334 p. [Consult. 14 Dez. 2023]. Disponível em WWW: <URL:https://www.obcig.acm.gov.pt/-/noticia-2>. ISBN 978-989-685-064-7.

NORD, Deborah Epstein **- Gypsies and the British Imagination, 1807-1930** [Em linha]. New York : Columbia University Press, 2006. 240 p. [Consult. 11 Out. 2024]. Disponível em WWW: <URL:https://www.jstor.org/stable/10.7312/nord13704>. ISBN 0-231--51033-0.

NUNES, Olímpio - **O povo cigano**. 2ªed. Lisboa : Edição do Autor, 1996. 458p.

O PANORAMA. JORNAL LITTERARIO E INSTRUTIVO DA SOCIEDADE PROPAGADORA DOS CONHECIMENTOS UTEIS [Em linha]. [Consult. 19 Maio 2025]. Disponível em WWW: < URL:https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Panorama.pdf >.

PEREZ, Rosa. Os Ciganos de Portugal: o exótico cá dentro [Prefácio]. In **Os ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão**. 2ª ed. Lisboa: Etnográfica Press, 1995. pp. 11-19

PIMENTA-SILVA, Miguel - Dicionário de Historiadores Portugueses - Aragão, Augusto Carlos Teixeira [Em linha]. [Consult. 25 Jun. 2025]. Disponível em WWW: <URL:https://dichp.bnportugal.gov.pt/historiadores/historiadores_aragao.htm>.

PIMENTA-SILVA, Miguel - **Dicionário de Historiadores Portugueses - Aragão, Augusto Carlos Teixeira** [Em linha]. [Consult. 25 Jun. 2025]. Disponível em WWW: < URL:https://dichp.bnportugal.gov.pt/historiadores/historiadores_aragao.htm >.

REZENDE, Dimitri - A identidade cigana e o efeito de "nomeação": deslocamento das representações numa teia de discursos mitológico-científicos e práticas sociais. **Revista**

de Antropologia [Em linha]. ISSN 0034-7701. 49:2 (Dez. 2006). [Consult. 14 Dez. 2024]. Disponível em WWW: < URL:https://doi.org/10.1590/s0034-77012006000200007 >.

REZENDE, Dimitri - **Transnacionalismo e Etnicidade A Construção Simbólica do Romanesthàn (Nação Cigana)** [Em linha]. Minas Gerais : Universidade Federal de Minas Gerais, 2000. 192 p. Dissertação de mestrado. [Consult. 4 Dez. 2024]. Disponível em WWW: < URL:https://www.amsk.org.br/imagem/pdf/2disDimitriFazito.pdf >.

Rivara, Cunha. In MÓNICA, Maria Filomena, coord. **- Dicionário biográfico parlamentar 1834-1910**. Lisboa : Assembleia da República, 2006. vol. 3. ISBN 9789726711674. p. 478.

RODRIGUEZ-HIDALGO, Claudia [et al.] - Teens facing fake news. Media literacy needs in the classroom. In **18th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI)** [Em linha]. [S.l.] : Universidad Técnica Particular de Loja, 2023. [Consult. 26 Jun. 2025]. Disponível em WWW: < URL:https://ieeexplore.ieee.org/document/10211591 >. ISBN 978-989-33-4792-8.

ROHBORN, Samantha - **Knowing the margins: colonizing the gypsies in victorian literature** [Em linha]. Colorado : University of Colorado, 2015. 47 p. Dissertação de mestrado. [Consult. 25 Out. 2024]. Disponível em WWW: < URL:https://scholar.colorado.edu/concern/graduate_thesis_or_dissertations/8910jt915 >.

SAMMUT, Gordon [et al.], ed. lit. - **The Cambridge Handbook of Social Representation**s [Em linha]. Cambridge : Cambridge University Press, 2015. [Consult. 22 Mar. 2025]. Disponível em WWW: <URL:https://doi.org/10.1017/cbo9781107323650>. ISBN 9781107323650

SANTOS, Mariana ; GUSSO, Luana - O desconhecimento cultural: fator de exclusão da cultura cigana. **Revista Confluências Culturais** [Em linha]. ISSN 2316-395X. 5:2 (2016). [Consult. 8 Maio 2024]. Disponível em WWW: < URL:https://periodicos.univille.br/RCC/article/view/374 >.

SECRETARIA DE ESTADO PARA CIDADANIA E IGUALDADE - PLANO NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO E À DISCRIMINAÇÃO 2021-2025 [Em linha]. Lisboa : [s.n.]. 78

p. (Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2021). [Consult. 25 Jun. 2025]. Disponível em WWW: < URL:https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/documento?i=plano-nacional-de-combate-ao-racismo-e-a-discriminacao-2021-2025-portugalcontraoracismo >.

SOUSA, Carlos - **Os Maias: retrato sociológico da uma família cigana portuguesa (1827-1957)**. Lisboa : Mundos sociais, 2013. 227 p. ISBN 978-989-8536-18-1.

SÚBTIL, José - **Estado de Polícia, Revolução e Estado Liberal (1760-1865): "Em homenagem a António Manuel Hespanha".** Cadernos do Arquivo Municipal [Em linha]. ISSN 2183-3176. 2:14 (Ag. 2020) 15-40. [Consult. 10 Out. 2024]. Disponível em WWW: < URL:http://arquivomunicipal.cmlisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/14/03_hespanha.pdf >.

TINHORÃO, José Ramos **- Os Negros em Portugal**. 3.a ed. Alfragide : Editorial Caminho, 2019. 579 p. ISBN 978-972-21-2971-8.

VAZ, João - D. Maria Pia de Saboia - Um olhar real. In **Um olhar Real: Obra artística da rainha D. Maria Pia**. Lisboa: Palácio Nacional da Ajuda, 2016. ISBN 978-972-27-2517-0. p. 10-147.

WINEBURG, Sam - **Why Learn history (When its Already on Your Phone)**. Chicago: The University o Chicago Press, 2018. 242 p. ISBN 978-0-226-35718-8.

Anexos

Anexo 1 - Quadro de D. Maria Pia “Cigana sentada junto a instrumentos musicais”



PIA, Maria - **Cigana sentada junto a instrumentos musicais** [Pintura em papel]. [S.l]: 1885, [s.d]. Alt. 44,7 x Larg. 30,2. Disponível em [Consult. 5 Jun. 2025] WWW: URL< http://raiz.museusemonumentos.pt/DetalhesObra?id=1107972&tipo=OBJ%20(Museu%20Nacional%20da%20Ajuda)>

Anexo 2 - Quadro de D. Maria Pia "Cigana sentada numa cadeira de sola"



PIA, Maria - **Cigana sentada numa cadeira de sola** [Pintura em papel]. [S.l]: 1885, [s.d]. Alt. 44,7 x Larg. 30,2. Disponível em [Consult. 5 Jun. 2025] WWW: URL< http://raiz.museusemonumentos.pt/DetalhesObra?id=1107969&tipo=OBJ >

Anexo 3 - Quadro de D. Maria "Cigana"



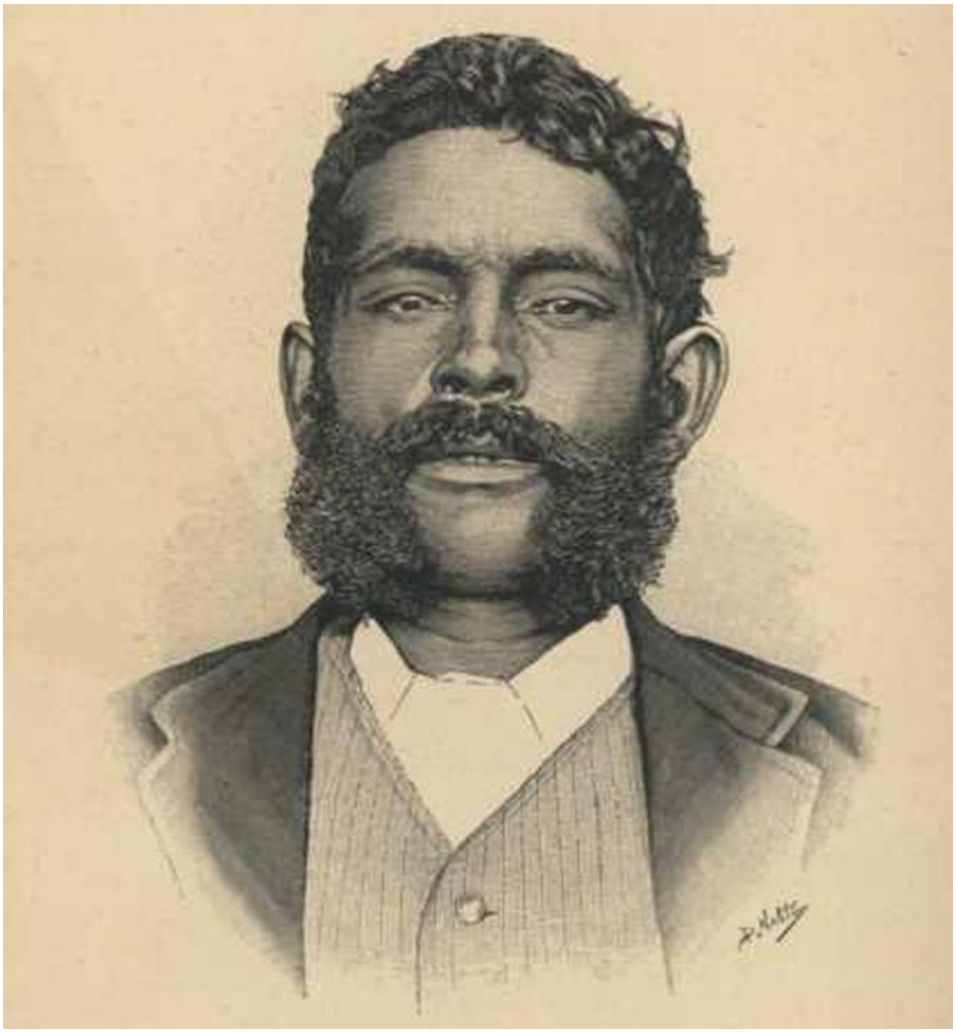
PIA, Maria - **Cigana** [Pintura em papel]. [S.l]: 1885, [s.d]. Alt. 44,7 x Larg. 30,2. Disponível em [Consult. 5 Jun. 2025] WWW: URL< http://raiz.museusemonumentos.pt/DetalhesObra?id=1107977&tipo=OBJ >

Anexo 4 - Retrato de mulher cigana incluído no estudo “Os Ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão”



NEUPARTH, Augusto. «Ciganas» e «Ciganos» in F. Adolpho COELHO**- Os Ciganos de Portugal: Com um estudo sobre o calão.- Lisboa: Imprensa Nacional**, 1892. - Anexo. Estampa nº2.

Anexo 5 - Retrato de homem cigano incluído no estudo "Os Ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão"



NEUPARTH, Augusto. «Ciganas» e «Ciganos» in F. Adolpho COELHO**- Os Ciganos de Portugal: Com um estudo sobre o calão.- Lisboa: Imprensa Nacional**, 1892. - Anexo. Estampa nº6

Anexo 6 - Retrato de perfil de homem cigano incluído no estudo "Os Ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão"



NEUPARTH, Augusto. «Ciganas» e «Ciganos» in F. Adolpho COELHO**- Os Ciganos de Portugal: Com um estudo sobre o calão.- Lisboa: Imprensa Nacional**, 1892. - Anexo. Estampa nº5

Anexo 7 - Retrato de grupo de ciganos em direção à feira, incluído no estudo "Os Ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão"



NEUPARTH, Augusto. «Grupo de Ciganos Alemtejanos indo para a feira de Alter-do-Chão», in Adolpho COELHO- **Os Ciganos de Portugal: com um estudo sobre o calão**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892. - p. 288